



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 69

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 20 de Fevereiro de 2003

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (Substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Bento Barcelos)*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos)

Período de Antes da Ordem do Dia

Ao abrigo do artigo 95º do Regimento, proferiu uma declaração política o Sr. Deputado Francisco Barros (*PS*).

No período destinado a intervenções de interesse político relevante para a Região, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Mark Marques (*PSD*), António Gomes (*PS*), Artur Lima (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Nélia Amaral (*PS*), Bento Barcelos (*PSD*), Sérgio Ferreira (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Francisco Barros (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), José

Manuel Bolieiro (*PSD*), Aires Reis (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*), do Ambiente (*Helder Silva*), Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*) e da Economia (*Duarte Ponte*).

No **Período da Ordem do Dia** foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

1. Proposta de Resolução que visa “recomendar ao Governo Regional que promova, por todos os meios ao seu alcance, toda a celeridade na implementação das medidas constantes da Resolução n.º 17/2000/A, de 19 Julho, que porventura ainda não estejam executadas”.

Para apresentar a referida proposta, usou da palavra o Sr. Deputado Artur Lima (*PP*).

2. Continuação da discussão do Projecto de Decreto Legislativo Regional que “cria o Conselho Consultivo para a Reconstrução”, apresentado pelo Partido Comunista Português.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Costa Pereira (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Duarte Freitas (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Renato Leal (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*) e Francisco Sousa (*PS*).

Submetido à votação, o Projecto foi aprovado, tanto na generalidade, como na especialidade, por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Costa Pereira (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

3. Proposta de Decreto Legislativo Regional – “reestrutura os Fundos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino e extingue o Fundo Regional de Acção Social”, a qual foi aprovada por unanimidade.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*) e Costa Pereira (*PSD*).

4. Proposta de Decreto Legislativo Regional - “altera o Decreto Legislativo Regional n.º. 19/2001/A, de 12 de Novembro (Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal).

Após a apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*), a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

5. Proposta de Decreto Legislativo Regional – “aprova o novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores”.

Após a apresentação da Proposta, feita pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), intervieram no debate os Srs. Deputados Luís Sequeira de Medeiros (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Dionísio Sousa (*PS*) e Paulo Gusmão (*PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*).

Submetida à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria

6º Proposta de Decreto Legislativa Regional – “Plano Regional da Água”.

Na discussão deste diploma usaram da palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*), que fez a sua apresentação, e os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Sérgio Ferreira (*PSD*) e José Decq Mota (*PCP*).

Posta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

7. Debate de urgência sobre “as eventuais consequências para a Região da reestruturação do sector público audiovisual do país”, em que intervieram os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Francisco Barros (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Gusmão (*PP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Gilberta Rocha (*PS*) e Victor Cruz (*PSD*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

8. Proposta de Decreto Legislativo Regional – “adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º. 39/2002, de 26 de Fevereiro (designação dos órgãos de direcção técnica hospitalar, composição dos respectivos conselhos técnicos e flexibilização da contratação de bens e serviços pelos hospitais”.

Após a apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*), usaram da palavra, no debate deste diploma, os Srs. Deputados Bento Barcelos (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Artur Lima (*PP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*) e Francisco Sousa (*PS*).

Submetida à votação, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria.

Produziu uma declaração de voto o Sr. Deputado Bento Barcelos (*PSD*).

9. Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução – “alteração do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Regional dos Açores”, o qual foi aprovado por unanimidade.

10. Proposta de Resolução – “alteração do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Regional dos Açores”, a qual foi aprovada por unanimidade.

11 – Proposta de Resolução – “declara findo o Período Legislativo de Fevereiro”, apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 03,00 horas

—

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, bom dia.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
José de Sousa **Rego**
José Humberto Medeiros **Chaves**
José do Nascimento de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Luís Paulo de Serpa **Alves**
Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**
Manuel Soares da Silveira
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Osório Meneses da **Silva**
Paulo Manuel **Ávila** **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
António **Bento** Fraga **Barcelos**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Avelar **Nunes**
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel Ribeiro **Arruda**

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Artur Manuel Leal Lima

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 43 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar o **Período de Antes da Ordem do Dia**, com a leitura da correspondência.

Secretário (Raúl Rego): Deu entrada um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Resolução que “visa proceder à alteração do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa Regional dos Açores”.

Presidente: Terminada a leitura da correspondência, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros para uma declaração política.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A actividade parlamentar, a actividade de todos os Deputados desta Casa merecem, sempre, ser alvo da nossa reflexão.

E esta actividade, tantas e tantas vezes criticada pelo cidadão comum, que vê neste Órgão um espaço quase exclusivo de questiúnculas, e que olha com desconfiança para o trabalho que os Deputados exercem, apelidando-os de uma série de epítetos que, por uma questão de decoro, me escuso de aqui reproduzir, é, decerto muitas vezes deturpado ou, pura e simplesmente, ignorado.

No entanto, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, muito mais importante que o calor dos debates parlamentares onde, por vezes, todos nós nos excedemos, é o

facto de que a nossa actividade deve obedecer a regras, a princípios, a normas de conduta que, dignificando este Parlamento, a todos nós dignificam também.

Não se pretende, com isto, falar em qualquer tipo de constrangimento, por mais velado que seja, de criar um índice de comportamentos ou de matérias proibidas e, muito menos, de instaurar qualquer tipo sublimar de censura ou de inibição.

Trata-se, isso sim, de perceber que a dignificação dos trabalhos desta Casa, seja em Plenário, seja nas Comissões, seja em qualquer outro tipo de actividade parlamentar, se devem nortear por regras básicas de cooperação, de lisura de processos e, sobretudo, do entendimento tácito que existem tempos e momentos certos para a divulgação da informação, para o debate público, para o confronto de ideias que nem sempre são, digo-o com clareza, coincidentes com a legítima, sublinho, legítima, vontade de acesso à informação por parte dos cidadãos ou da Comunicação Social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Por deliberação desta Assembleia, sob proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi criada, através da Resolução n.º 2/2002/A, a Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde, a que tenho a honra e o privilégio de presidir, e que leva já nove meses de trabalhos efectuados.

No decurso dos mesmos, importa relevar a forma cordata, consensual, empenhada e séria com que todos os seus membros têm vindo a desenvolver o seu trabalho.

A metodologia de trabalho foi aprovada por unanimidade. A relação das entidades a auscultar, dentro e fora da Região, foi fruto de sugestões e propostas de todos os Grupos Parlamentares.

A forma como se processaram as sucessivas reuniões teve, como denominador comum, uma total liberdade de expressão de pontos de vistas, de sugestões e de críticas.

O nosso objectivo, desde a primeira hora, foi o de contribuir, de forma positiva, para um debate profícuo sobre a evolução do Serviço Regional de Saúde e, sobretudo, o de apresentar um conjunto de recomendações ao Governo Regional que visem o seu financiamento, nas suas múltiplas formas.

Isso mesmo foi reconhecido pelo Governo Regional ao introduzir, no seu Orçamento para o presente ano, um artigo específico para acolher as recomendações que emanassem da Comissão.

Para a consecução dos seus trabalhos, a Comissão entendeu, unanimemente, municiar-se de um conjunto de informações que permitissem, de forma abalizada, atingir os seus objectivos.

Quer o estudo mandado fazer, quer as audições com os Parceiros do Sector, quer as reuniões efectuadas com personalidades e entidades de reconhecido prestígio e mérito, foram as ferramentas e os instrumentos de trabalho que a Comissão, para além da reflexão dos seus membros, entendeu necessárias adquirir, sempre na perspectiva que as mesmas seriam isso mesmo, **instrumentos de trabalho, que apenas comprometiam os seus autores, podendo ou não, serem acatadas pela Comissão.**

Refira-se, aliás, que os pré-relatórios das audições aos Parceiros estão ainda em fase de consulta aos mesmos, de forma a que os mesmos possam verificar da sua conformidade.

De todos estes passos estavam **todos** os membros da Comissão informados.

A todos os membros foi igualmente referida a constante pressão, por parte da Comunicação Social, a que a Comissão estava sujeita, atendendo ao interesse que o tema suscita.

Na última Reunião, ocorrida nos dias 11 e 12 do corrente mês, em Angra do Heroísmo, ficou definida a metodologia até ao final dos trabalhos, com especial ênfase para a forma como se deveria esquematizar o relatório final e respectivas conclusões.

Para espanto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, desde o passado dia 18, que alguns órgãos de Comunicação Social têm divulgado o conteúdo dos pré-relatórios das audições com os Parceiros, bem como de elementos constantes do estudo técnico elaborado.

Não se coloca aqui em causa, que fique claro, o papel da Comunicação Social neste processo.

O que se lamenta, de forma sentida, é que documentos de trabalho de uma Comissão, sujeitos inclusive à verificação prévia dos Parceiros, venham a público numa fase em que a Comissão, enquanto agente da decisão política, não tomou ainda qualquer

decisão, provocando uma natural confusão junto dos cidadãos, atendendo à multiplicidade de propostas e sugestões, tantas vezes opostas, que os mesmos encerram.

O que se lamenta, é que a divulgação extemporânea de tais documentos, sem a devida contextualização, possa induzir em erros de análise e, mais grave, ainda, possa tentar esvaziar o trabalho da Comissão.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não quer acreditar que estejamos perante alguma tentativa menos clara de diminuir o trabalho parlamentar.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista endereça um pedido de desculpas a todas as entidades que, ouvidas em Comissão, e tendo tido a garantia de que as suas declarações seriam objecto de análise prévia por parte dos próprios, tenham visto e ouvido os seus nomes e as suas declarações citadas, sem prévio conhecimento ou anuência.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista repudia esta forma de fazer política, pouco dignificante do exercício da actividade parlamentar.

Não fazendo juízos de valor, entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que atitudes deste tipo apenas e tão só caracterizam quem as pratica.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Informo a Câmara que está presente no nosso plenário uma turma do curso de gestão autárquica da Escola Profissional da Horta, a quem saúdo em nome da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Aplausos da Câmara)

Não havendo pedidos de esclarecimento sobre esta declaração política, vamos passar ao tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

Reabilitação de Estradas Regionais na Ilha de São Jorge

Um dos factores mais importantes para melhorar as condições de vida das populações, é uma boa ligação entre os centros geradores de tráfego, por exemplo, portos, aeroportos, zonas industriais etc..

O progresso e o bem-estar das populações depende cada vez mais de boas acessibilidades.

Nos últimos tempos tem estado na **ordem do dia**, na Ilha de São Jorge, o assunto da repavimentação, ou seja, da reabilitação de dois troços de Estrada Regional .

A saber:

O troço de Estrada Regional entre o **Aeroporto–Urzelina**, mais conhecido por (recta dos Moinhos), com cerca de 3 Kms de extensão.

E o troço de Estrada Regional entre a **Urzelina–Terreiros–Manadas**, com cerca de 6,5 Kms de extensão.

Quanto ao primeiro troço, este tem feito parte de vários comunicados do conselho de Governo, ano após ano, claro para encher comunicado e passar para o ano seguinte.

A exemplo disso é reler o Comunicado do Conselho de Governo, datado de 15 de Fevereiro do ano de 2000 e que na sua alínea w) rezava assim: *“Autorizar a abertura de um concurso público para a empreitada de alargamento, correcção e repavimentação da Estrada Regional entre o Aeródromo de São Jorge e a Urzelina, no valor de 95.000.000\$00 (noventa cinco mil contos)”*.

Já lá vão 3 anos...

Em Julho de 2001, e referente a este troço de estrada (Aeroporto–Urzelina), foi publicado em órgãos da Comunicação Social da Região o anúncio do Concurso Público n.º 7/DROPTT/1, para a Empreitada de correcção e reabilitação do mesmo.

Em 24 de Julho de 2001, também foi publicado em Jornal Oficial n.º 30 II Série o anúncio do concurso público desta obra e é bastante claro quando no seu n.º 3 a) refere que: *“Local de execução: Troço de Estrada Regional n.º 1-2ª entre o cruzamento do*

Aeroporto e a freguesia da Urzelina, concelho de Velas, Ilha de São Jorge – Região Autónoma dos Açores”.

E na alínea b) refere que: *“Designação da empreitada: Empreitada de **correção e reabilitação** do troço da ER n.º 1-2ª entre o aeroporto e a Urzelina, Ilha de São Jorge e essa **correção e reabilitação** será mediante o seu **reperfilamento**, e **construção de nova estrutura de pavimento**, incluindo **drenagens**, **reposição de vedações e sinalização horizontal e vertical.**”*

Não sou técnico nesta aérea mas com certeza o que a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos pretendia fazer nesta data e nestes troços não é, nem de perto, nem de longe, o que acima descrevi e que constava no anúncio do concurso público.

Ou seja pretendiam fazer **“um remendo”** e um remendo de má qualidade...

Para que não restem dúvidas quanto à má vontade por parte da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos em querer efectivamente executar esta obra, refira-se que em 2002 no Plano e Orçamento existia uma verba de 997.596 euros (cerca de 200 mil contos) para o sistema rodoviário regional, onde se incluía este troço de estrada.

Como no ano de 2002 não se realizou qualquer obra, perguntamos para onde foram os 200 mil contos ?...

Também sobre esta obra em 05 de Abril de 2002, recebi resposta a requerimento meu que informava de que esta obra não teria início em 2002, mas sim em princípios de 2003.

E qual não é o meu espanto quando em Novembro do ano passado e em análise ao Plano e Orçamento para 2003, constatei não existir um único cêntimo para estradas Regionais, para a Ilha de São Jorge.

Temos ouvido declarações de responsáveis governamentais, nomeadamente do Director Regional das Obras Públicas, no seu recém cargo, e políticos do Partido Socialista simplesmente ridículas e extemporâneas.

A exemplo disso é dizer que a culpa de não se realizar estas obras é do Governo da República.

Meu Deus!

Então nos últimos sete anos não resolveram este assunto, gastaram o dinheiro sempre em outras ilhas e agora com nove meses de Governo da República PSD/PP, este é que é o responsável!!!

Francamente, Sr. Secretário!!!

Então para que servem os Governos Autónomos?

Dou-vos um conselho. Não façam mais essa figura triste e ridícula.

Todos os Açorianos já entenderam que não é assim e ninguém já acredita num Chavão que o PS tanto tem usado para se desculpar da sua governação desastrosa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto ao segundo troço, ou seja entre a Urzelina–Terreiros–Manadas, este também se encontra muito degradado.

A reabilitação deste troço, também tem sido adiada de ano para ano e constado de comunicado em comunicado.

As populações destas duas freguesias (Urzelina e Manadas) estão sendo muito penalizadas com esta situação que se tarda em resolver.

No passado dia 29 de Janeiro do corrente ano requeri informações à Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, sobre a reabilitação destes dois troços de estrada.

Corriam “**rumores**” que infelizmente passaram a “**factos**” de que a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos se preparava para fazer uma **recarga asfáltica** nos dois troços que acima referi, mas com rega asfáltica, ou seja, com pavimento asfáltico de semi penetração.

Método que já caiu em desuso há mais de vinte anos!....

Três dias depois do meu requerimento e da **minha denúncia**, a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos começou, ao que parece, em experiência no troço de estrada junto ao Aeroporto, com o tal pavimento de rega asfáltica.

Depois de fazerem cerca de 30 metros, deslocaram-se para a freguesia das Manadas.

Foram recebidos pela população daquela freguesia com indignação e em manifestação pacífica e ordeira, ao contrário do que aconteceu com o responsável da SRHE que para falar com os populares (na segunda vez, porque na primeira não quis) chegou em carro patrulha da PSP e escoltada por dois agentes.

Estava eu e alguns Deputados do PS a assistir a esta cena caricata, e a pensar que estávamos no longínquo ano de 1973... já lá vão 30 anos..., ou seja, antes do 25 de Abril....

Consideramos ofensivo que a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos queira fazer deste tipo de pavimento em troços de Estrada Regional que tem a maior circulação automóvel da ilha.

Consideramos que é falta de visão usar métodos que já há muito caíram em desuso.

Consideramos ridículo que em pleno século XXI se reabilite uma Estrada Regional com rega asfáltica e não com tapete betuminoso.

Diga-se de passagem que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas infelizmente tem reabilitado poucos Kms de caminhos de penetração (cerca de uma dezena), mas diga-se também, e em abono da verdade, que esses pelo menos são de tapete betuminoso.

As populações estão apreensivas e indignadas.

As populações destas freguesias apenas querem um tratamento igual aos outros.

Este tipo de atitudes só pode significar que a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos tem “**um propósito**” para prejudicar os Jorgenses.

Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos:

Pela minha voz, que represento aqueles que nesta data estão descontentes com esta situação e são uma larga maioria, pode crer, para não dizer todos, deixo aqui um protesto e um apelo:

Um protesto, pela forma grosseira e arrogante como este assunto tem sido tratado pela vossa Secretaria junto das populações das Manadas e Urzelina.

Um apelo, faça uma reprogramação do plano de asfaltagem que tem para aquela ilha e para o troços de estrada que eu aqui referi, e que sejam reabilitados em tapete betuminoso.

Também os Jorgenses vivem nesta Região e exigem um tratamento igual aos restantes Açorianos.

Por último e para terminar permita-me que lhe diga Sr. Secretário JOSÉ ANTÓNIO VIEIRA CONTENTE.

Com estas atitudes discriminatórias que V. Ex^a. tem tomado em relação à Ilha de São Jorge, ilha da qual também o senhor é natural, se fosse para passar esta história a livro, talvez tivesse o título:

“A VINGANÇA DO INDÍGENA”!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Mark Marques que a rede viária regional corresponde a uma extensão de 1393 km. Isto significa que o Governo Regional, há 6 anos a esta parte, tem tido uma atenção fundamental em termos do investimento que foi alocado a esta rede viária regional, porque ao contrário do que o Sr. Deputado Mark Marques possa pensar, em 1996, a grande fatia percentual das estradas regionais, era nesse asfalto que o Sr. Deputado afirma que era de há 20 anos atrás.

A utilização do asfalto de semi penetração, que o Sr. Deputado fala, foi iniciada na década de 60 e tem vindo a ser utilizado em várias estradas regionais, porque é uma intervenção que corresponde às possibilidades e aos recursos da Região e melhora a segurança e a qualidade do piso, face, por exemplo, aos buracos que havia nas estradas regionais em 1996.

Nessa matéria, nós temos muito orgulho e muitos bons dados para referir na Assembleia Legislativa Regional e ao povo açoriano.

Só para lhe dar um exemplo, de 1990 a 1996, os vossos governos fizeram intervenções em 100 km de estrada e gastaram cerca de 20 milhões de contos.

Nós, de 97 até ano 2002, fizemos intervenções em 300 km de estradas regionais e fizemos intervenções que corresponderam a um investimento de cerca de 30 milhões de contos.

Nós fizemos mais com menos dinheiro.

Este é o primeiro dado que gostaria de deixar aqui, para não falar na questão das calamidades.

Por outro lado, gostaria de dizer que, infelizmente, na Região Autónoma dos Açores, esse tipo de intervenção provisória não vai estar fora de prazo durante algum tempo, porque ainda há muitos quilómetros de estradas regionais que precisam dessa intervenção provisória e sempre é melhor do que aquela que nós encontramos quando chegámos ao Governo.

Quando chegámos, encontramos pavimentos em várias ilhas que tinham 30 e 50 anos. No caso desse asfalto betuminoso que o Sr. Deputado reclama para a Ilha de São Jorge, não havia um grama nem um centímetro em algumas ilhas. Não tem nada a ver com modernidade, mas com a falta de investimento em algumas dessas ilhas.

Portanto, não há nenhuma razão nas suas palavras e muito menos na Ilha de Jorge. A Ilha de São Jorge tem a maior taxa de cobertura de asfalto betuminoso de todas as ilhas dos Açores. Por isso eu sou um bom indígena, se quiser ver isso por esse prisma. A sua intervenção foi trágico-cómico, porque não referiu como deve ser o investimento que o Governo Regional já fez na Ilha de São Jorge e aquele que tem previsto para o futuro.

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradecia que concluísse.

O Orador: Nós temos outras prioridades em outras ilhas, que estão agora mais carenciadas e que iremos chegar dentro dos recursos da Região e dentro daquilo que foi aprovado na última programação financeira.

Portanto, nós não estamos a inventar nada de novo.

Já agora, como se diz em São Jorge, em matéria de estradas, há uns que dizem mais do que sabem; outros sabem mais do que dizem. No seu caso, não soube o que disse.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E outros que prometem mais do que fazem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Mark Marques:

Estive atento à sua intervenção e gostaria de prestar alguns esclarecimentos relativamente ao que foi dito por si na tribuna.

Gostaria de começar por explicar por que é que esses troços de estrada, a que se referiu na tribuna, ainda não estão prontos. Antes de mais, quero informar que os Governos do Partido Socialista já investiram na rede viária de São Jorge mais de 1 milhão e 200 mil contos.

Indo concretamente à sua questão, gostaria de lhe dizer que os jorgenses teriam apreciado muito melhor a sua posição se em devido tempo tivesse trazido esse assunto para este órgão.

Como sabe (saber, sabe, julgo é que já se esqueceu disso!), as estradas regionais de São Jorge fizeram parte de um programa comunitário que teve início em 1990.

Os Governos do PSD garantiram aos jorgenses e aos açorianos que iam reabilitar 56 km de estrada em São Jorge, que são aquelas estradas que foram reabilitadas 6 anos depois por este Governo.

Inclusivamente, os senhores tiveram o descaramento de utilizar os dinheiros comunitários destinados às estradas de São Jorge noutra qualquer lugar da Região. Nessa altura, o senhor não se preocupou nem levantou essa questão.

O Sr. Deputado sabe muito bem, porque estava nesta Assembleia, que o Governo, por duas vezes, pediu autorização a este órgão para contrair empréstimos bancários e fê-lo precisamente para reabilitar esses troços.

Para onde é que foi o dinheiro desses empréstimos bancários que tinham como finalidade reabilitar as estradas regionais que o senhor referiu naquela tribuna?

Isso, o senhor devia ter dito na devida altura, precisamente para que agora houvesse dinheiro para asfaltar os troços que ainda estão por asfaltar.

Como o Sr. Deputado sabe, 80% da rede viária de São Jorge está reabilitada. Faltam 20%.

O senhor também sabe, porque por diversas vezes tem sido focado esse assunto, que a pavimentação entre a Urzelina e o aeroporto, será realizada durante este mandato, ou seja, até 2004.

O Sr. Deputado falava na má qualidade dos remendos. Em 1995, quando os senhores eram governo, eu estive numa festa na freguesia das Manadas e esse troço de estrada apresentava-se com buracos que cabiam “camiões”.

(Risos da Câmara)

O Sr. Deputado referiu-se a uma conservação de estradas de má qualidade simplesmente porque na altura dos senhores nada disso se fazia.

Para concluir, gostaria de lembrar o Sr. Deputado Mark Marques que, além deste Governo já ter pavimentado aqueles troços para os quais os senhores receberam dinheiro da Comunidade Europeia, através de um programa que se chamou Programa Nacional de Interesse Comunitário, e gastaram o dinheiro nalgum sítio que eu não sei, mas o senhor deve saber (sei que não foi em São Jorge!), o Governo Regional reabilitou a ponte das Manadas, que foi danificada pelo sismo de 1980. De 1980 a 1996, aquela ponte pôs em causa a segurança dos seus utentes.

Também reabilitou o Ramal para a Fajã do Ouvidor, que tinha sido terrivelmente afectado com o sismo de 1980.

Como sabe, o Governo Regional reparou todos os muros a montante do troço entre o aeroporto e as Velas...

Presidente: Sr. Deputado, o senhor já ultrapassou o tempo.

Deputado Mark Marques (PSD): Os “camiões” são muito grandes!

O Orador: ... que oferecia muito perigo aos utentes daquela via pública e que tinham sido debilitados com o sismo de 1980.

Durante os Governos do PSD pouco ou nada se fez ao nível da conservação de estradas correntes.

Para concluir, gostaria de dizer que este governo investiu em 6 anos 10 vezes mais do que o PSD investiu em 20 anos, em matéria de reabilitação de estradas regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, vamos prosseguir o debate. Espero que façam como Santa Maria fez ontem, nunca ultrapassou o seu tempo. Aquele debate foi um exemplo, para nós.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, eu prometo respeitar os 3 minutos, como é meu hábito nesta Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Apenas uma resposta:

Depois de todos esses buracos que o senhor encontrou e que cabiam “camiões”, eu não encontro um camião que leve tanta asneira.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Sr. Secretário Regional da Habitação de Equipamentos:

No seu jeito, onde gosta muito de ser um pequeno artista, diz: “uns sabem mais do que dizem; outros dizem mais do que sabem!”. No seu caso, o senhor não sabe, nem diz.

O senhor diz que o que estiveram a fazer, porque pararam, de reabilitação de estradas, impõe maior segurança.

Na frente dos populares – o Sr. Deputado António Gomes, por acaso esteve lá presente, não sei se vai negar agora – o senhor disse que andava, não sei há quantos anos, a fazer este tipo de asfalto, e ficava bom – eu até acredito – mas este não fica bom.

Já agora pergunto: por que é que os senhores, ao interromper nas Manadas, não começaram na Urzelina? Com certeza que a população tinha tomado a mesma posição e tinha razão. Mas será que, internamente, a Junta de Freguesia da Urzelina não chamou a atenção do Sr. Secretário para não começar, porque ia dar sarilho?

Sr. Secretário, não faça aos outros o que não quer que façam a si.

O Sr. Secretário e o Partido Socialista perdem todos os argumentos quando começam a falar de 1996 para trás.

Falar de um Plano de Intervenção Comunitária, coisa do século passado, e eu nem sequer estava cá?

Deputado António Gomes (PS): Estava cá, sim senhor!

O Orador: Vir apontar números, como 80%, é verdade. Mas deixar passar a ideia de que o Partido Socialista é que asfaltou todas as estradas em São Jorge, convém esclarecer que não é verdade.

Mas não é isso que está em causa. Eu vivo no presente e luto por um melhor futuro. Os velhinhos é que se lembram do passado. Vão ao cinema e correm o risco de já ter visto aquele filme.

Sr. Deputado, eu estou na idade de querer ver o presente e um futuro melhor.

Sr. Secretário, deixo no ar uma questão que não foi respondida:

Neste momento as obras pararam. Naquele dia não houve informação.

Gostaria que o Sr. Secretário dissesse nesta Casa – a não a ser que use novamente a argumentação que costuma usar em que quando eu questiono através de requerimento, o senhor diz que responde na Assembleia, agora eu estou na Assembleia, se calhar vai dizer que responde ao requerimento – o que é que a Secretaria pretende fazer?

Foi dito em São Jorge, por um Deputado do PS, que a população tinha dito: “não fazem nada, então esperamos até 2006!”.

A população nunca disse isto, em lugar algum.

O que a população disse, mantém-se e eu reafirmo aqui, foi: “Nós queremos um tratamento igual!”.

Na minha opinião, e para ser sério, a Secretaria devia dizer: “não podemos fazer toda essa extensão, mas vamos fazer metade disso, em tapete”.

Eu gostaria de saber a posição da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Mais um indígena!

Deputado Artur Lima (PP): Com muito gosto, Sr. Deputado.

Temos é medo dos indígenas, porque não sabemos se são bons ou são maus, que tratam mal a nossa terra, mas isso é um assunto que vamos discutir daqui a pouco.

O Sr. Secretário pode ser um bom ou mau indígena para São Jorge, mas para a Terceira, não é indígena, mas é mau de certeza.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

Tenha paciência! É isso que nos é pedido por este Governo.

Deputado Mark Marques (PSD): Já estou a tomar Xanax!

O Orador: Este Governo começou com o slogan “Força do Coração”, depois passou para “Vamos mudar os Açores” e agora “Tenham Paciência”.

Ouvimos isto ontem, no debate sobre a EDA. Hoje, falamos de estradas, a mesma coisa: tenham paciência!

Tenha paciência, Sr. Deputado, porque é isso que nós já estamos a ter há 2 anos e meio.

Há dois anos e meio, quando foi criada a nova freguesia de Porto Martins, tivemos uma excelente prenda do Governo, o asfalto dos anos 60. O Sr. Secretário ofereceu-o, ficando lá um tapete muito bonito, cheio de pó. Durou dois anos a desaparecer o pó e agora temos buracos que não cabem um camião, mas uma roda de um carro sempre vai entrando.

Sr. Secretário, na altura foi prometido que passados 2 anos teríamos o tal tapete betuminoso.

Já se passaram dois anos e meio. Quando é que vamos ter o novo tapete betuminoso na nova Freguesia de Porto Martins? A nossa paciência também tem limites.

O Sr. Delegado das Obras Públicas, na Terceira, disse na altura que não havia recursos económicos. Nessa altura não sei quem é que estava no Governo da República.

Deputado Renato Leal (PS): Tenha paciência, que há-de lembrar-se!

O Orador: Era o Durão Barroso?

Não, não era. Era o “fugitivo”!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Naquela altura, já não havia dinheiro. Eu estranho como é que agora a culpa de não haver dinheiro seja do Governo da República, porque naquela altura não era.

Sr. Deputado, tenha paciência, porque a falta do dinheiro já apagou do mapa o último troço da via rápida.

Eu lamento ter que trazer este assunto, hoje, a esta Casa, mas infelizmente é assim, quando não há dinheiro apaga-se do mapa e coloca-se uma placa nova e o mesmo vai acontecer em São Jorge.

Sr. Deputado, tenha paciência para mais um ano e meio de penitência para acabar com a indiferença deste Governo, em relação ao desenvolvimento harmonioso dos Açores, que realmente não tem tido sensibilidade para desenvolver os Açores harmoniosamente, em todas as suas vertentes.

Muito obrigado.

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados, eu gostaria de dizer que também tenho muita paciência, porque passou-se, de voo, de um problema concreto de São Jorge, para a Ilha Terceira.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É sistema rodoviário!

Presidente: É preciso ter algum cuidado nisto, porque há uma intervenção concreta sobre uma determinada matéria. Se nós começarmos a divagar de ilha para ilha, fugimos imediatamente ao tema central do debate e os pedidos de esclarecimento subsequentes deveriam basear-se nele.

Como disse, tenho imensa paciência na latitude de pensamento. Portanto, só chamo a atenção de V. Exas. para isso.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dar mais um esclarecimento adicional à minha primeira intervenção e para dizer uma coisa que fica muito clara em matéria de estradas regionais. O nosso atraso, em matéria de estradas regionais,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É grande!

O Orador: ... nos 1393 km, era visível à data de posse do VII Governo Regional. Ninguém tenha dúvida nisso.

Também é visível outra coisa que leva a esse vosso estado de espírito e ao das populações. Quando uma população, como na Ilha de São Jorge, vê uma tão grande quantidade de estradas regionais asfaltadas com asfalto betuminoso e usufrui dessa

qualidade e dessa segurança, obviamente que fica insatisfeita com o asfalto que existe ao lado, mas foi esse asfalto que existiu e ainda existe na Região e nalguns casos já tem 30 e 50 anos.

O trabalho que nós estamos a fazer é reganhar muitos anos perdidos nessa matéria e ninguém tenha dúvidas nisso.

Todos sabem e devem ser sérios nesta questão, quais os investimentos programados no Plano e quais foram aqueles que foram reprogramadas em 2003. Não vale a pena estar a inventar perguntas, a perguntar se se vai fazer ou não, porque isso está no Plano da Região.

Em matéria de estradas regionais não está no Plano da Região o troço das Manadas. Portanto, não vai ser feito até 2004.

Também não está no Plano da Região o troço que o Sr. Deputado do PP referiu. Portanto, também não vai ser feito.

Quando saiu do Plano foi a intenção clara, determinada e séria de que não vai ser feito. Assim é que é correcto e foi esse o documento aprovado na Assembleia por proposta do Governo.

Escusam de estar sempre, à falta de mérito próprio, a inventar o que falta fazer, quando já sabem que não vai ser feito porque não está no Plano. Essa é a vossa grande falha na prepositura.

É muito fácil falar no que falta fazer, mas não é sério falar no que falta fazer quando não está no Plano a Médio Prazo que foi aprovado em 2003.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os senhores é que prometeram!

O Orador: Os senhores escusam-se de ter essas manobras de diversão, porque elas não nos movem nem nos comovem.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os senhores é que aprovaram os Planos. Perderam tudo, até a memória!

O Orador: O que nos move é a determinação de, dentro dos recursos que nós temos disponíveis – nós não temos nenhum papeline ligado à Guiné Bissau para transportar asfalto para os Açores – fazermos e cumprirmos o que está no Plano. É isso que vai ser feito e nada mais do que isso.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

O senhor não quer falar do passado. Pergunto-lhe: conforma-se ou não com o facto dos Governos do PSD, que receberam dinheiros comunitários e contraíram empréstimos para as estradas de São Jorge, desviarem esse dinheiro para outros sítios, quiçá para um monumento da Autonomia?

Eu não me conforme, porque se os Governos do PSD tivessem feito a reabilitação das estradas para as quais receberam dinheiro, obviamente que hoje tínhamos em São Jorge 100% da rede viária concluída e reabilitada.

Temos esse problema, porque os Governos do PSD roubaram a São Jorge o dinheiro que receberam da Comunidade e os empréstimos que contraíram autorizados pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Aqui é que está o cerne da questão.

Portanto, temos que falar do passado, porque os senhores, em documento oficiais, têm como se tivessem reabilitado esses troços de estrada. Está no relatório para a Comunidade Europeia e está nos documentos que foram distribuídos pelos Deputados. Se o tivessem feito, hoje não estávamos a assistir a esse problema, porque este Governo já tinha concluído o que faltava concluir ao nível da reabilitação das estradas regionais em São Jorge.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

Eu não lhe reconheço o direito, nem lhe admito, que venha para aqui dizer que é mais sério que os outros, porque não é. Ninguém está a inventar manobras de diversão.

Os senhores é que respondem a um requerimento, no final de 99, a dizer que o projecto deste troço de Estrada Regional, Aeroporto/Urzelina, está atrasado prevendo-se que a empreitada seja posta a concurso até ao fim do ano.

Nós baseamo-nos nos documentos que os senhores escrevem. Nós não inventamos nada.

No comunicado do Conselho de Governo, em 2000, o senhor diz na alínea w):

“Autorizar a abertura do concurso público no valor de 95 mil contos.”

Sr. Secretário, isto são manobras de diversão?

Eu faço um exercício de memória. Eu guardo os meus arquivos e estes documentos foram escritos pelos senhores.

Vir dizer que nós andamos aqui a criar manobras de diversão, a dizer que nós somos menos sérios que os senhores... Sr. Secretário, eu não lhe reconheço isso, nem o senhor é mais sério do que eu. O senhor é que escreveu este documento.

Vir dizer agora que não vai fazer porque não está no Plano... Sr. Secretário, se nos documentos estava inscrito e nunca deram credibilidade, essa informação que o senhor me dá agora é a confirmação daquilo que os senhores deviam ter dito desde sempre: “nós nunca vamos fazer isso!”.

Vir dizer que 80% das estradas regionais estão asfaltadas, em São Jorge, pode ser verdade, mas fica a ideia de que quando o Partido Socialista tomou posse em 96, São Jorge, estava ainda no Séc. XVIII e que os senhores é que asfaltaram esses 80%.

Sr. Secretário, convenhamos que não é assim.

O troço de estrada Calheta/Topo, foi no outro governo.

A variante Urzelina/Manadas, também foi no outro Governo.

A questão não é essa.

Fica bem claro e os jorgenses ficam bem esclarecidos que este governo não irá executar as obras até 2004.

Já agora, a título de registo e para terminar, nessa mesma manifestação houve alguém que disse “isso só para 2006” e houve um popular que disse “os senhores não se preocupem, porque vão embora em 2004”.

Tenho dito.

Deputado António Gomes (PS): Foi o Sr. Deputado Mark Marques quem disse isso!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate, vamos passar à próxima intervenção.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP). Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

No decorrer deste Período Legislativo já foram analisadas questões referentes à agricultura e nomeadamente à agro-pecuária, mas voltarei ao sector, até porque pretendo fazer algumas considerações sobre matéria não referida então, concretamente vou fazer algumas considerações sobre "reformas antecipadas na agricultura", matéria sobre a qual já aqui trouxemos por diversas vezes, mas que consideramos voltar a ser necessário e oportuno analisar.

Em Janeiro de 2001, aqui, neste Plenário, afirmámos que a Região não tinha conseguido as verbas que necessitava no sentido de implementar reformas antecipadas na agricultura; e isto, porque em 23 de Janeiro de 2000, o Comité Star, que reúne a Comissão Europeia com representantes dos Estados Membros, aprovou os planos de desenvolvimento rural para Portugal, com a redistribuição dos montantes pelo Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, e desde logo verificava-se que a verba destinada aos Açores para reformas antecipadas em 2001 e 2002, apenas iria garantir a satisfação dos compromissos já assumidos. A realidade é que essa medida é fundamental para melhorar a viabilidade económica de explorações conduzidas por agricultores mais novos do que aqueles que cessam a sua actividade.

Em 10 de Janeiro de 2002 foi publicada a Portaria n.º 1/2002 que aprovou o regulamento de aplicação da Reforma Antecipada na Região.

O Art.º 15º desse regulamento preceituou que o período de candidatura decorrerá de 01 de Janeiro a 31 de Outubro de cada ano, e efectivamente em 2002, até 31 de Outubro, os diversos Serviços de Desenvolvimento Agrário receberam processos que com certeza enviaram com celeridade ao IROA. No entanto, é necessário dizer que o Art.º 16º estabelece que "as candidaturas serão aprovadas em função da dotação orçamental".

Acontece que, pelo menos nas Flores, e julgo que em toda a Região, os agricultores aguardam pacientemente a aprovação dessas candidaturas, não tendo recebido até ao presente qualquer informação; segundo o regulamento, a análise das candidaturas compete ao IROA. Será que elas já foram analisadas? Será que, mesmo analisadas, estão à espera do visto de algum responsável do IROA? Mas é muito tempo à espera!

Seria de todo o interesse para este Parlamento e para os interessados que o Sr. Secretário Regional pudesse informar se já há processos de reforma antecipada analisados ou em condições de serem analisados pela Unidade de Gestão do Plano de Desenvolvimento Rural dos Açores.

Valerá a pena lembrar que os agricultores que se candidataram à reforma antecipada continuam a manter as suas explorações e só serão reformados a partir da assinatura do contrato entre ele e o ou os agricultores que recebem a sua exploração, e isso só poderá acontecer após a aprovação da candidatura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Mais uma vez foram criadas expectativas aos agricultores que não se estão a cumprir em tempo útil.

Disse.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, devo referir que, em primeiro lugar, não é um tema novo. A política, relativamente às reformas antecipadas já foi referida por mim várias vezes neste Parlamento, onde referi que o número de candidaturas aprovadas no II Quadro Comunitário de Apoio, excedeu as expectativas e comprometeu grande parte das verbas desse Fundo Comunitário.

Como esse Fundo Comunitário tem uma verba total de 10 milhões de contos, ou seja, 50 milhões de euros, os mil trezentos e vinte e tal casos aprovados no II Quadro Comunitário de Apoio, têm que ser pagos no III Quadro, por essas verbas. A expectativa de aprovação no III Quadro seria muito mais diminuta do que no I Quadro.

De resto, as candidaturas apresentadas no período que referiu o Sr. Deputado, foram cerca de 5 a 6 dezenas.

Este período permitido pelo Regimento em que os Srs. Deputados fazem perguntas e o Secretário tem que saber os números de cor, às vezes não é muito fácil.

As candidaturas estão a ser apreciadas previamente no IROA e serão naturalmente aprovadas ainda nos meses de Março e Abril. É esta a expectativa que temos para essas aprovações.

Como sabe, é um processo relativamente burocrático. Os lavradores têm que entregar muitos documentos, porque são exigências comunitárias. Neste momento, estão a ser pedidas algumas confirmações de documentos apresentados ou de documentação prometida a apresentar e que não estava apresentada.

Não se trata exclusivamente do processo do IROA, mas da confirmação de vários documentos apresentados pelos candidatos.

De qualquer maneira estou convencido que em Março ou em Abril essas questões serão tidas em consideração.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, agradeço a informação do Sr. Secretário Regional. Em segundo lugar, gostaria de lembrar que um número tão pequeno de processos (5 a 6 dezenas) está, em nosso entender, a levar muito tempo a ser analisado.

Recorde-se que o período de candidaturas foi encerrado em 31 de Outubro.

O Sr. Secretário diz que há documentos que são necessários confirmar, mas também há documentos que têm prazo limitado. Temos muito receio que, perante tanta demora do instituto competente para análise dos processos, com o terminus do prazo para entrega dos documentos, possa novamente muito agricultor ter que apresentar novos documentos, o que é sempre um inconveniente, por um lado, e, por outro, é um aumento de despesa para o próprio agricultor.

De qualquer modo, há uma questão que o Sr. Secretário não respondeu: em relação a essas 5 ou 6 dezenas de processos que estão em análise prévia, existe a garantia, em 2003, de que a comparticipação regional e a comparticipação do FEOGA poderão contemplar a sua aprovação?

De acordo com o regulamento só serão aprovadas candidaturas se houver disponibilidade financeira. Ora, a disponibilidade financeira é, por um lado, do

FEOGA e, por outro, da própria Região. A pergunta concreta que eu faço é se se prevê, em função daquilo que já se sabe que existe, disponibilidade financeira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais um esclarecimento no sentido de dizer que qualquer documento entrado numa repartição pública com a validade em dia, não perde mais a validade.

Um documento válido por 6 meses, que entrou numa repartição pública no período de validade, se passar esse prazo, não é preciso novo documento, porque ele entrou com a validade certa. Nesse caso, todos os senhores lavradores que entregaram documentos e que eles estejam válidos, não perdem a sua validade.

Segunda questão: existe disponibilidade financeira para aprovar as candidaturas que foram apresentadas.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O ano de 2003 é, por Decisão do Conselho da União Europeia, “O Ano Europeu das Pessoas Com Deficiência”. Uma tomada de posição que surge na sequência de mais de uma década de orientações comunitárias anteriores, visando contribuir para a promoção de uma efectiva inclusão das pessoas portadoras de deficiência nos diferentes sectores da vida em sociedade.

Refira-se a título de exemplo:

a Resolução do Conselho e dos Ministros da Educação, de 1990 na qual se propunha “... intensificar os seus esforços no sentido da integração ou do incentivo à integração dos alunos deficientes no sistema regular de ensino ...”;

a aprovação em 1993 pela Assembleia Geral da ONU das regras aplicáveis à igualdade de oportunidades;

a Resolução do Conselho de 1996 sobre igualdade de oportunidades de emprego;

a Decisão do Conselho 2000/750/CE “com vista à mudança de práticas e atitudes através da mobilização dos agentes envolvidos e do fomento do intercâmbio de informação e de boas práticas”;

ou ainda as conclusões do Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000) que “exortavam os Estados Membros a considerar devidamente a exclusão social nas suas políticas de emprego, educação e formação, saúde e habitação e a definir acções prioritárias destinadas a grupos alvo específicos, tais como as pessoas com deficiência”.

Em função destas tomadas de posição comunitárias, da produção legislativa verificada a nível nacional e regional, e das vontades de agentes governativos, IPSS e Associações de Deficientes Regionais operaram-se, nos Açores, progressos significativos.

As **crianças** portadoras de deficiência estão integradas no sistema regular de ensino com uma diversificação da oferta curricular.

Dispomos de medidas concretas que facilitam a **integração no mercado normal de trabalho** que vão desde a formação profissional aos incentivos à contratação e adaptação do posto de trabalho passando também pelo regime de quotas recentemente aprovado. Em alternativa à integração assegura-se também a oportunidade de emprego protegido.

Possuímos legislação que regulamenta a **eliminação de barreiras arquitectónicas**.

Iniciámos uma prática de **adaptação das habitações**.

E estreámos recentemente experiências ao nível da **promoção da acessibilidade** através da transmissão de alguns noticiários em língua gestual e da oferta de transporte adaptado.

O Ano Europeu das Pessoas com Deficiência não ignora esta realidade. Vem antes complementar as tomadas de decisão anteriores, reconhecendo o percurso já efectuado mas, também, a necessidade de um investimento contínuo na:

generalização destas medidas por forma a estarem disponíveis a todos quantos delas necessitem;

divulgação de informação sobre os diferentes tipos de deficiência, por forma a combater estereótipos, preconceitos e comportamentos discriminatórios;

sensibilização das comunidades para a implementação e proliferação de práticas inclusivas;

estabelecimento de parcerias nacionais e comunitárias que facilitem a divulgação de boas práticas; e

investimento na relação com os órgãos de comunicação social por forma a projectar uma imagem positiva da população portadora de deficiência.

Face a estes objectivos expressos na Decisão do Conselho diria que vivemos em 2003, uma oportunidade, talvez única, de contribuir para uma mais efectiva mudança de atitudes e de comportamentos através da complementaridade das acções desenvolvidas em parceria quer a nível local, regional e nacional, pelos diferentes Estados Membros, quer a nível Comunitário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Decisão do Conselho da União Europeia deve merecer de todos nós um envolvimento social e político mas também pessoal.

É justo que reconheçamos a significativa evolução, no âmbito da inclusão das pessoas com deficiência, verificada desde os tempos em que a exclusão ou mais tarde a segregação regiam as nossas interacções com os nossos concidadãos portadores de deficiência (e aprez-me confirmar que a nível Regional tal, como a nível Nacional e Comunitário, a integração é hoje, de facto, assumida pela grande maioria dos fazedores de opinião e detentores de poder de decisão como um objectivo não só desejável mas também viável).

Não podemos, no entanto, ignorar que os 38 milhões de cidadãos comunitários portadores de algum tipo de deficiência continuam, hoje, a debater-se, diariamente, com obstáculos acrescidos no acesso a meios que lhes permitam ultrapassar as incapacidades provocadas pela deficiência, no desenvolvimento dos seus potenciais, no acesso à educação e formação adequadas, no acesso e manutenção de emprego compatível com as suas habilitações e aspirações, na sua mobilidade através da utilização de transportes, ou mesmo no acesso à informação e às mais variadas infra-estruturas físicas.

De facto, acredito que hoje já não agimos de forma intencional com o objectivo de excluir. Mas tenho que admitir que continuamos a agir, por desconhecimento,

preconceito, descuido ou omissão, de uma forma que ainda limita, ou pelo menos não facilita, uma verdadeira igualdade de oportunidades.

Em jeito de desafio à nossa assunção desta realidade e de incentivo a uma participação mais activa neste processo de mudança, faria uma breve referência a esta Casa que considero nossa, mas também de todos os Açorianos e, gostaria de deixar bem claro, que ao dizer todos os Açorianos, estou a referir-me também aos cerca de 10.300 açorianos portadores de deficiência.

Estou convicta que nenhum de nós, hoje, aqui presente, acredita que uma pessoa portadora de deficiência deva ser excluída do nosso convívio ou tão pouco impedida de desempenhar, por exemplo, o cargo de deputado. No entanto, não é menos verdade, que uma pessoa portadora de deficiência motora grave, ou eu própria, se por algum infortúnio visse a minha mobilidade significativamente reduzida, estaria **impedida** de aceder, de forma autónoma, a esta tribuna.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é a realidade que se vive nos Açores, em Portugal e na Comunidade. E é por isso que o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência ganha particular relevância.

O empenhamento Nacional na participação nesta iniciativa comunitária é já visível.

Em Novembro de 2002 foi criada, no âmbito do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, a Comissão Nacional de Coordenação para o Ano Europeu da Pessoas com Deficiência. Comissão esta que conta com a participação do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, de alguns departamentos governamentais e de organizações não governamentais da área da deficiência e reabilitação, estando incumbida de:

- Elaborar o plano de acção nacional;
- Coordenar e dinamizar as iniciativas a desenvolver;
- Divulgar os objectivos do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência;
- Incentivar a participação activa de agentes públicos e privados;
- Divulgar os processos de candidatura a projectos no âmbito desta iniciativa;
- Definir as condições de financiamento;
- Acompanhar a execução dos projectos e proceder à sua avaliação.

Neste momento procede-se, a nível nacional, à divulgação da iniciativa junto das entidades públicas e privadas com intervenção na área da integração e reabilitação e à recolha de intenções de candidatura por forma a ser elaborado o plano nacional.

Se por um lado julgo lamentável que as Regiões Autónomas não estejam representadas na Comissão Nacional, não posso deixar de referir a sua inclusão nos contactos já estabelecidos pela referida Comissão com a Região no sentido de recolher o contributo dos Açores para o plano nacional de acção assegurando, por essa via não só a nossa participação, mas também, e do meu ponto de vista igualmente importante, a fundamental articulação e complementaridade das acções a desenvolver no todo nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Igualmente visível é o empenho da Região em associar-se a esta iniciativa comunitária.

Neste sentido foi proposta a criação de uma Comissão Regional de Coordenação para o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, que contaria com a participação das diferentes áreas de acção governativa e de representantes das Associações com actuação na área da integração e da reabilitação e assumiria, na Região, competências em tudo semelhantes às acometidas à Comissão Nacional.

Procedeu-se à divulgação da iniciativa junto de todas as Instituições com actividade em matéria de integração e reabilitação, disponibilizando-se informação e formulários de candidatura e incentivando à participação. Foram já apresentadas 12 candidaturas com projectos de acção em 4 ilhas.

Muito ainda está por fazer. A comissão proposta tem uma árdua tarefa, mas o sucesso da iniciativa depende também do envolvimento de todos nós.

Espero, com esta intervenção, ter prestado um modesto contributo para a prossecução dos objectivos que aqui expus, nomeadamente colaborando para a divulgação da iniciativa, porventura incentivando alguns dos que me ouviram a uma participação activa, desafiando os órgãos de comunicação social aqui presentes a uma experiência que por certo será gratificante, e desafiando igualmente todos e cada um de nós, a um olhar mais atento às nossas próprias atitudes e comportamentos, que possa, espero eu,

motivar-nos a assumir uma actuação mais facilitadora da igualdade de oportunidades que, por certo, todos defendemos e desejamos.

Deputados José Manuel Bolieiro e Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PSD e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sra. Deputada Nélia Amaral:

Naturalmente, não vou colocar nenhuma questão em relação à sua intervenção. Creio que todas as intervenções proferidas pelos Srs. Deputados são feitas com o maior cuidado e interesse e a Sra. Deputada tem sido o exemplo disso.

Hoje, a senhora trouxe uma questão essencial, um apelo a toda a sociedade, a todos e a cada um, às Instituições Particulares e Públicas, à Administração Pública Regional e Local, à própria Comunicação Social e às famílias, para que cada vez mais o processo de inclusão das crianças e dos adolescentes, no ensino regular, na sequência da Convenção de Salamanca, seja uma prática; que o processo de integração das pessoas com deficiência cada vez mais seja uma realidade e sejam dadas condições de igualdade e de oportunidade a esses nossos concidadãos, nossos irmãos, que por uma razão ou outra, tenham sido atingidos por situações de deficiência.

Daí a nossa palavra de comungar com essas ideias e com esses objectivos numa actuação que cada um de nós tem que ter, prática, activa, no sentido de vir a minorar as dificuldades que esses nossos concidadãos têm, no sentido de serem cada vez mais elementos activos da nossa sociedade.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em Maio de 2001 foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD uma Proposta de Resolução que recomendava ao Governo Regional que, em conjunto com outras entidades, procedesse o mais rapidamente possível à limpeza e requalificação do

Aeroporto de Santa Maria. Recomendava-se ainda ao Governo que diligenciasse no sentido de se proceder à desanexação de todos os terrenos não necessários à actividade aeroportuária para a Câmara Municipal de Vila do Porto.

Esta Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Quase dois anos passados continuam os marienses pacientemente à espera que o problema seja resolvido.

Desde casas em ruína, passando por várias lixeiras a céu aberto, logradouros transformados em mato e uma rede de estradas paupérrima, de tudo é possível ver nesta zona que é a porta de entrada em Santa Maria.

Resulta daqui que qualquer adiamento na resolução desta situação começa a deixar de ser admissível, com a agravante de que a cada dia que passa a situação piora.

Poderia, como é óbvio, apresentar outra Proposta de Resolução, reforçando a anterior, mas tal não faz sentido, tendo em conta que se entende que o Governo Regional deve cumprir, ou pelo menos tentar cumprir, as recomendações que são aprovadas em plenário.

Não há mais tempo, nem para atrasos, nem para desculpas, o Governo tem que resolver esta situação com a celeridade que ela exige.

É ainda exigível que o Governo encare este problema de forma séria e eficaz, ou seja, não se pode pensar só em limpar, é imperioso começar desde já a pensar na requalificação de toda aquela área e na sua posterior entrega à Câmara Municipal de Vila do Porto. Só assim é que poderemos garantir que o actual estado de coisas não se vai voltar a repetir.

Mas por vezes dá-nos a sensação que o Governo, ao contrário do que seria de esperar, não está a encarar este problema com a seriedade que ele merece.

Em requerimento datado de 26 de Junho de 2002, o Senhor Deputado José Decq Mota, após uma visita à ilha de Santa Maria, questionava o Governo quanto à desanexação dos terrenos do Aeroporto para a Câmara Municipal de Vila do Porto, da forma que passo a citar:

“Que proposta tem eventualmente o Governo Regional no sentido de ser tida em conta a pretensão justamente feita pela Câmara Municipal de Vila do Porto, quanto à

necessidade de ser previamente realizada ou previsto financiamento, para uma reabilitação especialmente de caminhos, jardins e rede de água?”.

Após seis meses, responde o Governo Regional da forma que passo a citar:

“No que concerne ao ponto 2, informa-se que foram aprovados no âmbito do Programa Operacional PRODESA, os seguintes projectos:

- Saneamento Básico das Ruas da Boa Nova, João de Deus Vieira e da Misericórdia;
- Reabilitação das Ruas do Cotovelo, José Inácio de Andrade e Livramento ;
- Correção e Pavimentação do Caminho Municipal do Outeiro”.

Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência, em primeiro lugar, o Sr. Deputado não questionou o governo sobre as candidaturas ao PRODESA aprovadas para a Câmara Municipal de Vila do Porto e, em segundo lugar, permita-me informá-la que as Ruas da Boa Nova, João de Deus Vieira, da Misericórdia, do Cotovelo, José Inácio de Andrade e Livramento ficam em Vila do Porto e que o Caminho Municipal do Outeiro fica em S. Pedro, ou seja, nenhum destes sítios tem rigorosamente nada a ver com a zona do Aeroporto de Santa Maria.

Ora meus senhores se é desta forma, pouco séria, que encaram o problema, estamos mal, muito mal mesmo.

Entendemos que Santa Maria merece mais respeito e o problema em causa maior atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Destas duas situações que acabei de referir, por um lado, o não cumprimento da Proposta de Resolução e por outro a forma pouca séria a como foi respondido um requerimento, resulta uma interrogação deveras preocupante:

Será que o Governo Regional está a desrespeitar a Assembleia Regional e os seus Deputados?

Gostaríamos de acreditar que não, mas para tal pensamos que este terá de mudar a sua postura.

O não levar a sério certas situações, só descredibiliza as instituições, afecta-nos a todos e em nada contribui para a boa imagem das mesmas junto da opinião pública.

Não podem os Deputados exercer cabalmente as suas funções, se o Governo não respeitar as suas resoluções e não der, em tempo útil, as respostas devidas aos requerimento efectuados.

A acção de fiscalização desta Assembleia e as suas capacidades de intervenção ao nível da decisão política, ficam assim, em boa parte comprometidas.

É necessário, pois, para o normal funcionamento das instituições e para que o Parlamento cumpra a sua função, que o Governo perceba que, apesar de ter uma maioria absoluta a suportá-lo, isso não lhe dá o direito de passar por cima daquilo que está consagrado no Estatuto Político-Administrativo desta Região Autónoma.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras e, desde logo, uma palavra de agradecimento ao Sr. Deputado Sérgio Ferreira por ter trazido este assunto a esta Câmara. Agradeço, porque este assunto foi debatido da última vez, precisamente aquando da apresentação da proposta de resolução que mencionou, na qual eu gostaria muito de ter intervindo, mas não tive oportunidade, porque de acordo com o Regimento desta Assembleia, os membros do Governo não podem intervir.

Gostaria de lhe dizer que esta questão começou a ser abordada muito antes da Proposta de Resolução que o Sr. Deputado apresentou. Penso que foram públicas as acções que o Governo Regional desenvolveu e, em particular, a Secretaria Regional do Ambiente, ao longo do último ano e meio. Os contactos que fizemos foram sucessivos. Também fizemos reuniões públicas, que foram divulgadas, e reunimos com a ANA e com o NAV.

No entanto, há uma questão que não posso deixar de referir. Há questões que todos os deputados podem alertar, podem apresentar propostas de resolução, mas não é

razoável que assim seja, porque todos sabemos que este problema cresceu ao longo de mais de uma década.

Mais grave do que o esforço que neste momento está a ser desenvolvido para resolver este problema, é a situação que se verificou durante mais de uma década, em que o problema foi crescendo e se agravando.

Obviamente não me parece correcto fazerem-se intervenções procurando esquecer aquilo que são as responsabilidades e que o senhor teve como cidadão e agora como deputado com responsabilidades relativamente à Ilha de Santa Maria.

Isto não significa que não possamos todos falar sobre tudo aquilo que entendemos, mas significa que é bom termos consciência daquilo que são as nossas responsabilidades maiores nos processos e nos problemas que se observam nesta Região.

Eu gostaria de dar conta ao Sr. Deputado daquilo que têm sido os esforços públicos envidados, desde logo, com o concurso público que foi aberto durante o ano passado, o ano de 2002, para o processo de limpeza de Santa Maria.

Infelizmente, este concurso público foi aberto com uma base de licitação de cerca de 160 mil contos. Acabou por resultar, pelo facto de não existirem muitas empresas neste momento a laborar na Ilha de Santa Maria, em três propostas, a melhor das quais no montante próximo de 400 mil contos.

Obviamente que nós não podíamos adjudicar a obra. Fizemos ainda uma consulta ao Tribunal de Contas que não nos permitiu a adjudicação directa da obra, em resultado do montante em causa ultrapassar muito largamente, cerca de três vezes, a base de licitação deste concurso.

Foi também pública a resolução que foi tomada em Conselho de Governo, aquando da visita estatutária, em Dezembro último, de que o Governo, nestas circunstâncias, iria procurar resolver directamente esta situação através do esforço e do empenho das diversas Secretarias Regionais, em particular, do Ambiente e da Habitação e Equipamentos.

Na sequência dessa resolução tivemos várias trocas de correspondência, tivemos vários contactos entre secretarias e, hoje, está a decorrer em Lisboa uma reunião entre representantes da Secretaria Regional do Ambiente, da Secretaria Regional da

Habitação e Equipamentos, da ANA e do NAV, no pressuposto de que vamos resolver esta situação, mas fora do espírito do protocolo que anteriormente foi assinado. Portanto, é necessário firmar um novo acordo entre as partes.

Aquilo que posso deixar de forma indicativa dos contactos que eu próprio fiz com o Presidente do Conselho de Administração da ANA é de que houve muito boa receptividade a esta nossa proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à requalificação da zona do aeroporto julgo que o assunto está esclarecido. O que queria referir aqui era a rede de estradas da ANA que se encontram em mau estado. Este assunto tem que ser resolvido e parece-me que compete à ANA resolvê-lo.

Não se pode estar aqui a tentar mandar para o Governo Regional responsabilidades que não são dele.

O Governo tem que assumir as suas responsabilidades, mas a ANA e o Governo da República também têm que assumir as suas.

Eu estou solidário em relação ao facto do Governo Central fazer um esforço para resolver o problema das estradas do aeroporto de Santa Maria. Só assim é que vamos ficar com o assunto resolvido.

Deputado Humberto Melo (PSD): O problema é de agora ou já vem de trás?

O Orador: O problema já vem de trás. É um problema muito grave.

Quando eu estava na Câmara chegámos a fazer um protocolo entre a ANA e Câmara para ver se conseguíamos resolver o assunto, mas não conseguimos, porque a ANA nunca quis.

Agora, se calhar, quer.

Neste momento, parece-me que a Câmara Municipal de Vila do Porto terá que ter algum cuidado nesse aspecto e não vai querer certamente receber de mão beijada e em mau estado a rede de esgotos, a rede de estradas, etc., etc. ...

Da parte do Governo, como já foi demonstrado aqui, há um empenho para que se resolva isto e parece-me que mais dia, menos dia, a solução será encontrada.

Quanto ao abastecimento de água que falou aqui, inscrito no PRODESA, são obras da Câmara Municipal situadas em Vila do Porto e em São Pedro, mas a questão que se punha aqui era o abastecimento de água ao aeroporto.

Eu julgo que a ANA de uma vez por todas tem que resolver o problema do abastecimento da água em conjunto com a autarquia e com o Governo, mas a ANA é que tem que liderar esse processo. A ANA é que tem que pagar, porque a rede de água é da ANA não é da Câmara, nem do Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir neste debate porque o Sr. Deputado Sérgio Ferreira citou provavelmente um requerimento que eu tive oportunidade de fazer, na sequência de uma visita a Santa Maria.

Citou-o com todo o rigor, no que respeita ao conteúdo do requerimento e comentou, na minha opinião muito bem, as respostas.

Sobre isto eu tinha que dizer alguma coisa, porque caímos aqui numa situação que, do ponto de vista parlamentar e no relacionamento entre o Governo, a Assembleia e os Deputados, não é aceitável.

Eu uso, como praticamente todos os Srs. Deputados, um instrumento que está ao meu dispor, o requerimento.

As respostas que tenho são de três tipos: boas respostas, documentadas e informadas, e tenho vários exemplos, recentes, onde se responde a tudo o que se pergunta e se junta até nalguns casos documentação; más respostas e respostas ausentes, (também tenho alguns requerimentos sem resposta, mas a seu tempo falaremos desses).

Não é aceitável que se chegue ao extremo de um requerimento ter uma pergunta sobre um assunto e ser-me dada resposta sobre outro assunto, ou seja, ao perguntar uma determinada posição do Governo em relação a um problema concreto da recuperação das áreas que se quer desanexar e que hoje são da ANA, me referenciem obras que estão sendo feitas em estradas de Vila do Porto. O requerimento nem sequer foi lido com atenção. Eu já o reli, porque podia tê-lo lido mal, mas não é verdade, ele é

claríssimo. Não é aceitável que um Departamento do Governo faça isto e quem assina a resposta é a Sra. Secretária Regional Adjunta.

Eu bem sei que o papel da Sra. Secretária Regional Adjunta nesta matéria, pelas ligações que tem com o Parlamento, será o de coordenar a actividade governativa em relação a esta questão e concentrar no seu gabinete as resposta para depois dar andamento a elas.

Portanto, não estou a dirigir nenhuma crítica pessoal, directa, à Sra. Secretária Regional Adjunta, mas penso que esta relação tem que ser afinada. Não é aceitável que se repita uma situação destas, isto é, perguntar-se uma coisa e perceber-se pela resposta que a pergunta não foi lida com atenção e foi dada outra resposta, sobre outro assunto, completamente distinto.

Eu deixava aqui um apelo para que o Governo, no seu conjunto, se possível, proceda sempre como procede em relação a alguns requerimentos, dando boas respostas, rigorosas e completas e tenha um cuidado muito grande e a Sra. Secretária, no exercício das suas funções, tenha o cuidado desta passar a ser a regra, porque estamos numa situação que chegou a um limite absolutamente estranho.

Naturalmente que vou repetir o requerimento para ter a resposta objectiva, em relação à pergunta que objectivamente fiz e não outra resposta sobre uma outra coisa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo:

É levantada aqui a questão das respostas aos requerimentos, embora o Sr. Deputado José Decq Mota tenha dito que a minha relação com eles seja indirecta. Efectivamente, pela minha Secretaria passam todos os requerimentos que os Srs. Deputados, legitimamente, enviam aos membros do Governo.

Gostava de deixar aqui um esclarecimento que me parece imprescindível. Esses requerimentos têm sido tratados, tanto da minha parte como do meu antecessor, com o maior dos cuidados.

Deputado José Decq Mota (PCP): Menos este!

A Oradora: Eles são sempre enviados para cada departamento competente. Por vezes, as respostas atrasam porque há conteúdo no requerimento que implica que a compilação da informação seja mais demorada ou implica o recurso a diversas direcções regionais. Naturalmente que demora mais algum tempo.

Eu tenho tido o particular cuidado de insistir com esses departamentos, porque acho que o prazo está a ser demasiado dilatado e devia ser encurtado. Portanto, insisto com os meus colegas para que essa resposta seja dada atempadamente. Normalmente, ou quase sempre, isso acontece.

Quando a resposta chega à minha Secretaria eu avalio todas as respostas e vejo se elas estão de acordo ou não com o teor do que é pedido.

Pode, por lapso, a resposta não ter sido a que esperavam ou não ter abrangido todas as vertentes que estavam na mira da vossa pergunta, mas de uma maneira geral não podem, penso eu, falar de demasiada dilação dos prazos, porque tem havido da minha parte, da parte da minha Secretaria e da parte dos outros departamentos do Governo, um grande esforço, porque isto implica também um trabalho de procura de informação avultado. Tem havido esse cuidado para fazer isso bem.

Por vezes falhamos. Com certeza que falhamos. Há falhas e ainda bem que elas sejam apontadas.

Tudo farei para que isso seja feito atempadamente e da forma mais correcta possível.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente:

Para o tranquilizar, gostaria de dizer que não descobri o problema do aeroporto quando vim para deputado. Se o senhor ler as actas da Assembleia Municipal de Vila do Porto, ao longo dos anos, verá que este sempre foi um problema que me preocupou bastante.

Portanto, só pude fazer a proposta de resolução quando vim para Deputado e foi na altura que a apresentei. Espero agora, uma vez que ela foi legitimamente aprovada por unanimidade, que o Governo cumpra a sua parte.

Sei que houve problemas com o concurso, que estão a tentar encontrar uma solução, mas terá que perceber que a solução terá que existir o mais rapidamente possível, não

pode ir escorregando no tempo, porque à medida que vai escorregando no tempo, aquilo vai-se deteriorando cada vez mais.

Quanto ao Sr. Deputado José Humberto Chaves, penso que o Sr. Deputado José Decq Mota já o esclareceu. Eu não disse na minha intervenção que era ao Governo ou à Câmara que competia.

O que eu disse foi que tinha sido feito um requerimento e que o Governo tinha dado uma determinada resposta que nada tinha a ver com o documento apresentado.

Todos sabem que neste momento a ANA é dona de todos aqueles terrenos, de todas aquelas estradas.

A segunda parte da proposta de resolução tenta exactamente resolver esse problema, que é envidar todos os esforços no sentido de toda aquela área passar para a Câmara Municipal de Vila do Porto para se dar uma certa ordem àquilo.

Por isso é que existe o segundo ponto da proposta de resolução.

Todos sabemos nesta Assembleia que, neste momento, os terrenos estão na posse da ANA,S.A, por isso é necessário tirá-los para passar para a Câmara Municipal de Vila do Porto.

É óbvio que todas as entidades terão que se entender no sentido disse ser possível.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um breve esclarecimento.

A estrada ao redor do aeroporto preocupa-me, até porque há unidades hoteleiras que em breve serão abertas.

Eu já tive reuniões com o Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto. Na segunda-feira eu vou ter uma reunião com a Presidência da ANA, com o Presidente da Câmara Municipal de Vila Porto e a situação é basicamente esta:

Nós temos uma empresa que é nacional, possuidora das estradas. Há, por parte da Câmara Municipal de Vila do Porto, apetência em receber as estradas, mas a realidade é que tem que receber as estradas minimamente restauradas e em condições.

É muito fácil resolver as coisas que são apenas da nossa tutela, ou são só dependentes da Região Autónoma dos Açores ou do Governo Regional.

Quando envolve outras entidades, a situação não é tão simples assim.

Nós estamos a trabalhar e oxalá que na próxima segunda-feira se resolva esta situação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vem na linha da intervenção feita pelo Sr. Secretário Regional da Economia, mas gostaria de ser um pouco mais objectivo.

Um primeiro aspecto que quero deixar bem claro é que todas as questões que têm sido levantadas, todos os requerimentos que têm sido apresentados, relativamente à questão da limpeza de Santa Maria, têm sido objecto de uma resposta também ela objectiva. Penso que nesse ponto estaremos de acordo.

A questão que foi posta tem a ver com a cedência de terrenos.

Um aspecto que importa aqui relevar é que se trata, tanto num caso como noutra, do Governo intervir numa matéria no qual não tem uma responsabilidade nem competência directa.

Portanto, o Governo neste processo tem sido um intermediário junto das entidades responsáveis, designadamente da ANA e do NAV e também com alguma quota parte de responsabilidade da própria Câmara Municipal.

Uma questão é a limpeza, outra questão é a cedência de terrenos. É óbvio que o Governo não pode responder directamente pela cedência dos terrenos da ANA para a Câmara Municipal, porque 80% destes terrenos na envolvente do aeroporto são da posse da ANA/NAV. Todos podemos fazer este trabalho de interlocutores, de intermediários no processo.

Obviamente que sabemos que esta Assembleia trabalhou neste processo, designadamente a Comissão de Ambiente e Trabalho, que reuniu com todas as partes e terá certamente reunido com a ANA e com o NAV e terá tido nesse âmbito oportunidade de questionar directamente as entidades sobre a disponibilidade e interesse em fazer a cedência dos terrenos e a outra o interesse em receber os terrenos.

Obviamente que o Governo está sempre empenhado em resolver tudo, mas há coisas que extravasam largamente aquilo que é o âmbito de competências directas e a capacidade que o Governo Regional tem de, directamente, responder a essas questões. Muito embora esta questão tenha vindo na linha da intervenção do meu colega da Economia, quis fazê-la com esta maior clareza para que fique bem presente nos nossos espíritos que se trata de algo que está muito fora da capacidade directa do Governo, onde o Governo apenas pode intervir como intermediário, como, aliás, tem feito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que não quero perpetuar um assunto que está deitado, mas em função das palavras da Sra. Secretária Regional Adjunta, eu sinto necessidade de dizer mais uma coisa.

É evidente que tomo como completamente boas todas as questões que declarou e do método de trabalho que usam para o tratamento desta questão dos requerimentos, mas espero que este incidente que foi aqui oportunamente trazido pelo Sr. Deputado Sérgio Ferreira a respeito de um requerimento meu, possa servir para activar alguns mecanismos de maior atenção, de uniformização, se possível, e de normalização de respostas.

Chegámos aqui a um ponto extremista que eu gostaria de sublinhar, ou seja, estão uns a perguntar sobre “alhos” e o governo responde com “bugalhos”. A resposta que deram ao meu requerimento não tinha nada a ver com o assunto. Quem deu a resposta não leu a pergunta. Quem fez a resposta ouviu falar que era preciso recuperar as estradas e pôs as estradas que estavam sendo recuperadas em Santa Maria e que não tinham nada a ver com a área delimitada no requerimento. Isto é uma situação absolutamente extrema.

Sinceramente, espero que este incidente aqui relatado tenha um efeito positivo que é activar esses mecanismo de controlo, de análise das respostas, por forma a que as respostas sejam, pelo menos, sempre correspondentes às perguntas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é para de algum modo dar continuidade à intervenção anterior do Sr. Deputado José Decq Mota, na sequência da resposta da Sra. Secretária Regional.

Como a senhora certamente saberá, há quase 14 anos que existe legislação a determinar o prazo de resposta, do qual dispõe o Governo Regional, para os requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados.

Não duvidando do empenhamento da sua Secretaria, tanto no exercício das funções para as quais foi investida, como do anterior titular, eu já não posso concordar quanto à eficiência desse trabalho, porquanto não só resulta em situações atípicas como aquela que foi descrita de se perguntar uma coisa e se obter uma resposta diferente, como essencialmente há um acervo muito grande de requerimentos para os quais nunca houve resposta.

Se é certo que alguns requerimentos implicam compilação de muitos dados, como por exemplo aconteceu na Comissão do Sismo, onde foi feito um requerimento muito extenso e que para obviar esse trabalho de compilação o Sr. Secretário Regional dispôs-se a responder na Comissão, que os senhores agora vão extinguir, há todavia outros requerimentos que são simples e de imediata resposta que aguardam muito para além dos 60 dias que determina a lei. Dou um exemplo:

No dia 29 de Janeiro de 2002, enviei um requerimento ao Governo Regional apenas para obter esta simples informação: a autoria dos estudos jurídicos que fundamentaram a elaboração de um Decreto Regulamentar Regional do concurso de professores que, por sinal, agora o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional.

Deputados Francisco Sousa e Hernâni Jorge (PS): Não é verdade!

O Orador: Apenas o nome dos autores desses estudos jurídicos, que o Sr. Secretário Regional disse existirem, em declarações públicas no Telejornal.

Fez no passado dia 29 de Janeiro um ano e ainda estou a aguardar uma resposta.

Sra. Secretária Regional, não duvidando do empenho que põe no tratamento que é devido aos requerimentos dos Srs. Deputados, há-de convir que há muitos, muitos e muitos exemplos suficientes para duvidarmos da eficiência desse trabalho.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo:

Efectivamente aquilo que eu disse em relação à feitura dos requerimentos, ao trabalho e ao tempo que eles demoram, é verdade. Os 60 dias às vezes podem ser tempo de mais, mas na maioria das vezes são tempo de menos, porque muitas vezes eles vêm acompanhados de documentos comprovativos, de estudos que foram feitos, para dar mais informação aos Srs. Deputados requerentes, daí que isso leve a que demore.

Em relação à questão concreta que me coloca o Sr. Deputado Joaquim Machado, eu própria, no início das minhas funções, tive o cuidado de ver toda a listagem de requerimentos que estava na Secretaria e que era considerável.

Fiz a diligência de tomar medidas nesse sentido e de dirigir a todos os departamentos do Governo um pedido para aqueles, porque haviam muitos que tinham chegado há muito pouco tempo, que estavam quase a ultrapassar os 60 dias ou que mesmo já tivessem ultrapassado, para que fossem celeremente respondidos, para que a questão da resposta a dar aos Srs. Deputados pudesse ser cabalmente resolvida.

Portanto, tenho tido esse cuidado. Não me lembro se tive esse cuidado relativamente a esse requerimento, mas fi-lo em relação a vários deles que entendi que já tinham superado, em algum tempo, o tempo de resposta e que deveriam ter uma resposta atempada.

Por vezes, isso não é possível, porque a própria resposta envolve documentação que não é assim tão rapidamente recolhida e compilada e depois, quando chega à minha secretaria, a mesma é analisada para depois ser remetida à Assembleia.

Gostaria que levantasse, de facto, essa questão, mas que não pusesse em causa o empenho e a eficiência que se tem procurado dar às coisas que, por vezes, falha como todos falhamos e o Governo reconhece, com toda a sinceridade, as suas falhas.

Não tenho vergonha de dizer aqui que, em relação a alguns requerimentos, o Governo tem-se atrasado, mas com certeza procurará fazê-lo melhor e ainda bem que chamou a atenção para isso.

Mas a verdade é que tem sido feito um esforço nesse sentido e tem aqui a minha palavra de que esse esforço continuará a ser feito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar um pequeno contributo relativamente a esta discussão, que pelos visto derivou um pouco da intervenção do Sr. Deputado Sérgio Ferreira, suscitada pelo Sr. Deputado José Decq Mota e posteriormente pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, e que se prende com a questão dos requerimentos.

O que é um facto, e já foi admitido pela Sra. Secretária Regional Adjunta, é que poderá existir, nalguns casos, injustificadas dilações de prazo de resposta aos mesmo.

O que ficou aqui subjacente, de qualquer forma, é que o princípio geral é o de resposta aos requerimentos que por vezes ultrapassa o prazo legalmente estabelecido, o que é diferente de algumas situações que se verificavam. Apenas a título de curiosidade passo a ler um ofício de um Secretário Regional, de determinada altura, dirigido ao Sr. Presidente do Governo Regional e que rezava assim:

“Excelência,

Em relação ao ofício do Gabinete de V. Exa. nº 1861, de 24 de Agosto último, que envia um requerimento, sobre a compra de um automóvel para o Governo Regional, do Deputado do Partido Socialista informo V. Exa. que entendo que não se deve responder a este requerimento, à semelhança do que aconteceu com o anterior requerimento do mesmo Deputado sobre o mesmo assunto, pelas seguintes razões:

...

se é verdade que os Deputados têm o poder de fazer perguntas, requerer e obter informações do Governo sobre todas as matérias que considerem necessárias, sou da opinião de que não poderão fazer de qualquer forma.”

Estranho conceito este.

Um pouco mais frente conclui assim:

“A terminar, direi que nos é permitido tirar duas conclusões importantes desta ridícula questão:”

Atendendo ao teor das conclusões, eu apenas me limito a ler a primeira:

“A oposição a este Governo, tem muito pouco nível e categoria.”

Felizmente, que seja do nosso conhecimento, não há resposta a nenhum requerimento por parte do Governo Regional do PS desta natureza.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Barros:

A intervenção de V. Exa. levantou-me uma dúvida muito grande. A leitura dessa resposta foi para denunciar esse procedimento, ou foi para aprovar esse comportamento? Fico à espera da resposta.

Sr. Secretária Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tem sobejas razões para continuar a duvidar da eficiência. Espero que esse esforço que está a empreender no início das suas funções governativas, de lembrar aos Srs. Secretários Regionais que têm respostas em atraso – não sabemos se o anterior titular da pasta teve o mesmo procedimento – seja um esforço titânico, diário, porque o PSD aguarda a resposta a 10 requerimentos do ano 2001.

Portanto, não são 60 dias. Passaram-se 600 e muitos, 11 vezes mais do que a lei determina.

Do ano de 2002 até Novembro, exactamente para conferir os 60 dias que o Governo Regional dispõe para o exercício dessa resposta, existem mais 27. Sabe o que é que isto significa? Que em cada 4 requerimentos que o Partido Social Democrata faz, um ficou por responder.

Portanto, Sra. Secretária, se mais trabalho lhe faltasse, este parece-me que é o suficiente para se ocupar nos próximos dias.

Não duvidando do empenhamento, continuamos a duvidar muito da eficiência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi mais uma vez para intervir sobre este assunto, porque este facto evoluiu num sentido, para mim, inesperado. Gostaria de dizer com toda a franqueza o seguinte:

Muitos dos que estão presentes nesta Sala conheceram os comportamentos profundamente incorrectos que o poder regional exercido pelo PSD teve em relação ao tratamento de requerimentos de Deputados.

Eu conheci quando fui deputado na III Legislatura. O Deputado Paulo Valadão conheceu durante várias legislaturas e vários dos senhores que estão nessa bancada conheceram esse tratamento. Sempre nos opusemos a esse tipo de comportamento, com força, com determinação e com teimosia.

É evidente que a única coisa dos que continuam no lado de cá e dos que continuam no lado de lá, especialmente dos que estiveram do vosso lado, naquela ocasião, têm que esperar de vós é um comportamento contrastante com esse comportamento, mas isso não se está a verificar totalmente nem no grau necessário.

Eu não ia entrar neste caminho se o Sr. Deputado Francisco Barros não tivesse levado a questão para esta situação. Dá a ideia de que está a procurar fundamentar um comportamento errado, com comportamentos errados que houveram no passado.

Deputados Clélio Meneses e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Grupo Parlamentar do PCP tem dois ou três requerimentos importantes por responder, que já passaram largamente o seu prazo.

Face à afirmação perfeitamente consciente de que estou dizer, foram já alvo da decisão política de não resposta.

Até à data, que eu saiba, ninguém usou dessa prerrogativa. Mas a lei cria a prerrogativa dos partidos que têm requerimentos sem resposta, transformá-los em perguntas orais ao Governo.

Gostaria de dizer aqui que depois desta intervenção, depois desta postura, o Grupo Parlamentar do PCP, oportunamente, vai transformar em perguntas ao Governo todos os requerimentos que tem por responder.

Muito obrigado.

Deputado Dionísio Sousa (PS): É isso mesmo que deve ser feito!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Se fizermos isso ficamos aqui até ao fim do ano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Dado que a bancada do Partido Socialista foi interpelada pelo Sr. Deputado José Decq Mota, em relação ao comportamento, eu gostaria, em nome do Grupo Parlamentar do PS, de deixar muito claro a nossa postura e o nosso entendimento sobre essa matéria.

A leitura que o Sr. Deputado Francisco Barros aqui fez enquadra-se no entendimento que o Grupo Parlamentar do PS tem sobre esta matéria.

Primeiro, o PS esteve e está (esteve na oposição e está hoje no poder) contra este tipo de comportamento. A razão pela qual esse comportamento foi lido aqui, foi para demonstrar que quem fez parte dos Governos de então, tem todo o direito de solicitar respostas atempadas e concretas. Já não tem o direito de fazer processos de intenções em relação à actuação desta bancada, deste partido e deste Governo.

A forma, as razões e os motivos pelos quais aquele ofício foi lido, são esses.

O Grupo Parlamentar do PS, da mesma forma que antes estava contra, hoje está contra aquele tipo de postura, mas não é admissível que quem ontem pactuou, foi cúmplice activo daquele tipo de postura, hoje se erga nesta Casa para fazer processos de intenções em relação a este partido. Portanto, foi um significado claro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Isso não quer dizer que o PS entenda que os direitos dos Deputados devem ser limitados, que os Deputados devem ser coagidos, que os Deputados devem estar coarctados no seu direito.

Não há aqui um problema de legitimidade política, há aqui um problema de legitimidade moral de virem agora armarem-se em paladinos dos direitos dos Deputados, quando antes pactuaram com aquele tipo de comportamento.

O significado daquela leitura não foi o de justificar atitudes menos boas com atitudes péssimas. O significado daquela leitura foi tão só, única e exclusivamente, este.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

No seguimento daquilo que referiu o Sr. Deputado Joaquim Machado, não querendo entrar neste debate de uma forma contabilística, como ele o fez, gostaria de voltar a

repetir que quando entrei em exercício de funções, havia alguns requerimentos que tinham excedido o prazo, que não estavam respondidos. Eu própria fiz diligência para que me trouxessem a listagem desses requerimentos, referenciados por partidos, por assuntos e escrevi ofícios de insistência dirigidos a todos os departamentos do Governo, onde pedia que respondessem com celeridade àqueles requerimentos.

Hoje, a maioria deles estão respondidos.

Na sessão de Janeiro – basta pedir à Mesa que lhe mostre – foi lida durante 20 minutos respostas a requerimentos que vieram da minha Secretaria. Isto é a prova de que este trabalho foi feito e começou a ser feito logo.

Agora, não lhe posso dizer, porque não tenho aqui a lista, se foram respondidos todos os requerimentos do PSD ou do PP, porque essa distinção eu não faço. Vejo, pela ordem de entrada, se as respostas estão de acordo, se estão adequadamente respondidas, e envio-as para a Assembleia para conhecimento dos Srs. Deputados.

Aquele tipo de atitude que era prática no tempo do PSD, no tempo do PS e enquanto eu aqui estiver, não acontecerá. As respostas aos requerimentos são para se dar, por isso fiz pedidos de insistência senão, nem os teria feito e teria esperado que continuasse como estava até ouvir as vossas queixas.

Portanto, se o fiz por minha iniciativa e não impelida pelos senhores, foi porque quis e porque achei que assim deve ser e porque também fui deputada e acho que é este o procedimento correcto para com os deputados desta Casa.

O Sr. Deputado falou em 27 requerimentos de 2002, e eu fiquei com a sensação de que aquilo que não podia corresponder à verdade. Tentei confirmar, telefonicamente, com a minha secretaria se de facto correspondia e não corresponde.

Se o Sr. Deputado quer trazer acusações ao Governo Regional, traga-as. Se acha que tem razão, que as traga, mas traga com verdade.

Os requerimentos do PSD que estão por responder de 2001, são apenas 10 e eu vou verificar as razões, porque houve esse atraso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas esses são de 2001!

A Oradora: Em relação a 2002, dista também do número que disse e são apenas 15.

Portanto, o senhor para falar deste assunto não tem que inflacionar os números.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eles estão aqui registados, se quiser posso entregar-lhe!

A Oradora: O senhor se calhar não esteve presente na Sala quando foi lida a correspondência no início da Sessão.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estive!

A Oradora: Pois procure saber se entretanto já deu entrada.

Este esforço está a ser feito e eu não lhe admito correcções nesta medida.

Da parte do Governo Regional não há nenhuma intenção de omitir informações aos Srs. Deputados, sejam eles da oposição ou da posição. Não há, nem haverá, enquanto eu aqui estiver, nem houve da parte do meu antecessor.

Portanto, já expliquei a razão dos atrasos. Continuarão a haver atrasos, Srs. Deputados. Ainda outro dia chegou um requerimento sobre a questão das finanças e de algumas opções que teriam sido tomadas, que implicava o resultado de estudos, de compilação estatística muito vasta. Eu própria, quando estive a trabalhar aquele documento para enviar para a Assembleia, demorei muito tempo a ler, a verificar se estaria tudo lá como era pedido.

Aliás, muitas vezes, e tenho verificado isso com muito agrado, os Srs. Deputados pedem determinados estudos e o Governo Regional fornece ainda mais informação para que tenham uma leitura mais mais completa da situação. Esta é que é a realidade.

Portanto, venham com o rigor dos factos. Se há atrasos, é preciso corrigir e eu tomarei e estou a tomar perante esta Casa a disponibilidade plena para corrigir esses atrasos.

Agora vir dizer que o Governo Regional não responde, porque não quer responder, é falso e eu não posso admitir.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Eu tenho absoluta necessidade de me referir à sua resposta pela simples razão de que não é aceitável. Antes disso, gostaria de dizer que este debate trazido aqui pelo Deputado Sérgio Ferreira, depois deste ponto desenvolvido por mim, procurou fixar

um tema que penso que não é polémico, que é um tema da objectividade das respostas e depois evoluiu para temporalidade das mesmas.

A Sra. Secretária deu as suas explicações.

O assunto que estava em debate penso que ficou suficientemente tratado. Só que um ilustre Vice-Presidente da sua bancada põe noutra registo, por sua iniciativa, fazendo uma condenação que teoricamente é completamente rigorosa, em relação a comportamentos do passado. Neste momento e neste enquadramento ela não pode ser feita na medida em que os senhores têm situações iguais...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não senhor!

O Orador: ... no seu contorno fundamental.

Eu tenho um determinado requerimento – não vou agora referir qual é – há cerca de um ano, sobre uma questão que tem a ver com a despesa pública e com determinadas situações objectivas, para o qual ainda não tive resposta.

Fiz segundo requerimento e também não tive resposta.

Passaram todos os prazos. Com certeza que houve a deliberação de não ser dada resposta, porque já foi enviado segundo requerimento. Não há nenhum atraso.

A lei tem que ser cumprida.

Por parte do PCP e uma vez que os senhores não querem nos dar razoabilidade de relacionamento nestas questões, pelo contrário, tendo telhados de vidro atiram pedras do tamanho de tetrápodes, temos que ir para o cumprimento da lei. Na situação oportuna, o mecanismo que aqui está no Decreto Legislativo Regional, de transformar em perguntas orais ao Governo, vai ser usado.

São perguntas em que o Governo tinha toda a vantagem em responder de outra maneira e o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar sabe do que é que eu estou a falar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Suponho que já estamos todos mais ou menos entendidos sobre o empenhamento e a eficiência.

Seria bom, Sra. Secretária, que às vezes obtivesse alguma impetuosidade nalgumas das suas observações. Vai desculpar-me, mas não lhe reconheço mais autoridade e muito menos idoneidade para se dizer mais séria do que eu. Eu não serei mais do que V. Exa. e certamente que o contrário também é verdade.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Foi isso que eu disse?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Foi!

O Orador: Na sua intervenção onde supostamente quis desmentir o que eu acabei de dizer, confirmou exactamente o que eu havia dito. Em 2001, foram feitos 10 requerimentos do PSD que ainda hoje não obtiveram resposta. Até Novembro do ano de 2002, foram feitos mais 27 que ainda não obtiveram resposta.

Devo confirmar que se algum requerimento obteve resposta com entrada nesta Sessão, não estão contabilizados neste levantamento que fiz. Fiz um levantamento, que suponho que qualquer um de nós pode e deve fazer – aí Sr. Presidente, peço desculpa se V. Exa. fica menos bem – num serviço desta Assembleia, no seu site.

Portanto, creio que quanto ao carácter rigoroso e fidedigno da informação, estamos também conversados.

Quanto ao resto, Sra. Secretária, posso até adiantar-lhe alguns dos temas que até hoje não obtiveram resposta, para ajudar no seu trabalho:

- tarifas da Transmaçor;
- quotas leiteiras;
- Sismo (teve como resposta, e eu não considerei resposta, que o esclarecimento seria produzido em sede de Comissão, coisa que até hoje ainda não aconteceu),
- Autoria dos custos dos tais estudos sobre o concurso de professores;
- Obras realizadas no Palácio de Santana.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Não teve resposta?!

O Orador: Se quiser mais exemplos continuaremos a dar.

Quanto ao resto, Sra. Secretária, a senhora não fez esse trabalho porque quis, não foi um acto voluntário da sua parte, foi uma obrigação da lei e da sua função.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sobre o Palácio de Santana não teve resposta? Estava distraído!

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento...

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para...?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, para interpelar a Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, em aparte o Sr. Secretário Regional Francisco Coelho, anterior titular da pasta que assegura as relações entre o Governo Regional e o Parlamento, deu conta da existência de uma resposta ao requerimento do PSD sobre a realização de obras no Palácio de Santana.

Nenhum dos Srs. Deputados requerentes do PSD obteve qualquer resposta.

Portanto, requeiro a V. Exa. informação sobre esta matéria.

Presidente: Sr. Deputado, eu tenho conhecimento que essa resposta foi dada. Vou pedir aos serviços para fotocopiarem e procederem de imediato à sua entrega.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que no caso de existir a resposta, a ela sejam anexados os comprovativos da sua entrega aos Deputado requerentes do PSD, porque eles nunca receberam qualquer resposta sobre esta matéria.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 11 de Fevereiro, na Assembleia da República, realizou-se uma reunião entre delegações das Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira e a Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa, da Assembleia da República.

Em primeiro lugar, gostaria de dar conta daquilo que para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assume a realização desta reunião.

Mais do que um simples encontro, mais do que uma simples troca de impressões, a realização desta reunião, na qual estiveram presentes Deputados do Partido Socialista, incluindo eu próprio e o Deputado Dionísio Sousa, Presidente da Comissão de Economia, que tem a tutela dos assuntos europeus, materializa para nós, no fundo, uma materialização de ouvir, por parte dos órgãos de soberania, as Assembleias Legislativas Regionais no que diz respeito às questões europeias.

A reunião que teve um amplo conjunto de matérias, tocando questões relativas às políticas europeias, em relação às Regiões Autónomas, questões relativas às Regiões Ultraperiféricas e questões relativas à Convenção sobre o Futuro da Europa, decorreu com a presença do Sr. Presidente da Assembleia da República, que acompanhou todos os trabalhos.

De toda esta reunião há alguns aspectos que em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do próprio Partido Socialista era importante relevar nesta fase.

Em primeiro lugar, no que diz respeito às questões sobre a Europa, deixar a mensagem de que o Grupo Parlamentar do PS e o Partido Socialista, se encontram profundamente empenhados neste processo, não só nas questões que quotidianamente, do ponto de vista do funcionamento dos órgãos comunitários se vão realizando, mas profundamente empenhados também naqueles que são os grandes momentos de afirmação do projecto europeu, por exemplo, a Convenção sobre o Futuro da Europa.

Por exemplo, um dos momentos de afirmação do Projecto Europeu, em que o Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se encontram profundamente empenhados, tem a ver com uma questão que nos diz directamente respeito. Questões relativas às Regiões Ultraperiféricas, em concreto, o relatório que a Comissão europeia deverá apresentar durante o ano 2003, dando a conhecer quais as medidas tomadas ou a tomar para materializar o artigo 299º, nº 2 do Tratado.

Esta questão do relatório a apresentar pela Comissão Europeia, esta questão a Ultraperiferia foi, é e será acompanhada com determinação e empenho pelo Grupo Parlamentar do PS e pelo próprio Governo Regional.

Se necessário fosse qualificar a postura com que o Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do PS e o Governo Regional se têm entregado e acompanhado estas questões, esta qualificação só poderia radicar-se em dois aspectos: determinação e empenho. Determinação, porque os pontos de vista dos Açores, em relação a um conjunto de matérias (ainda neste plenário tivemos a oportunidade de assistir a um desses aspectos, o caso das quotas leiteiras e o caso das pescas) têm sido transmitidos

atempadamente, quer ao nível dos órgãos da República, quer ao nível dos órgãos comunitários, prontamente, dando claramente as posições da nossa Região.

As questões relativas ao empenho que temos na Europa, não se ficam por aqui. Outras matérias há, e nós não as descoramos, que interessa salientar.

Interessa salientar, por exemplo, as questões que se colocam ao nível da Convenção sobre o Futuro da Europa, uma matéria em que os Açores têm uma legitimidade acrescida, têm um interesse acrescido de participação, quer como Região, quer como Região Autónoma, quer como Região Autónoma Ultraperiférica.

Sobre esta matéria e tendo em conta tudo aquilo que tem sido produzido a este propósito, interessa salientar a perspectiva de empenho relativamente a questões que se colocam, desde logo, ao nível da coesão territorial.

A consagração ao nível da futura construção Europeia desta noção, nos artigos que determinam os objectivos da União é fundamental.

Questões que se colocam ao nível do cuidado que se deve ter pelo papel das regiões, não só regiões que resultem de um processo de descentralização administrativa, mas de regiões que têm poder legislativo próprio, este cuidado, mais uma vez foi demonstrado quando, recentemente, o Sr. Presidente do Governo participou em Bruxelas num conjunto de encontros em que esse aspecto foi sobremaneira salientado.

Questões que dizem respeito ao nosso desenvolvimento e à política regional que a União Europeia deve ter, também nesta matéria, o PS /Açores e o Governo estiveram presentes.

Questões relativas à forma como do ponto de vista de arquitectura institucional, todo este processo poderá articular.

Todos os cuidados que a região deve ter na defesa das suas prerrogativas e interesses também são abordados.

Também sobre essa matéria o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Partido Socialista e o próprio Governo Regional estão empenhados e atentos.

A prova disso, mais uma vez, são as recentes deslocações que o Sr. Presidente do Governo Regional realizou a Bruxelas.

Há, em toda esta matéria, uma questão que nos parece importante salientar. Certamente que ninguém terá o exclusivo da defesa dos interesses dos Açores. Efectivamente, na nossa perspectiva não é esta.

A intervenção que faço hoje desta tribuna tem a ver com a necessidade e com a importância de reafirmar perante esta Câmara, por um lado, a apreciação positiva que o Grupo Parlamentar do PS faz da reunião que se realizou no passado dia 11, a importância que isto assume para o nosso processo parlamentar e, por outro, chamar a atenção para um aspecto que foi referido nessa reunião e que tem a ver com a necessidade de conciliação e de concertação de posições. Nessa reunião foi defendido que o interesse das reuniões – eu não estou a citar *ipsis verbis*, porque não me recordo – deveriam ter necessariamente em conta o interesse nacional.

A nossa perspectiva é esta, mas não esquecer que o interesse nacional só é válido, eficaz e devidamente acautelado quando na sua definição tem em conta o interesse das regiões.

Sobre esta questão já episódios recentes que tornam necessário reafirmar desta tribuna este entendimento.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, gostaria de dar a conhecer ao plenário e à Câmara que no próximo fim-de-semana, fruto desta atenção e deste empenho que o PS coloca ao nível das questões europeias, deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista participarão, nas Canárias, nas Jornadas de Trabalho dos Socialistas do Parlamento Europeu, exactamente subordinada à questão da Convenção sobre o Futuro da Europa.

Esta participação faz-se com a consciência de mobilizar-vos com a consciência que o PS tem de mobilizar todos os seus esforços, todo o seu empenho, toda a sua atenção para as questões europeias.

Esta participação faz-se com uma consciência muito clara e precisa de defesa dos interesses dos Açores.

Neste momento e perante esta Assembleia, não poderia deixar de referir estes aspectos. Parecem-me de sobremaneira claros, interessantes e sobretudo que o conhecimento que a Assembleia, ao nível do plenário, poderá ter destes factos, é particularmente importante para a definição e planificação de actuações e de medidas futuras.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, tal como todos os outros deste Parlamento, fez-se representar nesta iniciativa que levou a efeito a Comissão de Política Externa e Assuntos Europeus da Assembleia da República e também contou com representantes da Assembleia Legislativa Regional da Madeira.

Uma iniciativa meritória que mereceu na ocasião, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o justo apreço por este esforço de concertação de posições do Estado e das Regiões Autónomas para com as perspectivas e devir da União Europeia, designadamente o alargamento da União Europeia e o seu eventual tratado constitucional.

Esta iniciativa mereceu não só o nosso louvor, como também a nossa efectiva participação. Uma participação que pelos painéis que estavam em causa, deu a conhecer, de forma inequívoca e objectiva, assuntos de relevante interesse para os Açores, neste contexto de integração europeia.

O Deputado Vasco Cordeiro fez questão de enunciar as pessoas em concreto que estiveram presentes por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Devo

também fazer referência que, para além de mim próprio, estiveram presentes nesta jornada de trabalho o Deputado Clélio Meneses, por parte da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, os Deputados da Assembleia da República Joaquim Ponte e Judite Jorge, eleitos pelo círculo dos Açores, e ainda com o nosso profundo agrado, o Sr. Presidente da Assembleia da República, Dr. Mota Amaral.

Foi inequívoco, o manifesto exercício de coesão e de disponibilidade para concertarmos posição sobre aquilo que é essencial para os Açores.

Destacamos o empenho na defesa estratégica do Estatuto da Ultraperiferia, como conceito jurídico reconhecido no futuro Tratado Constitucional da União Europeia.

Fizemos mesmo questão de salientar que este objectivo é essencial para a manutenção das políticas de coesão sócio-económica em toda a União Europeia e, por maioria de razão, nas Regiões Ultraperiféricas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Informo a Câmara que dentro de momento tenho um compromisso. Por isso peço ao Vice-Presidente para me substituir.

(Neste momento, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores foi substituído na Mesa pelo Vice-Presidente da Assembleia, Deputado Bento Barcelos)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra, em primeiro lugar, para felicitar o Sr. Deputado Vasco Cordeiro por ter trazido esta questão. Tenho ideia de que, independentemente das opiniões que expandiu, muitas das quais concordo, a iniciativa de vir à tribuna falar desta questão teve o mérito de sublinhar a grande importância política que há em que se aprofunde o diálogo, no seio do Estado Português, entre os órgãos de soberania e os órgãos regionais, em relação a estas questões e neste momento da integração europeia.

Tem especial importância que a vertente parlamentar também aprofunde este diálogo especialmente neste momento.

Devo dizer, em nome do Grupo Parlamentar do PCP que, nessa perspectiva, a iniciativa foi politicamente importante. Permitiu ver, sem nenhum esforço nem de resumir, nem de valorizar ou desvalorizar alguma coisa que lá se tenha passado, que este diálogo é necessário, porque a sintonia dos interventores em relação a estes problemas não é toda do mesmo grau, não é toda igual.

Portanto, não sendo, é evidente que os desideratos positivos a que se possam chegar nos momentos de decisão impõem que o diálogo seja oportunamente aprofundado.

Nestes painéis também se percebeu isso, como também se percebeu que há interventores com posições bem claras.

Isto só valoriza a importância da iniciativa que a Comissão de Política Externa e de Assuntos Europeus da Assembleia da República teve e valoriza o facto da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na óptica do Grupo Parlamentar do PCP, ter levado bem sério esta iniciativa e ter, assim como os intervenientes na delegação, posto todo o seu empenho em contribuir para o sucesso dela no plano político.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para corrigir uma afirmação que fiz há pouco da tribuna e que não é inteiramente correcta.

Efectivamente, nos termos regimentais, a comissão que tem competência, clara e inequívoca, na questão da Convenção é a Comissão de Política Geral presidida pelo Deputado Clélio Meneses. Aqui fica a correcção em relação àquilo que proferi na tribuna e que não corresponde inteiramente à verdade.

Em segundo lugar, reafirmar que em relação ao primeiro e ao segundo painel, que tratava das questões concretas de política, a Comissão competente é a Comissão de Economia.

Penso que sobre essa matéria há um consenso generalizado que foi por demais salientado.

Em conversa com o Deputado Jaime Gama, Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus, com os Deputados Medeiros Ferreira e Luís Fagundes Duarte, na realização desta jornada, pude constatar que na própria Assembleia da República, nomeadamente por parte dos Deputados Açorianos, pelo menos do PS, à Assembleia da República, há o reconhecimento da importância que assume esse tipo de contactos.

Penso que com a iniciativa a partir da República e da Assembleia Legislativa Regional, teremos todos a ganhar se esses contactos se fortalecerem, não só em áreas relativas aos Assuntos Europeus, sendo certo que o Deputado Jaime Gama terá toda a abertura para isso, mas mesmo em relação a outras matérias, em que o ponto de encontro será sobremaneira interessante e útil para a nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais nenhum pedido de esclarecimento em relação a este assunto, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho vindo a constatar ao longo do tempo e de forma mais intensa após ter iniciado o meu primeiro mandato como Deputado Regional, a necessidade de existir uma maior coordenação entre todos os agentes públicos e privados, autores do processo de desenvolvimento de cada uma das ilhas.

A inexistência desta coordenação tem trazido, e parece continuar a trazer, diferentes consequências que têm condicionado negativamente este processo.

Na realidade, o progresso de cada uma das nossas ilhas não está sendo devidamente pensado, convenientemente programado e muito menos coordenado.

Cada organismo acaba por trabalhar individualmente, por vezes até de costas voltadas, mas seguramente, sempre em prol do desenvolvimento.

Mas um desenvolvimento virtual, porque apesar de todos terem o mesmo objectivo, todos correm para a frente mas, muitas vezes, para metas diferentes.

Poder-se-á assim, questionar o resultado final desse trabalho.

Entendo mesmo que o Governo Regional, juntamente com as autarquias, deveria pensar e projectar a sua actividade numa perspectiva mais alargada no tempo.

Verifico que não é com planos anuais, nem sequer com planos para quatro anos, que se projecta com coerência, o desenvolvimento de uma ilha, de um concelho, ou de qualquer parcela da região.

A verdade é que quando não temos objectivos bem definidos e metas concretas a atingir, dificilmente construímos um caminho adequado, neste caso, rumo ao desenvolvimento efectivo das nossas ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acredito que o desenvolvimento não se prepara assim. Faz-se com uma actuação, no essencial, bem programada e devidamente coordenada entre todos os intervenientes.

Julgo por isso essencial a elaboração de um documento que tenha por mérito a conciliação de todo o processo de desenvolvimento.

Devemos mesmo falar na necessidade de um plano de intervenção e de desenvolvimento para cada ilha.

Teríamos assim a garantia de um rumo bem definido – retrato dos objectivos comuns de todos os agentes públicos e privados.

Este seria um documento essencial ao progresso sustentado de qualquer uma das ilhas. Tornar-se-ia um instrumento de trabalho onde estavam previstos os objectivos que todos em conjunto temos para cada uma das ilhas, ou até para cada um dos concelhos da região.

Numa ocasião onde facilmente prevemos maiores dificuldades ao nível dos diversos tipos de investimentos, derivadas de uma maior contenção de fundos financeiros, seria essencial e bastante responsável que os diversos agentes públicos e porventura privados programassem os seus investimentos com base num plano global e integrado.

Poderá esta sugestão parecer um pouco utópica, mas a verdade é que as nossas populações não sabem que rumo as suas terras vão tomar, para onde devem ser apontados os investimentos e em que medida podem acreditar no seu desenvolvimento.

Justiça seja feita às autarquias que são as únicas entidades a responder claramente ao desejo das populações e a projectar investimentos a longo prazo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As nossas populações estão preocupadas com a falta de empenho deste Governo Regional relativamente a São Jorge.

É uma situação que se reflecte nas nossas populações e tende a provocar algum desânimo.

O Governo Regional parece, salvo algumas excepções, limitar-se a anunciar medidas avulsas para cada ilha, consoante um ou outro compromisso eleitoral que tenha assumido, mas muito raramente de forma programada e perspectivada num horizonte temporal adequado.

As restantes entidades, nomeadamente as autarquias e os próprios privados ficam, com o presente modelo de governação, também elas, sem perspectivas de investimento.

Como podemos ter investimentos privados nas ilhas pequenas se ninguém sabe com que investimentos regionais pode contar?

Deputado José San-Bento (PS): Isso é na Câmara da Calheta!

O Orador: Não nos restam dúvidas. As populações, os agentes económicos, as autarquias, precisam saber com o que contam, quais as áreas em que podem contar com investimentos regionais, de que maneira os governantes pensam resolver os seus problemas e em que medida pensam apostar em cada uma das áreas e ainda o respectivo timing de cada investimento.

Precisamos ter, como em tudo, objectivos bem definidos e muito claros.

Em que medida as populações de São Jorge podem contar com o investimento público, numa perspectiva de cinco, seis ou dez anos?

Infelizmente não temos respostas do Governo.

O que vemos actualmente, da parte de alguns departamentos do Governo Regional, aproxima-se pois bastante da intitulada navegação à vista.

Sabemos, por exemplo, o essencial do que este Governo pensa sobre o sector cooperativo de São Jorge, sabemos também o que pensa o Governo relativamente a algumas questões relacionadas com o ensino ou com a saúde, mas são inúmeras as interrogações.

Repito: os jorgenses desconhecem o que pensa o Governo de cada um dos seus problemas, bem como os timings em que pensa resolvê-los.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A ilha de São Jorge, tal como algumas outras ilhas, precisa urgentemente de respostas claras.

Todos os dias assistimos a problemas derivados da deficiente orientação do investimento público regional.

Todos os dias assistimos a problemas derivados da falta desse mesmo investimento.

Todos os dias assistimos a interrogações sobre a concretização ou não dos diversos investimentos prometidos pelo Governo Regional.

E a verdade é que continuam a não existir respostas concretas.

Sr. Presidente, Srs. Deputado:

Acredito que a ilha de São Jorge nunca dará a sua confiança política a quem não tenha objectivos concretos e definidos para fazer despoletar o seu desenvolvimento efectivo.

Como sabemos São Jorge possui onze freguesias. Nalgumas delas, está a acontecer uma situação bastante original – única porventura na história da autonomia – que é uma preocupação já considerável com o facto de estarem a desaparecer algumas das suas instituições, alguns dos seus pilares económicos que representavam, muitas vezes, os grandes motivos da fixação das populações.

Quando tudo parecia desenrolar-se no sentido de uma aposta firme na valorização rural e no seu desenvolvimento prioritário, tal como demonstravam programas de investimento comunitários, eis que os Açores dão a volta ao prego e accionam políticas precisamente contrárias à fixação das populações nas suas terras.

Algumas freguesias começam mesmo a questionarem sobre se as actuais políticas irão a longo prazo pôr em causa a sua própria sobrevivência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nalguns destes núcleos populacionais estão desaparecendo instituições da maior importância como é o caso das escolas, de algumas unidades fabris e de outras instituições.

Este é um assunto que já nos preocupa e que entendi por bem alertar esta Assembleia.

Disse.

Deputados Victor Cruz e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aires Reis:

Quis-me parecer que não foi muito objectivo na sua intervenção. Todavia retive aqui algumas questões que gostaria de trocar algumas impressões consigo.

A sua intervenção apontava para o desenvolvimento da Ilha de São Jorge e entendo que deve ser uma preocupação do Governo. Navegou sem apresentar grandes soluções.

Sr. Deputado Aires Reis, em termos de investimentos e desenvolvimento da Ilha de São Jorge, valorizar o tecido empresarial é uma medida importante?

Não considera também importante a criação de uma zona industrial ligeira no concelho onde reside, tendo em vista a importância que tem o tecido empresarial para o desenvolvimento de uma ilha?

De quem será a responsabilidade dessa tão importante infraestrutura, que julgo que é uma das infraestruturas mais importantes para o concelho onde reside?

Relativamente ao sector cooperativo, referiu o facto de algumas unidades fabris estarem na contingência de deixarem de existir nas localidades onde estão.

Julgo que tem que perceber que essas unidades fabris são cooperativas, são instituições. Têm os seus corpos directivos, têm os seus associados e nessa matéria são eles que decidem.

Julgo que estão no bom caminho, num processo que está a ser convenientemente apoiado pelo Governo Regional.

Portanto, não comungo da sua opinião relativamente a essa questão.

Quanto ao nível educativo, o Sr. Deputado referiu-se ao facto de se fecharem escolas. Eu considero isso grave em muitas situações, mas não é no caso que hoje se apresenta.

Eu considerei grave, por exemplo, fechar-se a única escola de uma freguesia, como aconteceu quando o seu partido governava a Região Autónoma dos Açores. Isso é que é grave, porque uma freguesia sem uma escola, perde muito do seu estatuto. Hoje, felizmente, isso não acontece em São Jorge. Todas as freguesias da Ilha de São Jorge têm uma escola do 1º ciclo do ensino básico.

Por agora fico por aqui, porque efectivamente não houve grande objectividade na intervenção do Sr. Deputado Aires Reis.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria apenas de dizer duas coisas:

Eu penso que trouxe a esta Assembleia um assunto mais sério e global do que isso. É uma preocupação que se sente em São Jorge. De facto, existe uma desorientação no que respeita ao futuro daquela ilha, existe falta de ideias ou pelo menos falta de comunicação entre o Governo e a população.

Quando me referi à escola, e não querendo entrar por esse caminho, gostaria de lhe dizer que todas as freguesias têm uma escola. Mas também é verdade que em quase todas as freguesias foram fechadas escolas inauguradas há 2 anos.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, atingimos a hora regimental para interrompermos para o almoço.

De acordo com Conferência de Líderes, retomamos os nossos trabalhos às 15 horas com o Período da Ordem do Dia.

Bom almoço.

(Eram 13 horas)

(Após a interrupção para almoço, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, retomou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados.

(Eram 15 horas e 30 minutos)

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, gostaria de informar a Câmara que, relativamente à interpelação do Sr. Deputado Joaquim Machado, o requerimento foi respondido pelo Sr. Presidente do Governo, no dia 24 de Junho de 2002. O meu despacho, para divulgação aos Srs. Deputados, é de 27 de Junho e ele foi distribuído nos grupos parlamentares no dia 28.

Essa resposta tem 16 páginas e conforme foi solicitado vou entregar a mesma ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, juntamente há um comprovativo da entrega dessa resposta aos Deputados requerentes, designadamente como sendo a resposta a esse requerimento?

Se assim for, Sr. Presidente, admitindo essa data que V. Exa. refere, por que razão, no site desta Assembleia, essa matéria continua sem resposta?

Presidente: Por que é que o site não tem, não sei. Relativamente à entrega, foi entregue no Grupo Parlamentar do PSD, em envelope individual para cada um dos Srs. Deputados.

Pelo que me informaram agora, os envelopes encontram-se no grupo parlamentar desde aquela data, segundo a pesquisa que consegui fazer.

Passando à frente, informo os Srs. Deputados que durante os nossos trabalhos deu entrada na Mesa uma Proposta de Resolução, oriunda do Grupo Parlamentar do PP.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão, neste momento, ainda não se encontra na Sala, provavelmente, terá ido a uma cerimónia oficial.

Assim sendo, põe-se o problema da apresentação da proposta do PP.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para...?

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, nos termos regimentais, requeiro um intervalo de 10 minutos.

Presidente: Vamos suspender os nossos trabalhos durante 10 minutos.

(Eram 15 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 40 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para proceder à apresentação da Proposta de Resolução.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando ocorreu o trágico acidente aéreo da SATA – Air Açores, já lá vão mais de três anos, a população teve suspeitas sobre os meios de segurança de voo no espaço aéreo dos Açores e sobre a segurança dos próprios aeroportos e aeródromos. Técnicos e organizações ligadas à navegação aérea confirmariam a falta de boas condições de operacionalidade na generalidade dos aeroportos e aeródromos dos Açores.

Por estas razões, entendendo que não podia estar em causa, ou sequer sob suspeita, a garantia de salvaguarda de vidas humanas e a segurança dos meios aéreos, principalmente numa Região onde a deslocação por avião não pode ser dispensada, este Grupo Parlamentar propôs, logo em Janeiro de 2000, que esta Assembleia resolvesse encarregar a Comissão de Economia, de ouvir as entidades públicas ou privadas com competência na área dos transportes aéreos e de apresentar um relatório contendo todos os elementos necessários à apreciação das condições técnicas de segurança do espaço aéreo dos Açores e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago e, bem assim, sobre as respectivas condições de operacionalidade.

A proposta foi aprovada por este Parlamento, tendo a Comissão, após um trabalho aturado e audição de muitas entidades, concluído que a segurança nos aeroportos e aeródromos não fora posta em causa por nenhuma das entidades ouvidas, tendo em conta a operação para a qual estão concebidos, mas que a operacionalidade no espaço aéreo e nos aeroportos e aeródromos dos Açores poderia ser melhorada.

Tendo em conta as conclusões da Comissão e os pressupostos políticos que tinham servido de base à sua primeira proposta, o Grupo Parlamentar do CDS/PP veio a apresentar uma nova Proposta de Resolução, em Junho de 2000, desta feita propondo que esta Assembleia recomendasse ao Governo Regional que promovesse, por todos os meios ao seu alcance, que fossem instalados os equipamentos e implementadas as medidas que melhorassem a operacionalidade no espaço aéreo e nos aeroportos e aeródromos dos Açores.

Dispensando-nos de agora de fazer o elenco de todas as medidas, todavia se recorda que se referiam, nomeadamente, entre outras, para determinados aeroportos e aeródromos, instalação de ILS, instalação de rádio-farol, certificação de

procedimentos de descidas, e outras de natureza geral, como diligências quanto à viabilização da cobertura radar nos Açores e instalação de GPS a bordo dos aviões da SATA.

Esta proposta do CDS/PP veio a ser aprovada, por unanimidade, em Junho de 2000 e constituiu a Resolução n.º 17/2000/A, de 19 de Julho.

Sabendo-se que a generalidade das recomendações contidas na Resolução antes referida não tinham sido implementadas, o nosso Grupo Parlamentar voltou a apresentar, em Junho de 2001, uma Proposta de Resolução, desta feita no sentido de recomendar maior celeridade no cumprimento daquela. Esta nova proposta, embora contando com os votos de toda a oposição neste Parlamento, foi inviabilizada pelo PS, não com o argumento de que estivesse contra a implementação das medidas constantes da Resolução, nem tão pouco de que não desejasse que a Resolução fosse cumprida rapidamente, mas justificando-se no facto de que era desnecessário recomendar a realização do que, no entender dos socialistas, já se encontraria em curso e vias de solução.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Importa reter que no mês de Outubro do ano passado, muito mais de dois anos sobre a aprovação da Resolução 17/2000/A, e volvido muito mais de um ano sobre a discussão, neste Parlamento, relativamente à necessidade de impor maior celeridade na implementação das medidas para melhorar a operacionalidade no espaço aéreo e nos aeroportos e aeródromos dos Açores, surgiram na comunicação social notícias que alertaram para o que qualificaram como o “alto risco” que representaria voar nos Açores.

Trouxeram-se assim ao conhecimento público, excepto quanto ao Aeroporto das Lajes, elementos que não podem deixar de ser considerados como fortemente preocupantes, como sejam, por exemplo, os de que as ajudas rádio à navegação para aproximação estariam na generalidade inactivas, que operar com ajudas de “não precisão” era mais a regra que a excepção e que equipamento auxiliar das operações de aproximação, se bem que na sua maioria antiquado e obsoleto, nalgumas ilhas nem estaria sequer operacional.

Uma peça jornalística vai mais longe e refere mesmo que ninguém acredita que o grande número de limitações passe despercebido às diversas entidades envolvidas e vai ao ponto de afirmar que os pilotos que operam no arquipélago estariam a preencher, diariamente, uma “ficha” denunciando a inexistência ou a inoperacionalidade das ajudas rádio à navegação, as quais estariam a ser enviadas ao Instituto Nacional de Aviação Civil.

Importa também referir que um requerimento apresentado a propósito das referidas notícias, pelo PSD, já em Outubro do ano passado, ainda não teve resposta, o que não deixa de ser um mau indício sobre a falta de cumprimento da Resolução.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sobretudo numa matéria desta natureza, importa eliminar as suspeições porventura falsas, evitando que se abale, sem fundamento, a confiança. É oportuno avaliar, serenamente e sem alarmismo, com credibilidade, em Comissão desta Assembleia, sobre o grau de cumprimento da Resolução n.º 17/2000/A. Trata-se, nem mais nem menos, de mais um exercício da normal função de fiscalização dos actos executivos que cabe a este Parlamento, eleito por todos os açorianos.

E fundamentos há para que se exerça o trabalho de estudo e apreciação, acompanhamento e fiscalização por parte da Assembleia, porque se é verdade que há pontos da Resolução que estarão cumpridos, também é certo que, por uma ou outra via, se sabe que outros o não estão, como a seu tempo, no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão se comprovará.

E se após o trabalho sereno da Comissão, fundamento houver, o Partido Popular entende que é necessário renovar a posição política e institucional de recomendar que se faça depressa o que porventura ainda falte fazer, daquilo que já há muito deveria estar feito, seja no que concerne à responsabilidade directa do Governo Regional, ou na acção indirecta desenvolvida junto de instituições e empresas públicas, ainda que de âmbito nacional. E se necessário há que fazê-lo com consistência e com firmeza, com recurso às adequadas diligências junto do Governo da República, seja no que respeita às suas funções directas ou de tutela.

Tenha-se aliás em conta que assim o órgão de governo próprio que também é a Assembleia estará a contribuir, na medida em que deve e pode, para que se implemente o Programa de Governo e se execute o Plano de Médio Prazo, que apontavam no sentido da melhoria da operacionalidade dos aeroportos e aeródromos e dos sistemas de ajuda à navegação aérea.

A existência de órgãos de governo próprio, fundamenta-se, entre outros, no melhor conhecimento dos problemas por parte de quem governa e presume o encontro das melhores soluções para a Região no seu todo, tendo em conta a especificidade de cada ilha em concreto.

Foi com estes e os demais fundamentos constantes da Proposta de Resolução que agora apresentamos, que o Grupo Parlamentar do Partido Popular propôs, que Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprove uma Resolução no sentido de recomendar ao Governo Regional que promova, por todos os meios ao seu alcance, toda a celeridade na implementação das medidas constantes da Resolução n.º 17/2000/A, de 19 Julho, que porventura ainda não estejam executadas, seja no que concerne à sua responsabilidade directa, ou na acção indirecta a desenvolver junto de instituições e empresas públicas, ainda que de âmbito nacional e se necessário com recurso às adequadas diligências junto do Governo da República, seja no que respeita às suas funções directas ou de tutela.

Trata-se de mais um contributo responsável para o trabalho desta Assembleia e que com a participação, empenho e assunção de responsabilidades de todos, certamente aproveitará aos Açores e à sua população.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Gusmão (PP): *Muito bem!*

Presidente: Feita a apresentação do diploma, passamos à nossa ordem do dia, dando continuidade ao debate sobre do **Projecto de Decreto Legislativo Regional que “cria o Conselho Consultivo para a Reconstrução”**, apresentado pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

O senhor está a tornar-se um especialista em “fait-divers”. Reconheço os méritos que tem nessa arte. Quando as coisas não correm bem, lá vem uma encenação para desviar a discussão do essencial.

Ontem, depois da minha intervenção, o Sr. Deputado José Decq Mota confirmou, na plenitude, as razões da nossa discordância, pela forma que os senhores utilizaram para pôr fim à Comissão do Sismo.

Em vez do senhor a isso se referir, vem invocar que a Comissão do Sismo não é necessária porque existe a Comissão de Política Geral e, ironia das ironias, benesse máxima da vossa boa vontade, até essa Comissão é presidida por um Deputado PSD.

Sobre isso, Sr. Deputado, é preciso dizer, em primeiro lugar, que essa Comissão de Política Geral, embora presidida por um Deputado do PSD, é uma Comissão que funciona segundo as regras da maioria. Portanto, a própria Comissão funciona, mas a sua acção é determinada pela vontade, naturalmente, da maioria dos Deputados. O facto dela ser presidida pelo PSD não acrescenta nem tira nada a essa situação.

Segundo, a Comissão de Política Geral é uma comissão permanente. Portanto, já existia. Se já existia, por que é que os senhores criaram uma comissão do sismo, se aquilo que a comissão do sismo fazia podia ser feito pela Comissão de Política Geral?

Deputado Mark Marques e Joaquim Machado (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A nossa opinião é de que a Comissão de Política Geral não substitui, com vantagem, a Comissão do Sismo, no acompanhamento da reconstrução.

Ninguém me convence, nem ninguém se deixa convencer, que uma Comissão, como é o caso da Comissão de Política Geral, que tem como competência a Administração Pública Regional e Local, a ordem pública e protecção civil, as comunidades açorianas, a construção europeia, os tratados e acordos internacionais, a habitação e equipamentos, o urbanismo, tenha a mesma disponibilidade que tinha a Comissão do Sismo, cujo objecto único era o acompanhamento e a fiscalização da acção governativa na reconstrução.

Obviamente que a Comissão do Sismo não é substituída com vantagem pela Comissão de Política Geral. A Comissão do Sismo acaba (os senhores querem acabar com ela!), porque estão incomodados com aquilo que os Deputados da Comissão do Sismo ouviam dos sinistrados e que não correspondia minimamente à versão que os senhores traziam para aqui de que a reconstrução andava à velocidade cruzeiro e que estava tudo bem.

O Sr. Deputado disse que nesta fase do processo não se justifica a Comissão do Sismo. Por que é que não se justifica? Essa explicação é urgente nesta Casa.

Sr. Deputado, voltamos ao princípio:

Quem tem que dar explicações, nesta Casa, são os senhores e não eu!

Obrigado.

Deputado Mark Marques e Joaquim Machado (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Dispõe de 3 minutos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Agradeço o reconhecimento e o elogio que V. Exa. me faz, mas não é merecido. Portanto, não sendo merecido agradeço a sua bondade.

Sr. Deputado, aquilo que o senhor chama de “fait-divers”, para mim não é. Quando se acusa esta bancada de ter um comportamento eticamente censurável, isto para mim não é “fait-divers”. Foi em relação a esta matéria que fiz a minha intervenção.

Relativamente à proposta concreta de extinção, não é nesta fase que nós estamos a discutir e eu, se fosse possível guardar para quando discutíssemos a proposta de aditamento do Partido Socialista, gostaria então sim, nessa fase, de explicar todas as razões para além daquela que eu já expliquei.

Neste ponto de vista há uma contradição em que cai o Sr. Deputado Costa Pereira, salvo o devido respeito e que é exactamente a seguinte:

A Comissão do Sismo também tinha a maioria de Deputados do PS.

O senhor não pode invocar como algo de negativo da Comissão de Política Geral, o facto da Comissão ter a maioria dos Deputados do PS, porque isso também acontecia com a Comissão do Sismo e não foi, salvo o devido respeito, por esse motivo, que a Comissão funcionou menos mal. Penso que a intervenção e a insistência dos Srs. Deputados na existência da Comissão do Sismo, é, no fundo, um elogio à forma como ela estava a realizar os trabalhos e à utilidade dessa Comissão.

Há um outro aspecto que me parece importante. Não é benesse nenhuma do Grupo Parlamentar do PS, o facto da Comissão de Política Geral ser presidida por um Deputado do PSD. Isso decorre do Regimento desta Assembleia. Da mesma forma, não é manobra nenhuma do Grupo Parlamentar do PS o facto de ter maioria nas Comissões. Também decorre do Regimento desta Assembleia e dos resultados eleitorais. Esses dois argumentos, Sr. Deputado Costa Pereira, se me permite e salvaguardado o devido respeito, são perfeitamente inócuos para a discussão que nós estamos a ter neste momento.

Segundo aspecto:

O Sr. Deputado referiu a questão da extinção da Comissão do Sismo e os motivos pelos quais o Partido Socialista assumiu a postura que assumiu de apresentar esta proposta.

Eu realço aquilo que disse ontem. Primeiro, nós estamos a falar de uma Comissão que estava única e exclusivamente virada para esse assunto. Não é a única Comissão, através da qual esse assunto pode chegar ao plenário.

Em relação a esta matéria, se me permite, a forma pouco cuidada com se terá expressado, dando a entender que acabando a Comissão do Sismo os sinistrados estariam abandonados à sua sorte, do ponto de vista deste Parlamento, é perfeitamente inócua, aliás, vai mais além de ser inócua, não é verdadeira, porque, conforme o senhor acabou de ler nas competências da Comissão de Política Geral, a Comissão tem legitimidade suficiente para se debruçar sobre essa matéria.

Desde já, gostaria de deixar claro aqui que se dúvidas houver em relação à interpretação do Regimento, neste momento ficam esclarecidas as dúvidas da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que as alíneas que atribuem competências a esta Comissão para habitação, urbanismo, equipamentos, etc., justificam plena e integralmente que a Comissão de Política Geral se debruce sobre o assunto clarificando mais uma vez a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação a esta posição

De igual modo, na nossa perspectiva e na nossa interpretação, entende-se que qualquer sinistrado que tenha questões a colocar a este Parlamento, a comissão competente para o fazer é a Comissão de Política Geral.

Terceiro aspecto: há um conjunto vastíssimo de possibilidades de se harmonizar o funcionamento dessas questões, de se harmonizar o funcionamento da Comissão de Política Geral que não tem como única e exclusiva competência as questões da habitação e, por essa via, o acompanhamento da actividade governativa no que diz respeito ao sismo de 9 de Julho, com este factor mais relevante do ponto de vista das suas competências e da realidade sobre a qual a Comissão se deve debruçar.

Por último, apenas para chamar a atenção para o seguinte:

Aquilo que eu disse em relação à proposta de aditamento do Grupo Parlamentar do PS, era que entendíamos, neste momento e dado o andamento do processo consideramos, que o processo, do ponto de vista de enquadramento, por parte do Governo Regional, daquelas que são as necessidades e as questões que se colocam neste processo, está bastante adiantado.

Repare no que é que eu estou a dizer: eu não estou a dizer que os problemas estão todos resolvidos. O que eu estou a dizer é que do ponto de vista de enquadramento, por parte do Governo Regional, relativamente a estas situações, o processo está efectivamente bastante adiantado.

No nosso entendimento, não se justifica nesta fase, a existência de uma Comissão que tenha como único e exclusivo objectivo tratar desse assunto.

Quanto à questão do receio e do excesso de trabalho que o Sr. Deputado Costa Pereira refere em relação à Comissão de Política Geral, eu abstenho-me de comentar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não gostaríamos de entrar no debate dos considerandos a propósito do processo de aditamentos ou não aditamentos e do processo daquilo que possa ser eticamente censurável ou não, porque tudo isso faz parte do processo legislativo. Essa matéria não nos preocupa.

Também não nos preocupa, como deu a entender alguma imprensa, se existiriam até, pelo contrário, atitudes que não são eticamente censuráveis, mas que não foram feitas à falsa fé de nenhum dos proponentes. Sobre esses considerandos de má fé ou acordos não entraremos.

Entraremos sim no cerne da questão, que é uma proposta muito concreta que, na prática, através da força que tem, pelo apoio que tem com as próprias alterações, mas desta maioria socialista/comunista, no caso, apresenta no seu global uma ideia tão simples quanto esta: substituir uma Comissão Parlamentar por um conselho consultivo. Tudo o resto são enquadramentos envolventes. Esta é que é a proposta que tem o apoio da maioria, esta é que é a proposta e as condições com as quais o Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz aprovar a proposta em discussão.

Era com este preâmbulo, dizendo com toda a abertura que o Grupo Parlamentar do CDS/PP, no que se refere a essa matéria, por impossibilidade, não participa na Comissão de Acompanhamento do Sismo, mas já o fez quando a mesma foi criada – quando tínhamos três Deputados – e, com certeza, continua a identificar-se com o trabalho que é feito pela mesma.

Portanto, é com essa mesma sinceridade que não deixamos de entender que o Parlamento tem tido um trabalho decisivo, importante e até elogiando de uma forma

clara o trabalho dessa mesma comissão naquilo que tem sido o acompanhamento dessa matéria.

É com esses considerandos que, sobre o conselho em si, não temos dúvidas em mais uma vez aqui dizer que pouco sentido faz; necessidade, para a existência dele, pouco ou nenhuma existe, aliás, é próprio da esquerda o uso e abuso de comissões e conceitos, género células. Para nós não passa um pouco de cosmética. Até mesmo aquilo que acontece é que em 16 elementos, 9 são membros do Governo Regional.

Portanto, a sociedade no dia em que entender, por bem, pedir parecer ao próprio Governo, não será muito difícil contactar o próprio Governo. Tudo isto não traz qualquer acrescento àquilo que são as regras normais de funcionamento, pois não nos passaria pela cabeça que essa sociedade estivesse inibida de contactar o Governo Regional para saber qual é a sua opinião sobre essas matérias (o Governo Regional, as Câmaras Municipais ou até – aí sim é que fica a falta – os sinistrados).

Até aqui não percebemos como é que as eventuais associações de sinistrados, que não se vislumbram no horizonte, vão eleger esses representantes, qual o critério, se vai haver um referendo geral na ilha para essa matéria, se vai ser pela regra da antiguidade. Portanto, não se sabe qual será esse critério que é pouco representativo, desculpem a franqueza.

É representativo sim, continua a ser, e dizemo-lo com esse empenho, o trabalho que a Comissão tem feito, porque tem acompanhado os sinistrados, tem ouvido não o representante eleito em Comité de sinistrados, mas cada homem ou mulher que tem um problema em concreto. Esse trabalho tem sido bom para o próprio Parlamento.

Não está em discussão a criação de uma nova comissão, como bem disse o Sr. Deputado Costa Pereira.

Então, por que é que os senhores criaram a comissão?

Não faz sentido, não é fácil de perceber.

No tempo em que era o Governo Regional a gerir directamente esta matéria, a Assembleia fiscalizava. Hoje que é uma sociedade, que é um órgão mais distante do

nosso trabalho parlamentar, que é um órgão que está mais longe daquilo que é o nosso trabalho, é que se acha que as razões são contrárias.

Não faz sentido, porque se razões havia, se calhar hoje e com a criação da sociedade, maiores razões havia para essa mesma fiscalização.

Em suma, evidentemente e em resultado disso, não podemos apoiar essa proposta duvidando até que haja alguma vantagem nisso e até estranho a satisfação com que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro prefere que seja um Deputado do PSD a presidir a uma Comissão que eventualmente esteja ligada a isso. Parece que havia algum incómodo aqui de ser um Deputado do Partido Socialista até a presidir a essa Comissão e a trazer com alguma abertura algumas questões a este plenário.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não diga asneiras!

O Orador: Se calhar incomodava mais e até dá mais jeito ser o presidente da Comissão de um partido diferente. Talvez também possa ser isso, mas esses são considerandos à volta. O cerne da questão é que não faz nenhum sentido, quando se cria uma sociedade, que V. Exas. entendam que essa sociedade venha a ser mais séria do que aquele que era o trabalho do Sr. Secretário Regional José Contente.

Portanto, pretendia apenas responder a essa pergunta que foi feita e que voltamos a relembrar: não está em discussão a criação de uma Comissão, mas sim por que é que foi criada. É tão simples quanto isso.

Presidente: Informo a Câmara que entrou na Sala o Sr. Xerife de Bristol Country, um amigo dos Açores e dos Açorianos, a quem eu saúdo em nome da Assembleia.

Wellcome to Azorean Parliament.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estando no âmbito da generalidade deste diploma, temos entrado um pouco para algumas matérias da especialidade, mas penso que com razão, porque a proposta que surgiu em sede de Comissão de Política Geral, vem desvirtuar ou mudar bastante o âmbito e as consequências da aprovação do diploma que aqui discutimos.

Por isso, muita da discussão que aqui se tem verificado neste momento de debate, tem andado à volta da proposta que foi feita e que pretende extinguir a Comissão do Sismo a partir do momento em que esta Comissão Consultiva tomar posse.

Já foram expendidos aqui alguns argumentos, desde jurídicos a políticos, dizendo claramente que uma coisa não tem a ver com a outra. Eu vincava apenas mais os argumentos políticos.

De facto, esta Comissão Consultiva se pode substituir alguma coisa, é a Comissão que havia de Acompanhamento do CPR. Essa naturalmente vai ser extinta, porque o CPR vai ser extinto. Aquela resolução que é criada, naturalmente, deixa de ter sentido.

De facto, era necessário, no nosso entender, a existência desta Comissão que o Sr. Deputado José Decq Mota aqui apresenta, mas era necessário exactamente para suprir o acompanhamento que a Comissão Consultiva paralela ao CPR tinha. Até aí estávamos todos de acordo.

O problema é quando aparece a proposta do Partido Socialista em sede de Comissão de Política Geral para extinguir a Comissão Parlamentar Eventual de Acompanhamento da Acção Governativa na Reconstrução dos Estragos do Sismo de 1998. Aqui é que está o fulcro do problema e é à volta disso que temos andado, embora na generalidade, a falar um pouco já na especialidade.

Certamente, como o Sr. Presidente da Assembleia compreendeu, a necessidade desta discussão baseia-se no facto desta proposta alterar a substância e a filosofia de todo o diploma que temos aqui a discutir.

Certamente que quando discutirmos na especialidade, poderemos falar de novo sobre isto, mas grande parte da argumentação estará já aqui explanada.

Eu gostaria de vincar aqui dois dos argumentos que o Partido Socialista tem apresentado para a explicação da proposta de extinção da Comissão Eventual.

Por aquilo que percebi baseiam-se em dois argumentos. Primeiro de que estamos numa fase da reconstrução em que já não faz sentido haver a Comissão Eventual e, segundo, de que a Comissão de Política Geral poderá fazer o papel que até agora tem sido cumprido pela Comissão Eventual.

Vamos tentar analisar cada um destes argumentos e saber se há, de facto, por detrás da posição do Partido Socialista, uma razão política válida para a sua proposta.

Em primeiro lugar, a fase da reconstrução. Segundo se diz, estamos numa fase em que as empreitadas estão todas lançadas, embora há quem já levante a questão de eventualmente ser necessário mais alguma empreitada para algumas obras que não estão até agora enquadradas. Ainda há essa hipótese.

Para além das empreitadas que estão em curso, temos também as administrações directas. Essas não vão passar para a sociedade. Vão continuar no Governo Regional.

Então a fase da reconstrução mantém-se tanto a nível das empreitadas como a nível da administração directa e não é muito diferente daquela que era há um, dois ou três meses ou até mesmo há um ano atrás. Portanto, vai continuar mais algum tempo nesta fase. Neste aspecto não vejo que sentido é que tem a argumentação do Partido Socialista para acabar agora com esta Comissão, porque estamos numa fase da reconstrução já diferente. Esse argumento eu não o considero válido.

Inclusivamente, em termos das verbas que vão sair necessariamente do Orçamento Regional, do erário público, estamos numa fase, segundo o Governo Regional, onde se terá despendido cerca de metade das verbas que vão ser necessárias para concluir a reconstrução. De novo, em termos de verbas, não colhe o argumento, porque estamos numa fase em que se podia extinguir já a Comissão.

Na Comissão Eventual temos centenas de processos pendentes. Estes processos pendentes, querem dizer que esta comissão faz algum sentido, pelo menos teria que dar resposta a eles. Não são dois ou três, são centenas.

Os Deputados desta Casa foram remetidos para essa Comissão para obter explicações que o Secretário da tutela não quis dar em resposta ao requerimento. Remeteu para a Comissão que agora é extinta pela proposta do Partido Socialista.

Portanto, a nível desta argumentação da fase da reconstrução, penso que facilmente todos nos apercebemos que a argumentação não é suficientemente válida para se extinguir nesta fase, esta Comissão.

Em relação à Comissão de Política Geral poder assegurar este papel, é verdade, ela pode, como podia há um mês, há um, dois, três, quatro ou cinco anos atrás. É ou não verdade? Porquê agora?

Se o primeiro argumento que os senhores apresentam não é suficientemente válido, o segundo muito menos é.

Eu faço lembrar algo que o Sr. Deputado Renato Leal disse nesta Casa quando foi discutido este diploma. Ele disse que “esta Comissão veio permitir a esta Assembleia que o tão desejado princípio de aproximação dos eleitos/eleitores se pudesse concretizar de uma forma bem visível e pautável para ambas as partes do processo. Ponto final.”

Com este ponto final, eu também ponho o meu ponto final na argumentação e na defesa da necessidade desta comissão continuar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota. Dispõe de 3 minutos.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de me referir, em especial, a um ou dois aspectos da intervenção do Sr. Deputado Paulo Gusmão, reconhecendo claramente que o Sr. Deputado tem todo o direito de definir a posição que entender para si, em termos do seu grupo parlamentar, de fazer os juízos que muito bem entender. É por isso que estamos em liberdade.

No entanto, há duas observações que tenho que fazer e que resultam de afirmações que fez.

O Projecto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo PCP foi claramente apresentado, consta do preâmbulo e constou, penso com alguma minúcia, da minha intervenção de ontem. Foi apresentado na sequência da modificação organizativa do

processo de reconstrução e do facto da estrutura consultiva prevista na estrutura anterior ter desaparecido.

O projecto foi claramente pensado e elaborado exclusivamente nesse contexto.

Uma estrutura consultiva deste tipo tem a importância que se lhe quiser dar. Eu já disse isso ontem na tribuna e é assim que eu penso.

Se lhe quisermos dar importância damos, se não quisermos não damos. Todos sabem isso.

Entretanto, cria-se a possibilidade, por lei, de interventores no processo, de outras instâncias na Administração com conhecimentos ou ligações especializadas e de outras partes interessadas, poderem ter um fórum onde podem dar opinião, ser consultados, manifestar opinião e apresentar sugestões. Foi isto que o PCP propôs.

Não aceito – fundamentalmente por uma razão muito simples, porque não é verdade – que seja dito ou sequer insinuado, que o PCP fez um negócio com o Grupo Parlamentar do PS de uma coisa em troca de outra. O Sr. Deputado insinuou isso.

Não houve nenhuma espécie de acordo no sentido da criação do Conselho Consultivo da reconstrução implicar o desaparecimento ou extinção da Comissão Eventual de Acompanhamento da Acção Governativa na Reconstrução dos efeitos do Sismo de 1998.

Ninguém pode dizer isto, porque não é verdade. Dizer isso é enganar as pessoas.

Ontem tive a oportunidade de expressar aqui, muito claramente, de forma inteiramente pública, como tinha tido oportunidade de dizer ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, pessoalmente, que, na minha opinião, não era o momento para extinção da Comissão. O momento certo para extinção seria exactamente quando fosse considerado que todas as orientações estavam estabelecidas e continuo afirmar isso hoje.

Isso não faz cessar o acompanhamento ou a fiscalização da acção governativa feita em relação à reconstrução. Ela pode continuar a ser feita pelas comissões especializadas permanentes até em função da matéria. Pode ser feita pela Comissão Especializada

Permanente de Política Geral, no que respeita à habitação, e pode ser feita, por exemplo, e penso que nesta fase pode ser feita para a frente pela Comissão Especializada Permanente de Economia, no que respeita a questões de Orçamento, contratos-programa e outras questões que vão surgir nesta forma organizativa que o processo tem.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Nós discordamos e quando discutirmos o artigo 6º vou repetir toda a nossa argumentação.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão não tem o direito de fazer a afirmação que fez, porque não corresponde à verdade.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer, de uma forma rápida e tendo em conta os argumentos que já foram expendidos em toda esta discussão, ao Sr. Deputado Duarte Freitas que se entende que os nossos argumentos não têm validade, está no seu inteiro direito. Nós entendemos que têm.

Em relação a esta matéria há apenas uma coisa que eu gostaria de registar: a primeira intervenção sobre esta matéria, da parte do Grupo Parlamentar do PSD, “caía o Carmo e Trindade”. Os sinistrados deixavam de poder recorrer ao Parlamento...

Deputado Costa Pereira (PSD): Ninguém disse isso!

O Orador: O senhor disse-o na televisão. Disse que este Parlamento era afastado da reconstrução.

Eu folgo em que o Grupo Parlamentar do PSD tenha recuado e nas suas palavras tenha acabado por reconhecer que a Comissão de Política Geral, afinal pode acompanhar este processo.

Uma vez que estamos na discussão na generalidade, eu gostaria apenas de salientar alguns aspectos relativamente a este conselho.

Sr. Deputado Paulo Gusmão, não sei se por desatenção da sua parte, eu nunca disse a este propósito que a proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS tinha como fundamento o surgimento da sociedade anónima. O senhor ou ouviu mal ou estava desatento.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Se há uma proposta de aditamento é porque há um diploma!

O Orador: Do ponto de vista daquilo que estamos a discutir neste momento e em relação à discussão na generalidade, gostaria de salientar três aspectos que me parecem importantes neste conselho, fruto de toda a forma como está formulado este projecto de decreto legislativo regional: o envolvimento autárquico, o ter em conta um instrumento essencial constituído pela sociedade anónima, a possibilidade de aferir e de continuar a aferir a situação dos sinistrados com direito, mas sem terreno (estou a citar aquilo que consta do preâmbulo) e a colaboração – presumo que eventuais, porque neste momento ainda não existe nenhuma – de associações de sinistrados.

Na discussão na generalidade, aquilo que gostaria de salientar era exactamente isso, as razões que levam ao surgimento do conselho, que em nossa opinião são válidas e merecem a nossa aprovação, como aliás foi votado na Comissão de Política Geral.

Portanto, faz todo o sentido a existência deste projecto.

Uma última nota apenas para salientar, não sei se desespero, não sei o que lhe hei-de chamar, do Sr. Deputado Paulo Gusmão. O Sr. Deputado tem uma tendência que não lhe fica muito bem. Quando lhe faltam os argumentos, sejam eles por impotência, sejam eles por falta de trabalho, remete-se a uma situação em que acusa a esquerda disto, daquilo, daqueleoutro.

Sr. Deputado Paulo Gusmão, vamos a ver se a gente se entende...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Um rapaz novo, tal como eu sou, não deve enveredar por esse tipo de discurso que me parece, sinceramente, empobrecedor da sua potencialidade como político.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vou dar a palavra a mais 3 Deputados que estão inscritos. Chamava a atenção para o tempo.

Nós temos uma vasta agenda para cumprir. Ainda estamos a debater o diploma na generalidade e temos ainda muitos pontos na nossa ordem de trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira. Dispõe de 3 minutos.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Certamente que este debate na generalidade vai dispensar muito daquilo que se vai passar na especialidade.

A intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota suscitou-me uma dúvida que julgo ser importante vê-la aqui esclarecida.

O Sr. Deputado José Decq Mota já ontem referiu e hoje insistiu de que este não era o momento para se tratar da extinção da Comissão do Sismo. Julgo que é importante explicar nesta Casa, na sua opinião, qual é o momento para a extinção dessa Comissão e se é ou não, por isso mesmo, a favor da extinção desta Comissão.

Nós estamos confrontados com uma situação, é que na Comissão de Política Geral o Partido Comunista votou a favor da extinção da Comissão ao lado do Partido Socialista.

Nós gostaríamos de saber, neste momento, qual o pensamento do Partido Comunista para depois podermos ajuizar o seu posicionamento neste processo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, por se ter circunscrito aos três minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Duas notas rápidas em relação à intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Em primeiro lugar, o PSD não recuou nesta matéria. Se recuasse, o seu entendimento seria não estar aqui a defender os interesses que acha mais válidos, mas também aqueles interesses em que faz de interlocutor de muitos sinistrados.

O que o Sr. Deputado Costa Pereira quis dizer naquela intervenção que o senhor citou foi que as pessoas habituaram-se a vir à Comissão do Sismo para colocar os seus problemas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quis dizer, mas não disse!

O Orador: O senhor também às vezes diz coisas e o entendimento é outro.

Nós entendemos que na prática, e é isto que é importante dizer, com esta proposta de extinção, os senhores estão a afastar o Parlamento dos sinistrados. Na prática é isto que se passa, foi isto que o Sr. Deputado Costa Pereira disse e é isto que eu o PSD renovamos.

Na prática, esta boleia que os senhores apanharam com a proposta do PCP, que ao fim e ao cabo, como disse há pouco, pretendia apenas ocupar o lugar da Comissão Consultiva que havia sido criada pela Resolução que criou o CPR, serviu para extinguir a Comissão do Sismo. Com isso, os senhores estão a afastar o Parlamento dos sinistrados. Isto é indubitável.

Eu não tenho memória de haver nenhuma comissão que tivesse ouvido tantas pessoas como esta Comissão de Acompanhamento do Sismo ouviu. As pessoas habituaram-se a ter na Comissão do Sismo um interlocutor, alguém para lhes ouvir e tentar responder muitas vezes ao silêncio de quem devia responder e nada lhes dizia. Habituaram-se a ter na Comissão do Sismo um provedor para as injustiças de que se diziam vítimas por parte do CPR e da tutela. É esse interlocutor que as pessoas habituaram-se a ter e foi este o peso e a imagem que este Parlamento adquiriu também.

Esta Comissão dignificou muito a imagem do Parlamento.

Nós achamos que com esta extinção não se está a prestar um bom trabalho a esta Casa, porque quando se criou algo neste Parlamento que aproximava os cidadãos,

neste caso os sinistrados, dos Deputados, das pessoas que os eleitores elegeram, agora pura e simplesmente as pessoas vão olhar para o Parlamento e vão ver que aquilo que lhe deram com uma mão tiraram com a outra.

Quem foi que tirou?

Foram os senhores! Os senhores é que tiraram essa possibilidade aos sinistrados.

O Partido Socialista aproveitou esta boleia que não tinha nada a ver com a Comissão Eventual, para extinguir uma comissão que os sinistrados se habituaram a dirigir e que prestigiava este Parlamento.

Podemos ter dúvidas, queixas e reclamações relativamente a algum trabalho, um melhor, outro pior, mas o que é facto é que esta Comissão, como poucas, pelas suas próprias contingências acabou por dignificar muito este Parlamento e aproximar os cidadãos, os eleitores dos eleitos.

Não é só os sinistrados que ficam mal com esta vossa proposta. É o próprio Parlamento cuja imagem não fica dignificada.

O senhor também nunca me respondeu a uma questão, isto é, a verdadeira razão política.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Eu contra argumentei as suas posições relativamente às razões de acabar com esta Comissão. O senhor não argumentou nada que fizesse valer a minha contra argumentação.

Só lhe coloco uma questão, Sr. Deputado: se os senhores querem acabar com esta Comissão agora, das duas uma, seguindo as palavras do Sr. Deputado Renato Leal há dois anos neste Parlamento, ou estão a afastar os sinistrados do Parlamento ou então a Comissão Eventual que havia não trabalhou bem. Em que é que ficamos?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o que me faltava agora era ter lições do que fica bem ou não fica, com V. Exa.. Julgo que cada um guarda para si as regras que tem e as dá por adquiridas. Se V. Exa. tem essa pretensão de fazer agora um trabalho exaustivo do que fica bem ou não fica, aconselho-o a publicar uma obra sobre etiqueta e croché, ou um outro qualquer compêndio nesse sentido.

Era importante que V. Exa. assumisse com alguma franqueza, sem preconceitos e sem vergonha, o partido a que pertence.

O que eu disse foi que a maioria de esquerda, socialista/comunista, que é quem aprova este diploma...

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

Não precisa rir-se, não é ofensivo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não me posso rir?

Isso é um tique da oposição!

O Orador: Não precisa se envergonhar disso.

Quando me disserem que o meu partido é direita, eu tenho muito orgulho nisso. Isso para mim não é nenhuma ofensa.

V. Exas. são da esquerda. Não precisa ficar envergonhado com isso. Não há nenhum problema. Portanto, não tem qualquer sentido ofensivo nem pejorativo. Tem o sentido do que V. Exas. são e do que nós somos.

O Sr. Deputado referiu que das suas palavras não se concluíra que a extinção da Comissão Eventual resultava da criação do conselho. Eu também não disse que resultava das suas palavras, disse que resultava do diploma, é um aditamento àquele diploma. Aliás, nas próprias palavras desse aditamento diz: “extinguindo-se, conseqüentemente, a Comissão Eventual”. Portanto, está intimamente ligado.

Aquilo que acontece é que foi por força disso que foi aqui apresentado.

O que era importante saber e continuo sem qualquer desespero a perguntar, ao contrário do que diz, é uma coisa tão simples como esta:

Há vantagens na existência de uma Comissão própria para o efeito. Ela já existe. Tantas vantagens existiram que foram também V. Exas. a aprovar. Há vantagens e obrigatoriedade de uma Comissão Especializada, que já existe, se debruçar sobre essa matéria, coisa que numa comissão geral não há essa obrigatoriedade, fica ao critério da maioria quando é que se pode discutir ou não essa temática, ao contrário de uma comissão que o fim é bem definido e concreto.

A questão simples que lhe coloquei e essa sim é que nunca chega a responder, é que circunstâncias diferentes existem agora, em concreto, que justifiquem a sua extinção? É isso que é preciso explicar. Não se trata da criação de uma nova Comissão.

Trata-se de saber qual é o motivo que hoje não justifica essa mesma Comissão.

Relembrando, nós continuamos a entender que se razões haviam para se fiscalizar o Governo directamente, maiores razões existem para fiscalizar uma sociedade que está mais longe do nosso poder parlamentar.

Presidente: Renovando os meus propósitos de economizar tempo, dou a palavra ao Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, não tem que se preocupar comigo, porque sabe que sou pouco gastador do tempo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para, directamente, responder ao Sr. Deputado Costa Pereira com toda a objectividade e com toda a abertura.

Ontem tive ocasião de dizer, hoje já repeti sucintamente e vou repetir com o máximo de rigor possível que seja, ao Sr. Deputado Costa Pereira, qual o nosso pensamento sobre estas questões.

Começo por dizer que nós entendemos que uma Comissão Eventual é uma Comissão Eventual, não é uma Comissão Especializada Permanente.

Sendo uma Comissão Eventual é natural que se pense que ela seja necessária, por isso foi criada, e que se pense bem ou mal quando ela deixa de ser necessária e for extinta.

Uma Comissão Eventual é criada e extinta num dado momento. Isto resulta do Regimento e em termos absolutamente genéricos.

No entender do Grupo Parlamentar do PCP, que difere substancialmente do entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a partir do momento em que fosse dado adquirido (para nós, não é!) que todas as orientações centrais, em relação ao processo da reconstrução, estavam fixadas e estabelecidas, a partir do momento em que todas aquelas que têm a ver com uma resolução aprovada por esta Assembleia em Junho de 2001, a Resolução 16/2001, salvo erro, estivessem estabelecidas, e aquilo que em termos do cumprimento e fiscalização da acção governativa para a reconstrução tivesse a ver com a actividade governativa normal, nós não nos oporíamos a que essas funções fossem assumidas pelas comissões da Assembleia com competência permanente nas áreas respectivas.

Achamos que esta antecipação procura criar duas imagens que não têm nitidez política, na nossa óptica. A primeira imagem é a de que está tudo resolvido, e não está, e a segunda imagem é de que o Conselho Consultivo, melhor dizendo, não substitui. São duas coisas diferentes, uma questão é ser consultivo outra é a fiscalização da acção governativa.

A extinção da Comissão não extingue a fiscalização da acção governativa.

O Sr. Deputado Costa Pereira coloca o problema de na Comissão de Política Geral o PCP ter votado a favor desta norma. Eu gostaria de dizer, com toda a singeleza e simplicidade, que muitas vezes isso acontece, em partidos maiores ou mais pequenos, às vezes, se calhar, em grupos parlamentares pequenos com maior probabilidade,

porque cada um dos dois deputados, no caso vertente, têm muitas questões a seu próprio cargo e muitas vezes o tratamento delas troca, quem tem que protocolizar num dado momento.

O que aconteceu foi que houve uma posição que o Grupo Parlamentar, poucas horas depois de assumi-la, discutiu-a e rectificou. Isto não é inédito, Sr. Deputado Costa Pereira e sabe que não é.

Se quer insistir nesse tema, insista, mas não nos divide por isso. Esta questão já aconteceu em muitos partidos.

O Grupo Parlamentar do PCP, constituído pelo Deputado Paulo Valadão e pelo Deputado José Decq Mota, tem perfeita unidade de tratamento em relação a esta questão.

Tiveram um pequeno momento de descoordenação que derivou do facto do Sr. Deputado Paulo Valadão, assoberbado por muitos outros assuntos, ter sido chamado a se pronunciar sobre um assunto, numa Comissão, num momento em que não esperava e não estava dentro da matéria.

Originou esta situação. Nós discutimos e chegámos a uma posição comum que logo a seguir tivemos oportunidade de a afirmar.

Mais claro do que isto, não sei onde.

Não vale a pena continuar a insistir e a ir por esse caminho, Sr. Deputado Costa Pereira, com todo o respeito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito simples para responder à questão, que julgava que já estava respondida, do Sr. Deputado Duarte Freitas.

A razão política, que eu já tive oportunidade de esclarecer, é que na nossa leitura, o processo de reconstrução está em bom andamento. O Governo Regional vai

queimando sucessivas etapas neste processo, vai adiantando serviço e vai avançando cada vez mais.

A forma como este Parlamento tem que lidar com esta situação, na nossa perspectiva, é adaptar-se às novas realidades que vão sendo criadas, fruto do trabalho do Governo Regional. Isso parece-me claro do ponto de vista da razão política, se dúvidas houvesse.

O Sr. Deputado podia dizer: mas essa razão política podia encontrar obstáculos. Não, não encontra obstáculos absolutamente nenhuns, nem limita, de qualquer modo, os direitos deste Parlamento.

Sr. Deputado Paulo Gusmão, “O Boneco Desfeito” é o título do poema de José Régio, para o qual eu o remeto.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Já me falou nisso 20 vezes. Arranje outro boneco!

O Orador: Aliás, penso que o Sr. Deputado já conhece, fruto de declarações infelizes a propósito de esquerda e de direita.

Releia novamente o poema “O Boneco Desfeito”, porque só lhe fará bem.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sou completamente a favor, tal como a bancada do Partido Socialista, da criação do Conselho Consultivo para a Reconstrução.

Devo dizer que se me afigura que ele integra um conjunto de representações que vão contribuir para que, nesta nova fase do processo, o novo Conselho Consultivo possa desempenhar muito bem as funções para que vai ser criado.

Todavia gostaria de dizer, relativamente a algumas afirmações aqui feitas e que umas vezes me são directamente atribuídas, outras não são, mas para bom entendedor essa meia palavra basta, que pelo facto de por diversas vezes ter dito, nos últimos tempos que a reconstrução ia numa velocidade cruzeiro, nunca disse que estava tudo bem.

Eu nunca disse que estava tudo bem, porque havia efectivamente algo a melhorar neste processo.

Relativamente a esta situação da velocidade de cruzeiro, não quero dizer que efectivamente esteja tudo bem, mas que estava tudo bastante melhor, antes de se ter provocado este arrefecimento da reconstrução, efectivamente estava.

Quanto às questões que se prendem com a administração directa, eu penso que tenho fundadas e fundamentadas razões para acreditar que, com a entrada em funcionamento desta sociedade, tudo aquilo que diz respeito à administração directa e que, porventura, não tenha corrido tão bem quanto o desejado, tem todas as condições para que efectivamente melhore. Tem, porque os meios financeiros que nalguns momentos poderão ter atrapalhado o acelerar de algumas das fases da administração directa, a partir da entrada em funcionamento da nova sociedade, passam a não constituir um obstáculo ou um impedimento como efectivamente poderão ter nalgum momento acontecido.

Quanto a um outro aspecto que diz respeito às verbas, eu penso que o Sr. Deputado Duarte Freitas, sendo um homem com uma formação académica na área que tem, pelo menos com a experiência autárquica que teve, penso que neste mister concordará comigo.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Estou perto do fim? Farei o possível para chegar lá rapidamente. Deixe-me só concluir este raciocínio.

Presidente: Se eu pudesse juntar o meu tempo ao seu, como Deputado do Faial, juntava, mas não posso.

O Orador: Lá chegarei, Sr. Presidente.

O facto de haver um montante que corresponde à execução financeira, infelizmente não corresponde à execução física.

A execução física, que é no fundo a execução real, é muito superior à execução financeira.

Uma última nota antes de terminar esta primeira intervenção. Eu não acredito, de forma alguma, que os sinistrados destas duas ilhas, habituados que estão a ter este contacto privilegiado com todos os deputados desta Comissão, mas sobretudo com os eleitos pelo Faial e pelo Pico, nos deixem em paz. Não acredito, por aquilo que fomos capazes de realizar, ao longo deste tempo, nos contactos que estabelecemos, nunca lhes perguntando em quem é que votaram, nem em que partido é que estavam inscritos, e aqui falo por mim e pelos representantes dos outros dois partidos que integram esta Comissão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para terminar o meu raciocínio feito há pouco, mas foi bom que o Sr. Deputado Renato Leal tivesse intervindo nesta parte final.

Eu gostava de fazer uma referência sobre o funcionamento da Comissão Eventual.

Que fique claro, como disse há pouco, que não aprovamos a extinção da Comissão. Neste momento, não há razões para ser extinta.

Segundo, não fique a ideia de que a Comissão Eventual do Sismo foi um saco de virtudes, porque não foi. Não fique essa ideia e pode concluir-se isso nas últimas intervenções dos Srs. Deputados Costa Pereira e Duarte Freitas, especialmente Duarte Freitas.

Obviamente o que houve foi uma enorme procura da parte dos sinistrados em relação aos Deputados. Os Deputados de todos os partidos tiveram um entendimento rigoroso do que era a Comissão.

Eu não queria deixar de lembrar, por exemplo, que a Comissão esteve sem emitir relatório uns meses antes das eleições autárquicas. Todos criticámos isso. Não vamos agora estar a fingir que foi tudo rosa. Não foi tudo rosas.

O saldo é positivo?

É com certeza, Sr. Presidente da Comissão. É um trabalho positivo, Sr. Relator e todos os membros que a compõem. Foi um trabalho onde todos nos empenhámos.

Para terminar, gostaria de colocar uma questão de ordem política.

A bancada do Partido Socialista, com esta sua proposta, veio criar a possibilidade de ser introduzido um raciocínio político destorcido neste problema, porque aqueles que efectivamente em relação à reconstrução e em relação aos grandes problemas da reconstrução não tinham grande defesa, nomeadamente em relação às questões de financiamento nos últimos meses, agora encontraram uma tábua de salvação com esta proposta fora de tempo que os senhores lhes estenderam,

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, o Sr. Deputado Decq Mota disse aqui uma coisa muito importante que convém relembrar: o Conselho Consultivo não será um sucedâneo da Comissão de Acompanhamento da Reconstrução. A Assembleia continuará a fazer o acompanhamento da reconstrução, através da Comissão de Política Geral. Esta é a verdade e é fundamental que fique claro.

Também é verdade que a Comissão Eventual do Sismo não foi um saco de virtudes. Pois não, não foi, mas foi uma outra coisa muito importante, foi um poço de trabalho, como diz o povo.

Também é verdade que houve um enorme esforço, um esforço imenso, por parte de todos, para que nessa Comissão, onde havia pontos de vista diferentes nessa matéria, os relatórios fossem sempre aprovados por unanimidade.

Há questões aqui que é preciso desmistificar.

O Sr. Deputado Duarte Freitas diz que os sinistrados procuram insistentemente a Comissão do Sismo. Eu não tenho esse entendimento, nem tenho essa visão.

O entendimento e a visão que eu tenho, é de que os sinistrados procuram insistentemente os seus Deputados – e digo seus, de uma forma abrangente, os Deputados de Ilha – independentemente da força política pela qual foram eleitos.

Os seus Deputados, por força das circunstâncias, integravam essa Comissão, mas era os seus Deputados que eles procuravam e vai a ser os seus Deputados, independentemente da Comissão, que eles vão continuar a procurar, porque os seus Deputados estarão disponíveis para os receber, fazendo parte ou não da Comissão de Acompanhamento do Sismo. Aparentemente parece que já não se dispõem para os receber, fazendo parte de uma outra Comissão ou não fazendo mesmo parte de Comissão nenhuma. É essa questão que convém salvaguardar.

Da nossa parte, estaremos sempre dispostos para os receber e encaminharemos sempre os seus processos para quem de direito e para onde eles deverão ser encaminhados.

Se os senhores não têm essa disposição, ou a perdem com o fim desta Comissão, o problema não é nosso.

Os senhores é que terão que resolver essa situação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando por si, Sr. Deputado Lizuarte Machado, esperava mais!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Só tinha 3 minutos!

O Orador: O senhor não se lembrou de nada disso há um mês, há dois ou há um ano atrás?

Então os Deputados do PS e do PSD nessa altura não estavam disponíveis para receber as pessoas, como estão hoje e como vão continuar a estar?

Esses argumentos, Sr. Deputado, são inócuos e errados. O senhor apontou para um alvo perfeitamente errado.

As suas palavras podiam perfeitamente caber há mês, há dois ou há um ano ou dois atrás. Não fazem qualquer sentido, desculpe que lhe diga!

Eu percebo que não há mais argumentos. Os senhores não têm mais argumentos.

Isso parece-me, cada vez mais, um exercício de teimosia: vamos acabar com esta Comissão! Alguém definiu isso, alguém entendeu isso.

Sinceramente, eu até penso que alguns dos senhores estão incomodados com isso. Eu julgo que, tentando despír as vestes partidárias, se estivesse no vosso lugar, também me sentiria incomodado. Eu percebo isso perfeitamente.

Se calhar, às vezes, nesse incómodo, é preferível o silêncio do que aduzir argumentos que fazem pouco sentido.

Outra questão que gostaria de colocar, prende-se com os processos.

Como é que vão ficar aquelas centenas de processos que já aqui referi?

Será que a extinção desta Comissão visa, de alguma forma, poupar algum trabalho ao Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos e ao CPR, que já está há mais de um ano para responder a algumas centenas de informações que foram pedidas e nunca respondeu?

De facto, se essa Comissão tem alguma virtude que não é política – julgo que politicamente não tem virtude nenhuma, nem para o PS nem para o Governo, acho que é um tiro errado - ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Por que é que é errado?

O Orador: ... é pelo menos, em termos de trabalho, uma poupança para o Sr. Secretário. Assim, o Sr. Secretário fica poupado de responder a questões que a Comissão colocava, quer em termos de opinião pública, quer em termos de informações que lhe eram pedidas por escrito?

Se calhar, a origem, deste vosso exercício de teimosia está aí.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentando acabar, o que há pouco não foi possível, e dizendo um pouco mais agora.

Eu fiz bem, Sr. Deputado Decq Mota, em não ter agradecido, na minha primeira intervenção, os elogios do PSD. O meu anjo da guarda, hoje, está a proteger-me, porque isto é, mais ou menos, uma a amaciar e a outra a doer.

Quem andou no liceu da Horta, como eu andei naqueles tempos, sabe bem como é que é e sabe bem como eu tinha razão quando, noutro espaço, dizia que ficava muito preocupado quando me vinham elogios desse lado, porque não devia estar a desempenhar bem o meu papel.

Sr. Deputado Duarte Freitas, eu, como homem de letras, admiro a sua última intervenção, no que diz respeito ao exercício da teimosia.

O meu falecido tio e professor, de muitas gerações, de Língua Portuguesa, no liceu da Horta, Dr. Tomás da Rosa, dizia que para haver um teimoso era preciso que houvesse mais um.

Eu admiro a sua iniciativa de classificar a reacção da bancada do Partido Socialista, até aqui praticamente sempre pela voz do nosso líder parlamentar, de exercício de teimosia.

Se os representantes do Partido Socialista, na Comissão de Política Geral, apresentaram uma proposta de alteração e de aditamento, e muito naturalmente a votaram favoravelmente, esclarecido que está o desempenho do representante do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado, com a experiência parlamentar que tem, sinceramente estava à espera que depois das intervenções de ontem e das intervenções de hoje, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista retirasse essa proposta.

Eu admiro-lhe esse exercício daquilo a que, com toda a amizade e respeito que tenho que por si, eu terei de chamar de ingenuidade política, porque isto é um exercício para os OCS se entreterem, não é para o povo.

O senhor não estaria à espera de que, nem ontem, nem hoje, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, houvesse este exercício.

Última questão: o relacionamento entre os sinistrados e o Parlamento.

Muitos sinistrados têm o número do meu telemóvel e a maior parte conhece a linha gratuita que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem, desde há muito tempo, ao seu dispor. Não ficarão abandonados por causa disso.

Ainda hoje, na cerimónia que tive o gosto de participar, tive oportunidade de deixar algumas palavras de esperança a alguns sinistrados e de ouvir da boca dos principais responsáveis por uma das empresas que melhor desempenho têm tido na reconstrução, que continuam apostados em acabar, antes do prazo que efectivamente está contratualizado.

É pena que a lei do mercado não tenha sido mais generosa para com este processo e que nos tenha trazido só e tão somente um conjunto de empresas que, quer na Ilha do Faial, quer na Ilha do Pico, fosse capaz de terminar os contratos antes do prazo, para bem de todos nós.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Decq Mota:

Registo, porque só lhe ficou bem, o reconhecimento que fez, que a todos acontece, de haver descoordenações. Não foi insistência, o que lhe pedi foi para clarificar e clarificou.

Naturalmente que temos uma divergência. O Sr. Deputado diz que entende que não é o momento exacto para acabar com a Comissão do Sismo, ou pelo menos nunca será, até que todas as orientações fixadas venham a ficar estabelecidas, sobretudo nalguns

casos exemplificativos que referiu, nomeadamente aqueles que se relacionam com uma resolução que aqui foi aprovada por unanimidade.

Sr. Deputado, nós discordamos com isso, não só porque a experiência já nos ensinou que com este Governo não bastam orientações, porque ele não as cumpre, mas também porque as questões difíceis continuam por resolver.

Muito daquilo que é difícil continua por resolver, neste momento na reconstrução. Vou lhe dar mais alguns exemplos, para além daqueles que referiu dos sinistrados do 2º e 3º escalão que não têm capacidade de arrancar com obras sozinhos, dos sinistrados do 1º escalão que não têm terra. Para além desses vou dar exemplos de coisas que faltam fazer e que são difíceis:

- As casas vizinhas, ambas sinistradas, com paredes meias. Uma é do 1º escalão, outra é do 2º. Uma está a ser intervencionada, a outra não pode.

Há casos destes por resolver que estão emperrados e empatados.

- O problema da fiscalização das obras que em muitos casos continua sem funcionar.
- O problema das constantes alterações que se estão a fazer e unilateralmente alguns projectos.
- O problema do não cumprimento dos projectos que estão aprovados.
- O problema do não cumprimento da legislação em vigor, no que diz respeito aos acessos e às infraestruturas.
- Os sinistrados que neste momento estão a ser empurrados para obras de administração directa sem o desejarem, porque pertencem ao primeiro escalão.

Sr. Deputado, para isto não é preciso a fiscalização de uma Comissão?

Para isto não é preciso um acompanhamento de perto, empenhado, directo?

Voltamos à questão inicial que o Sr. Deputado Renato Leal reforçou. Ele disse que não nos deixam em paz. Se não nos deixam em paz é porque ainda há muita coisa a fazer, há muita coisa para acompanhar, para fiscalizar.

Não é a Comissão de Política Geral, por maior bondade que possa ter, que não tem a disponibilidade, nunca terá a disponibilidade que a Comissão do Sismo tem, porque o seu objecto específico é este. Isto, Srs. Deputados, não tem a ver com órgãos de comunicação social. Tem a ver com as pessoas, com os sinistrados, com aqueles com quem nós nos confrontamos dia a dia nesta terra.

São esses que aqui estão em causa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Deputado Costa Pereira, falando certamente como representante do povo para o povo, mas sabendo que entre o povo e ele está a comunicação social, acabou por fazer o retrato, com o qual genericamente concordo, da situação que se viveu nos últimos meses e que hoje se vive.

Eu afirmei – não vamos deturpar nada – que penso que não é momento, exactamente por essas razões, para a Comissão ser extinta, mas admito que possa chegar ao momento. É preciso não esquecer que o processo de reconstrução tem hoje um outro instrumento operativo que não tinha para o financiamento e para o acompanhamento de obras.

É preciso não esquecer, que não está – pelo menos não foi anunciado – claramente definido e repartido, o que é que vai ficar a cargo, incluindo contratos programas, da SPRI,SA e o que vai ficar dependente directamente do gabinete do Sr. Secretário Regional.

É preciso não esquecer que o processo está em mutação. Estando em mutação, é o momento certo – e não foi por acaso, quando discutimos aqui a formação da SPRI, que coloquei este problema e o Sr. Secretário respondeu, embora mitigadamente –

para que certas orientações que não têm existido e que têm bloqueado questões, como o Sr. Deputado Costa Pereira põe, sejam postas.

Se essas situações forem resolvidas e decididas, quando o forem, então a acção de fiscalização sobre a actividade governativa do governo pode tomar uma feição adequada, um processo que já está sobre os carris, com as orientações estabelecidas. É este o meu entendimento, não é diferente disto. Não tem nenhuma diferença de opinião em relação a este diagnóstico.

O problema é que não podemos esquecer que o processo levou uma volta.

Percebo as razões pelas quais eventualmente o Partido Social Democrata não tenha grande vocação para se fixar um pouco na volta que o processo levou.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação na generalidade, tendo em conta que o debate, na especialidade, daquele artigo já está feito.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo foi aprovada, na generalidade, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 2 votos contra do PP e 15 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Para os artigos 1º, 2º, e 3º não existem proposta de alteração. Se a câmara não se opuser, debatíamos os três artigos em conjunto.

(Pausa)

Não havendo oposição, nem intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos postos à votação, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 1º, 2º e 3º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos contra do PP.

Presidente: Para o artigo 4º existe uma proposta de alteração que vem da Comissão e é subscrita pelo PS, conforme documento que fez chegar à Mesa e também existe uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A proposta de alteração do Partido Socialista que foi apresentada e votada na Comissão tem a ver, fundamentalmente, com alguns aperfeiçoamentos de linguagem e com a re-hierarquização das prioridades na colocação dos diferentes representantes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata concorda com as propostas de alteração que vêm da Comissão. Uso também da palavra para explicar a intenção da nossa proposta de alteração que, como facilmente se depreende, pela simplicidade do texto, pretende na alínea b) e c) do ponto 1 do artigo 4º, que não sejam apenas os Presidentes das Câmaras Municipais e das Assembleias, em primeiro lugar, mas também os seus representantes legais, como é normal em órgãos desta natureza.

Por isso fazemos essa sugestão, porque entendemos que será mais fácil para que falem o mínimo de pessoas possíveis nestas reuniões deste Conselho.

Por outro lado, acrescentamos também, uma alínea m) onde prevemos a presença de um representante das freguesias por cada um dos concelhos que estão aqui abrangidos.

Esta proposta pretende algo que sempre defendemos que era a participação das Juntas de Freguesias, como pessoas mais próximas destes problemas e das populações, para poderem participar, neste caso a nível consultivo, neste processo e dentro deste órgão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do PCP está de acordo com as propostas, previstas na Comissão, para este artigo.

Em relação às propostas apresentadas pelo PSD, gostava de manifestar a seguinte opinião:

No que respeita à alínea b) e à alínea c) pensamos que do ponto de vista formal tem lógica, atendendo àquilo que são as medidas de Presidentes de Câmara e os compromissos que têm.

No entanto, receamos – digo isto com toda a sinceridade porque não gosto que fique nada por dizer – que a proposta tenha a ver com questões políticas de dimensão mais pequena, porque se tiver fulano não está outro fulano, etc., etc., ficando aberta para representantes.

De qualquer maneira, achamos que pode ter alguma lógica atendendo àquilo que são as vidas quotidianas de Presidentes de Câmara.

Em relação à outra questão, é um outro problema. Em princípio, nós não temos objecção, mas há um problema de dimensão e há outro problema.

Quando nós propusemos os Presidentes de Assembleias Municipais, isso tem a ver um com outra perspectiva de representação municipal, uma perspectiva que não é executiva, é deliberativa e que de alguma forma envolve as freguesias na medida em que os Presidentes da Junta têm assento as Assembleias Municipais.

Quando nós avançámos com a proposta para os Presidentes das Assembleias Municipais, foi neste sentido.

Portanto, mais quatro municípios com 4 representantes, parece-nos que é um pouco exagerado em termos de número, atendendo a que este conselho já tem quase 20

representantes e está assegurada a possibilidade das freguesias terem voz pelos representantes da Assembleia Municipal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Relativamente a esta proposta de alteração, eu gostaria de dizer que o Partido Socialista concorda com o que aqui vem referido relativamente às alíneas b) e c) e não vale a pena gastar muito tempo a expender argumentos relativamente a esta matéria.

Faz todo o sentido, se queremos que efectivamente os autarcas estejam representados no Conselho Consultivo, sabendo como por vezes é difícil a representação, quer dos Presidentes de Câmara quer dos Presidentes das Assembleias Municipais, embora por razões perfeitamente distintas, uns porque estão a tempo inteiro e têm muitas outras actividades a desenvolver, outros porque a sua vida normalmente não é a política a tempo inteiro e provoca-lhes complicações, que se lhes dê essa oportunidade.

Relativamente à última alínea, sinceramente não concordamos e iremos votar contra, na medida em que considero que o poder autárquico está representado por estes dois órgãos: Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para prestar uma explicação relativamente à alínea m) que está aqui em causa, já que em relação à alínea b) e c) parece haver algum consenso neste plenário.

Em relação à alínea m), o que é que nós pretendemos?

Os senhores sabem, por exemplo, que nos conselhos de ilha estão os Presidentes das Assembleias Municipais, mas também estão mais elementos das Assembleias, às vezes até são Presidentes de Junta que lá vão. Aliás, têm que ser Presidentes de Junta.

Em segundo lugar, a proposta de estar representado na Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal é um órgão deliberativo, enquanto que os Presidentes de Junta representam um órgão executivo, o órgão que está mais próximo das pessoas. Julgamos que seria importante esta perspectiva.

Pelas intervenções que foram feitas, percebemos que a maioria desta Casa entende que os Presidentes de Junta de Freguesia não devem fazer parte deste órgão. Naturalmente, vamos ser derrotados nesta matéria, mas ficamos sempre com a convicção da importância que teriam os Presidentes de Junta de Freguesia ao estarem representados, como a importância que teriam tido se tivessem estado, em caso antecedentes, neste processo.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Vamos passar à votação.

Em primeiro lugar, vamos votar a proposta da Comissão subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Vamos passar à proposta apresentada pelo PSD, sendo esta votação feita por alíneas.

Em primeiro lugar, vamos votar as alterações para as alíneas b) e c) do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração para as alíneas b) e c) foram aprovadas com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de alteração relativa à alínea m).

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para a alínea m) foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação da parte restante do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos contra do PP.

Presidente: Está em debate os artigos 5º e 6º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 5º e 6º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos contra do PP.

Presidente: Temos ainda uma proposta de aditamento, designada por artigo 6º-A, relativa à revogação, que vem da Comissão e é subscrita pelo Partido Socialista.

Este artigo já foi debatido há pouco. Não sei se há mais intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apesar desta matéria estar discutida no plano político, evidentemente que tem que ser referida na especialidade e tem que ser referida pela nossa parte. Não é repetir o que já disse, mas procurar frisar alguns aspectos.

Eu gostava de dizer com toda a clareza que, do ponto de vista político, a atitude do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não é aceitável. Já o disse, mas queria repetir precisando outro aspecto.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista podia tomar nesta sessão, exactamente a mesma atitude política, sem procurar misturar ninguém com ela.

Podia, simplesmente, ter apresentado uma Proposta de Resolução que era o instrumento mais adequado para esta situação, que era um instrumento que revogasse a resolução que instituiu a Comissão. Do ponto de vista político, podia discordar, mas era completamente legítimo do ponto de vista político e democrático.

Agora, querer fazer esta habilidade política, querer dar a entender – e com certeza que muitas pessoas assim o compreenderam – de que era um aspecto tipo “moeda de troca” ou estava a haver uma substituição de uma coisa assim, não é legítimo, não é aceitável.

Eu não sou jurista nem quero entrar por grandes caminhos jurídicos para os quais não estou habilitado, mas nem sequer é muito convincente do ponto de vista da feitura legislativa.

Eu, como proponente, quando entrego um Projecto de Decreto Legislativo Regional, estou obrigado – e se não o faço, o Sr. Presidente “puxa-me as orelhas” – a definir com clareza o objecto. A primeira coisa que o Sr. Presidente vai verificar é se o objecto está claramente definido. Se não está, o Sr. Presidente escreve uma cartinha, simpática e amável, a dizer que não está em condições. Ainda nunca o fez, espero que não o faça, mas pode fazê-lo.

Nesta sede, em especialidade, o partido apresenta uma proposta de aditamento que não respeita o objecto do diploma em nada. É um diploma cujo objecto é criar o conselho consultivo e introduzir um aditamento a dizer que é extinta a Comissão da Assembleia de Acompanhamento da Acção Governativa, não tem jeito nenhum, Sr. Presidente, até do ponto de vista regimental. Isto é misturar alhos com bugalhos, peixe com carne, etc., etc..

Não é um jurista que está a falar, é um Deputado que sente as coisas, que já anda nisto a algum tempo e que acha que o artigo 143º do Regimento, em relação aos aditamentos, diz que é matéria nova, mas a interpretação é no sentido do objecto e não é adulterando o documento.

Eu ponho à consideração do Sr. Presidente se esta proposta é admissível pela Mesa, em termos da forma como está formulada, por uma razão muito simples, não respeita o objecto do diploma que está em discussão e visa outro objecto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fiquei, por momentos, à espera que o Sr. Presidente respondesse à pergunta do Sr. Deputado José Decq Mota, mas certamente terá essa oportunidade depois da minha intervenção.

Pedi a palavra para aduzir alguns argumentos que o Sr. Deputado José Decq Mota aqui referiu e que dispenso de os renovar, assim como toda a discussão que nós já tivemos dispensará juntar muito mais discussão nesta matéria, para além daquela que eventualmente surgirá da resposta do Sr. Presidente.

Na sequência do que se passou até aqui, e agora com esta revogação, o que é que vai acontecer, se isto for aprovado?

Não sei se repararam, mas para além de se extinguir a Comissão Parlamentar que acompanhava esta matéria, mais de metade dos membros que estão neste Conselho

Consultivo, são do Governo. Portanto, será o Conselho Consultivo do Governo a aconselhar o Governo. Inclusivamente, com o chumbo que foi dado à proposta do Partido Social Democrata que pretendia ter os Presidentes de Junta, para além de todos os argumentos que justificam a sua presença, faz com que se renove que é o Governo que tem maioria.

Ao aprovarmos reuniões ordinárias e ao dizer que extraordinariamente pode ser convocado pela maioria dos seis membros, quer dizer que também nesse aspecto só reúne quando o Governo quiser.

Eu faço lembrar aqui, já agora, na sequência destes argumentos, algo que o actual Sr. Presidente, na altura Deputado Carlos César, disse nesta Casa em 1990, quando foi aprovado o Conselho Consultivo da Juventude. Nessa altura esse Conselho Consultivo tinha um terço dos membros do Governo Regional. Agora, tem mais de metade de Membros do Governo.

Nessa altura, o Sr. Presidente dizia que com aquele terço não sabia se era para o Governo saber o que pensava a juventude, mas para a juventude fazer aquilo que o Governo queria. Neste caso é isso que vai acontecer com a agravante de extinguirmos essa Comissão. O que vai acontecer é que extinguimos uma Comissão, criamos um Conselho em que o Governo está em maioria para aconselhar o próprio Governo.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu sou obrigado a intervir, pela segunda e última vez na especialidade, porque o Sr. Deputado Duarte Freitas não pode aproveitar o facto de ser o último momento em que esta matéria é falada, para tentar deixar uma mensagem falsa.

A extinção da Comissão não tem nada a ver com o Conselho Consultivo. Pelo amor de Deus!

A comissão de fiscalização nunca existiu para aconselhar o Governo. A comissão de fiscalização existe para fiscalizar a acção governativa. São duas coisas distintas.

Nós esperamos que aqueles senhores não fiquem confundidos com a sua questão.

Quanto ao problema de representantes da administração na nossa proposta, por um lado, nós fomos no sentido de uma transposição que eu assumi, de uma transposição daquilo que era o essencial do Conselho Consultivo do CPR e, por outro, procurámos que houvessem Direcções Regionais que, em matérias especializadas, pudessem dar contributos.

Penso que aqui não há nenhum drama em relação a esta matéria.

Para terminar, se o Sr. Presidente quiser ter a bondade de comentar as minhas observações, eu agradecia.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Decq Mota, naturalmente que eu vou responder à sua solicitação, só que eu estou na Mesa e tenho que obedecer às disposições regimentais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Apenas para dizer, em relação à intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas, algo que já foi, em parte, clarificado pela intervenção do Sr. Deputado Decq Mota, mas de qualquer das formas, continua a ser necessário, porque se é certo que em relação a parte da intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota os Srs. Deputados fizeram questão de dizer que não estavam a confundir e que o Sr. Deputado Decq Mota tinha razão, há aqui um outro aspecto que é preciso tornar claro.

O senhor disse que este Conselho Consultivo não ia aconselhar nada. Inclusivamente cita declarações do então Deputado Carlos César como se isso fosse uma proposta de

Governo ou uma proposta do PS. Sr. Deputado, pelo amor de Deus! Esta proposta não é nossa.

Os senhores acusam o Governo, acusam o Grupo Parlamentar de estar a partidarizar o quê?

Nós não propusemos nada. Nós aprovámos propostas de alteração que os senhores avançaram.

Para quem tanto se preocupa com a pontaria dos argumentos, o senhor errou redondamente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas notas muito sintéticas.

Em primeiro lugar, para referir que depois da volta que demos, após as minhas declarações iniciais, afinal estamos a bater no ponto, que é o carácter politicamente discutível e censurável com que esta proposta aparece acoplada a outra.

Em segundo lugar, é tão censurável e para além das questões que o Sr. Deputado José Decq Mota colocou à Mesa e que a Mesa irá responder, junto aqui uma outra sintomática e significativa. É que uma Comissão Eventual desta Assembleia, criada por Proposta de Resolução, vai ser extinta em resultado de um acto do Governo, isto é, uma Comissão da Assembleia vai desaparecer não por uma vontade directa e expressa desta Assembleia, mas quando a posse dos membros do Conselho Consultivo da Reconstrução for dada pelo Sr. Presidente do Governo. Eu considero isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma menorização da Assembleia.

Deputados Bento Barcelos e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados, esta matéria é difícil. Exigiria, provavelmente, uma reflexão maior.

Simplesmente a Mesa, perante os dados que tem neste momento, aceita esta situação.

O Presidente foi inquirido pelo Sr. Deputado Decq Mota sobre esta matéria. A minha decisão, objectivamente, é que vamos votar e aceito como aditamento.

Existem mecanismos para contrariar esta minha decisão. Se os senhores não os accionarem agora, vamos passar à votação do artigo 6º.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): O Sr. Presidente sabe perfeitamente que o mecanismo que existe é recorrer da decisão para plenário, mas sabe perfeitamente qual seria a decisão que o plenário tomaria.

Eu não tenho por costume, nem o meu Grupo Parlamentar, ter procedimentos do tipo de obstrução.

Agora o que eu penso é que respeitando com toda a profundidade e, se me permite, com toda a amizade, as decisões, não posso deixar de dizer que é uma decisão profundamente frágil, Sr. Presidente.

Sei que não faz nenhum sentido nem tem nenhum resultado, mas é uma decisão frágil, porque não tem qualquer fundamento.

Eu sei, como diz o nosso povo, que estou cheio de razão e os senhores também sabem.

Os senhores sabem que o mecanismo que havia era apresentar era uma resolução e isso estava ao vosso alcance.

De qualquer forma, gostaria de registar que não interponho recurso, porque sei que não vale a pena, mas não deixo de dizer que é uma decisão muito fragilizada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Também para dar um contributo para o esclarecimento desta situação.

A Mesa não tem qualquer controlo sobre as propostas que aparecem nas Comissões.

A Mesa não admitiu esta proposta agora. A Mesa pôs à votação aquilo que vem da Comissão.

As Comissões continuarão a fazer as suas propostas e não vão submetê-las à apreciação da Mesa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria gostaria de fazer uma intervenção, porque a interpelação à Mesa já foi feita e neste momento penso que se está a fazer o debate da admissibilidade ou não de uma proposta de alteração.

A proposta de alteração passa na Comissão e na Comissão é apresentada pelo Partido Socialista.

No entanto, todas as propostas das Comissões têm que ser propostas por um grupo Parlamentar, porque se não forem, elas não são sujeitas a votação.

Pergunto à Mesa se o Partido Socialista assumiu a proposta.

Partindo do princípio que a assumiu, ela é aceite ou não. A primeira instância a aceitá-la é a Mesa.

Em nosso entender, a Mesa não devia a ter aceite de acordo com o nº 4 do artigo 143º do Regimento, porque aquilo que já foi aprovado em relação à denominação deste Conselho, à sua natureza, objecto e competências, que são os primeiros três artigos do documento que o definem totalmente, não remete para qualquer comissão desta Assembleia...

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

O Orador: ... não refere nem pode ser extensivo a qualquer Comissão da Assembleia.

Quando o artigo 6º-A entra na admissibilidade da Mesa e a Mesa admite-o, em nosso entender está a proceder mal, está a proceder contra o Regimento, porque está a admitir matéria que não deve estar neste Decreto Legislativo Regional, porque não faz

parte da denominação do Decreto nem da natureza daquilo que estamos a aprovar e não é um dos objectivos daquilo que nós já aprovámos no artigo 3º.

Portanto, em nosso entender, a única postura que a Mesa da nossa Assembleia devia ter tido era a não admissibilidade do artigo 6º-A.

Nós consideramos que à revelia do Regimento se vai procurar aprovar o 6º-A. Lamentamos profundamente e consideramos que isso pode pôr em risco, inclusive, a publicação final deste Decreto Legislativo Regional, porque nós, como proponentes, desejaríamos que ele fosse até às últimas consequências.

Por outro lado, como o meu camarada José Decq Mota já referiu, se o Partido Socialista, nesta matéria, tivesse a intenção de, em termos limpos no aspecto parlamentar, extinguir a Comissão que pretende extinguir, a única solução que tinha seria fazer o pedido de urgência para o projecto de resolução e aprovar aqui uma resolução.

Entendemos que uma resolução que nesta Assembleia criou uma Comissão, deveria extingui-la novamente por resolução. Em termos parlamentares penso que, politicamente, esta é que é uma forma séria de trabalhar.

O modo como foi introduzida esta matéria não foi sério, em nosso entender.

Presidente: Srs. Deputados, a decisão da Mesa foi aquela que eu anunciei há pouco. Percebi também que não vão interpor recurso dessa decisão. O que posso dizer, para ficar registado, é que ainda existem outras instâncias de controlo da legalidade. Mais tarde, elas poderão ser accionadas.

Nesse sentido, vamos votar esta proposta de aditamento para o artigo 6º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos à votação do artigo 7º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global deste diploma, compreendendo as alterações já aprovadas.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 2 votos contra do PP e registou 17 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD absteve-se na votação final deste diploma, porque embora concorde com o Conselho Consultivo para a Reconstrução que aqui foi aprovado, discorda profundamente do processo que levou a que anexassem a este diploma a extinção da Comissão de Acompanhamento da Acção Governativa, na sequência dos estragos do sismo de Julho de 1998.

Ficou claro que a Comissão do Sismo termina pela vontade única, insensível e musculada da maioria que apenas quer calar uma voz incómoda para que tudo fique como estava.

Ninguém, aqui dentro ou lá fora, entendeu e aceita a vossa atitude. Os senhores ficarão com ela.

A Comissão do Sismo acaba e com ela os senhores fazem terminar aquilo que foi a principal virtude na sua criação, a aproximação entre eleitos e eleitores. É essa voz incómoda que os senhores querem agora calar.

O povo que vos elegeu será o mesmo que vos vai julgar por mais este exercício de arrogância.

A Comissão do Sismo acaba.

A Sociedade que agora foi constituída, controlada e financiada pelo Governo Regional, recebendo directrizes do executivo, fica de rédea mais solta sem o acompanhamento directo da Comissão, criada especificamente para este efeito.

Para nós, até que a última fechadura fosse colocada na última casa, a reconstrução exigiria um acompanhamento mais específico, mais especializado desta Comissão que agora termina.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP, naturalmente, fica satisfeito com a aprovação desta proposta que cria o Conselho Consultivo da Reconstrução.

A existência deste órgão consultivo é uma necessidade para o processo.

Pensamos que se não tivéssemos tido a iniciativa, no sentido de substituir o extinto órgão consultivo, ligado ao CPR, o processo teria ficado mais empobrecido.

Entretanto, este diploma fica marcado por uma atitude política incorrecta e regimentalmente, no nosso entender, não aceitável e sem cobertura regimental, que foi o aproveitamento desta possibilidade para extinção de uma Comissão Eventual de fiscalização da acção governativa, em relação à reconstrução.

Lamentamos que isto tenha sucedido, mas fundamentalmente o Grupo Parlamentar do PCP quer afirmar pública, serena e claramente que:

Primeiro: a fiscalização da acção governativa não acabou;

Segundo: a disponibilidade destes Deputados, e certamente de outros, em dar atenção aos problemas da reconstrução, sejam problemas de carácter geral, sejam problemas que afectem este ou aquele sinistrado, continuará a ser total;

Terceiro: nas Comissões Especializadas Permanentes, nomeadamente na de Política Geral e na de Economia no que respeita a questões orçamentais e de natureza

financeira, os Deputados do PCP levarão, sempre que necessário, aspectos e problemas relativos à reconstrução.

Este compromisso fica claramente assumido.

Não morreu nada, não acabou nada, nada ficou mais pobre.

O que é necessário é que esta Assembleia continue a saber assumir as suas responsabilidades e que o Governo Regional queira tomar as decisões que tem que tomar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para fazer minhas, desde logo, as palavras do Sr. Deputado José Decq Mota, especialmente quando ele diz que não acabou nada, não morreu nada, nada ficou mais pobre, pelo menos naquilo que é o objecto declarado deste nosso debate. O objecto deste nosso debate é exactamente a Assembleia continuar a fiscalizar o Governo.

Pois, se outros interesses ou outros cuidados inconfessados ou quem sabe até inconfessáveis, se colocaram aqui, não queremos saber deles agora.

O que importa relevar aqui, em primeiro lugar, é o seguinte:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, gostosamente, se associou com o seu voto favorável à iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, aprovando o Conselho Consultivo com os termos propostos e com as propostas de alteração que aqui surgiram.

Consideramos que é um contributo válido e que mereceu inteiramente o nosso voto favorável.

Em relação à polémica que aqui se colocou, sendo certo que do ponto de vista regimental ela foi sobremaneira esclarecida por V. Exa., Sr. Presidente da Assembleia, e em relação aos interesses em causa convém, em sede de declaração de voto, porque isso também foi focado aqui, realçar o seguinte:

Primeiro: é falso que a Assembleia esteja afastada deste processo;

Segundo: é falso que a Assembleia esteja impedida de continuar a fiscalizar este processo;

Terceiro: bem pelo contrário, até se abre o leque de fiscalização, com a possibilidade de intervenção quer da Comissão de Política Geral, quer da Comissão de Economia.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 17 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 20 minutos)

O ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “reestrutura os fundos escolares dos estabelecimentos de ensino e extingue o fundo regional de acção social”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A proposta em discussão tem dois objectivos:

Por um lado, vem reestruturar e autonomizar em relação ao Decreto em que até agora estiveram integradas as normas referentes aos fundos escolares. Portanto, vem consolidá-las num único diploma e dar-lhe um enquadramento que a experiência entretanto aconselhou.

Por outro lado, face à evolução destes fundos escolares, que existem em todos os estabelecimentos de educação, incluindo os conservatórios regionais, os mesmos

absorveram um conjunto de competências que vinham sendo exercidas pelo Fundo Regional de Acção Social Escolar.

Dada essa evolução e dada a consolidação que entretanto ocorreu da parte dos fundos, o Fundo Regional de Acção Social Escolar foi ficando progressivamente esvaziado e hoje já tem apenas funções residuais que podem ser melhor exercidas, quer transferindo parte delas para os fundos, quer assumindo algumas delas – e refiro-me concretamente ao pagamento dos complementos de reforma da antiga obra social – pelo orçamento da Região, através da Direcção Regional da Educação.

Daí que neste momento seja possível fazer este conjunto de operações, consolidar os fundos e extinguir o Fundo Regional de Acção Social Escolar.

É esse o objectivo do diploma em discussão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português irá votar, na generalidade, favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

De qualquer modo, gostaríamos de fazer duas ou três considerações em relação à matéria.

A primeira, é para manifestar o nosso desejo de que as verbas transferidas até agora pelo FRASE para os fundos das escolas, se venham a manter pela Administração Regional.

Hoje, as escolas, através do seu fundo, têm que pagar tudo o que tem a ver com despesas de alimentação, com transportes escolares e com apoio social.

Portanto, é um conjunto de encargos que já estão a ser sustentados pelos fundos das escolas, mas por transferência do FRASE.

É evidente que com a extinção do FRASE, esta transferência de verba passará para a Administração, mas é necessário que o Sr. Secretário dê garantias de que as escolas vão continuar a ter a possibilidade de continuar a gerir o seu fundo em condições, não

havendo uma impossibilidade de manter determinados serviços e apoio aos estudantes como se tem realizado nos últimos anos e que, inclusivamente, consideramos que a administração dos fundos, pela própria escola, tem sido benéfica.

Todos nós nos recordamos, não foi há muitas dezenas de anos, que quando o FRASE concentrava tudo isto, os transportes escolares chegaram a estar atrasados um ano. Com a passagem para as escolas a situação está normalizada.

É necessário que, com estes fundos, as escolas possam ter os seus pagamentos normalizados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vai votar favoravelmente este diploma, porque considera que, com ele, damos mais um passo naquilo que foram os projectos com que nós nos candidatámos há 6 anos atrás para governar esta Região. Fizemo-lo conscientes de que seríamos capazes de alterar profundamente a área da educação. Aqui está mais um diploma que vem provar os passos que foram dados nestes 6 anos.

Tal como dizia o Sr. Deputado Paulo Valadão, longe vão os tempos em que era preciso que o professor do 1º ciclo tinha que fazer um ofício para a Câmara a pedir que viesse retelhar, colocar um vidro ou substituir uma fechadura na escola.

Longe vai o tempo em que a Escola Secundária da Horta ou a Domingos Rebelo teriam que fazer um ofício às Obras Públicas para que alguém fosse fazer uma pequena reparação na escola.

Com esta proposta de diploma vimos dar o passo de transição final de tudo o quanto é acção social escolar, feita através da Direcção Regional da Educação e da Secretaria para as Escolas, sendo estas estruturas que efectivamente conquistaram connosco a verdadeira autonomia e gestão das escolas.

Estamos conscientes de que com este diploma se vão conseguir melhorias de rentabilidade dos recursos materiais que são postos à disposição da educação nesta Região pelo Orçamento que aprovamos nesta Casa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em fase de trabalhos na Comissão, sugeriu algumas propostas de alteração. Nenhuma delas é de matéria. São todas de forma, pelo que já digo que em relação aos artigos, na especialidade, julgo que não temos necessidade de fazer grande debate, porque todas elas constavam do diploma praticamente de forma diferente. O que fizemos foi uma redacção que nos parece mais adequada com aquela que temos vindo a seguir nesta Assembleia.

Por isso, é com agrado que registo que, finalmente, as escolas ficam totalmente responsáveis por tudo o quanto é acção social escolar, deixando de ter que mandar qualquer papel para a Secretaria Regional da Educação, na Terceira, ou o Director Regional tenha que rubricar centenas e centenas de pequenas facturas, desde os boletins de metro, em Lisboa, até às camionetas, nos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

As transferências do orçamento regional para os fundos, no que diz respeito à acção social escolar, neste momento, estão a processar-se da seguinte forma: do orçamento regional é feita uma transferência para o FRASE e o FRASE, por sua vez, faz a transferência para os fundos.

Aquilo que se pretende é passar a fazer transferência directa.

Os valores que são transferidos estão regulados por um outro diploma aprovado nesta Casa.

As transferências são reguladas, neste momento, pelo Decreto Legislativo Regional nº 18/90/A, de 8 de Novembro e é esse diploma que fixa os valores que são transferidos.

Esta alteração legislativa em nada interfere com os valores das participações ou com o funcionamento do sistema da Acção Social Escolar.

A única coisa que faz é agilizar o processo e ficará mais fácil, porque passamos a fazer transferência directa em vez de termos que fazer a passagem pelo FRASE.

No que diz respeito aos objectivos e aos quantitativos que são comparticipados, essa é matéria que está regulamentada em diploma à parte, que não recebe por esta proposta qualquer alteração, nem há qualquer interferência nessa matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do CDS/PP vai votar a favor deste diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fazendo fé que as transferências de funções, que neste diploma são feitas para os fundos escolares, serão acompanhadas, proporcionalmente, dos respectivos meios financeiros para as escolas as poderem exercer com eficácia e sem estrangulamentos, nada temos a opor a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que “reestrutura os fundos escolares dos estabelecimentos de ensino e extingue o Fundo Social de Acção Social”.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Artigo 1º. Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 2º existe uma proposta de alteração e de eliminação do nº 2, que vem da Comissão e é subscrita pelo Partido Socialista, conforme documento que já fez chegar à Mesa.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos agora a parte restante do artigo 2º, considerando a proposta anteriormente aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 3º. Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 4º também existe uma proposta de alteração, que vem da Comissão e é subscrita pelo Partido Socialista.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos agora a parte restante do artigo 4º, considerando a proposta anteriormente aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 5º. Para este artigo também existe uma proposta de alteração subscrita pelo Partido Socialista.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos agora a parte restante do artigo 5º, considerando a proposta anteriormente aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 6º há uma proposta de alteração oriunda da Comissão e subscrita pelo Partido Socialista, que substitui integralmente o artigo 6º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O artigo 7º é uma proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de aditamento, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma que “reestrutura os Fundos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino e extingue o Fundo Regional de Acção Social”, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Este diploma baixa à Comissão, para redacção final.

Passamos ao ponto seguinte – **Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o Decreto Legislativo Regional nº 19/2001/A, de 12 de Novembro (Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal).**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é do vosso conhecimento o Decreto-Lei 41/2001, de 9 de Fevereiro, que aprovou o Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal, sofreu em 2002 uma nova remodelação e o Decreto Legislativo Regional que adaptava este Decreto-Lei terá que sofrer também uma nova adaptação, porque o Decreto-Lei original foi revogado.

Não há qualquer modificação no seu conteúdo, mas apenas modificação de alguns termos, nomeadamente passar a palavra “credenciada” para “reconhecimento”.

A proposta apresentada pela Comissão da Assembleia Legislativa Regional não altera em nada o conteúdo da proposta apresentada pelo Governo Regional. Trata-se de uma versão com um estilo jurídico diferente.

Aceitamos perfeitamente este estilo que uniformiza, de uma certa forma, todos os Decretos Legislativos Regionais aprovados por esta Assembleia Legislativa Regional, mas que nada tem a ver nem com o português, nem com a correcção, em termos jurídicos, da proposta apresentada pelo Governo Regional.

Presidente: Está aberto o debate, na generalidade, sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

(Pausa)

Parecendo não haver intervenções, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, na generalidade, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate na especialidade.

Na especialidade a Comissão apresenta alterações para os artigos 1º. e 2º.. Essas alterações foram já subscritas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, conforme documento que já fez chegar à Mesa.

Está à discussão o artigo 1º., bem como a proposta de alteração da Comissão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar, em primeiro lugar, a proposta de alteração para o artigo 1º., vinda da Comissão e subscrita pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Eu gostaria que alguém da Comissão me informasse se esta proposta de alteração, acabada de votar, substitui integralmente o texto original.

(Pausa)

Assim sendo, vamos passar ao artigo 2º, para o qual também existe uma proposta de alteração, vinda Comissão e subscrita pelo Partido Socialista.

Está aberto o debate sobre o artigo 2º. e esta proposta de alteração, que substitui na íntegra o artigo 2º.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 3º., para o qual existe uma proposta de eliminação, vinda da Comissão. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de eliminação do artigo 3º., por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma relativo ao “Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal”, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Aprova o novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores”**.

Está aberto o debate sobre este diploma.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que o Governo Regional traz à Assembleia Legislativa Regional pretende redefinir o quadro legislativo que já existia, em parte, no Decreto Legislativo Regional nº 26/94/A e que disciplinava o desenvolvimento da gestão das vias da Região Autónoma dos Açores, mas as novas condições, o desenvolvimento da próprias redes viárias regionais e as suas relações vieram a justificar algumas alterações sob o ponto de vista estratégico, uma vez que se introduziu uma nova rede de vias.

Pensamos que ficam bem clarificadas as competências do poder local neste novo diploma.

Introduziu-se o conceito de eixo rodoviário, o que também é uma inovação, sob o ponto de vista do diploma e sob o ponto de vista técnico acentuaram-se algumas preocupações, como as exigências perante novos padrões de qualidade do ambiente.

Em termos dos mecanismos que hoje existem, sob o ponto de vista da intervenção de algumas entidades nas vias terrestres, nomeadamente quando se abrem valas para situações de comunicação ou de saneamento e sob o ponto de vista das garantias do cumprimento, este diploma é mais exigente em termos das sanções que efectivamente aborda, porque também tem taxas mais elevadas e acaba por ser mais rigoroso, sob o ponto de vista da aplicação destes normativos que aqui estão.

Pensamos que é um diploma que vem melhorar a gestão das vias da Região Autónoma dos Açores e que, sobretudo, vem clarificar algumas zonas cinzentas ou omissas do anterior diploma. É por isso que o Governo Regional tem grande confiança na aplicação e na subsequente regulamentação que este diploma terá, porque ele também, por si próprio, acaba por permitir esta nova forma de gestão de vias na Região Autónoma dos Açores que, como se sabe, são as concessões de obras públicas que podem ser feitas com a aplicação deste diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Nós consideramos que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, apresentada pelo Governo e que aprova o novo Estatuto das Vias Terrestres, introduz um conjunto de alterações importantes, designadamente no que diz respeito aos caminhos rurais e caminhos agrícolas, que constituem a nossa principal preocupação na estruturação do novo diploma.

A inovação principal parece-nos ser, de facto, a criação da rede viária agrícola e que o preâmbulo da proposta objectiva como destinava e cito: “acentuar a especificidade dos Açores nesta matéria e clarificar os conceitos relativamente à intervenção nas mesmas, por forma a minorar a conflitualidade potencial que emanava do anterior estatuto”, propósito de saudamos.

Infelizmente, quando passamos à leitura do articulado verificamos que ficámos um pouco pelas intenções. A nova rede agrícola apenas muito parcialmente satisfaz esses objectivos, na medida em que inclui apenas as vias situadas dentro dos perímetros do ordenamento agrário e deixa de fora os chamados caminhos rurais, que são as centenas de quilómetros, e que, como sabemos, continuam na rede viária municipal.

Na nossa opinião perde-se assim a oportunidade de uma vez por todas acabar com a conflitualidade potencial existente e dar coerência ao sistema, integrando todos os caminhos que servem exclusivamente explorações agrícolas e pecuárias na nova rede viária agora criada.

A construção, recuperação, ampliação, manutenção e gestão dos caminhos rurais são uma competência dos municípios, de acordo com o que se encontra disposto no nº 1 do artigo 4º da Proposta, e nós sabemos que as Câmaras Municipais não têm tradição histórica, vocação ou meios para se ocuparem deste tipo de vias de comunicação. Aliás, foi sempre uma área da competência do Governo Regional, executada no âmbito do desenvolvimento da sua política agrária, consagrada nas acções e projectos dos programas, designadamente o Programa 1 e o Programa 4 do PMP, onde estão também consignadas as verbas destinadas ao seu desenvolvimento.

Não temos dúvidas que seria melhor alargar-se o conceito de rede agrícola a todas as vias que têm por objectivo o acesso às explorações agrícolas e pecuárias e o serviço a estas inerentes, independentemente de se situarem dentro ou fora dos perímetros de ordenamento agrário. É preciso não esquecer que em toda a Região existem treze perímetros de ordenamento agrário que cobrem uma percentagem menor da área agrícola regional.

Também existem ilhas, como Santa Maria, Pico ou Flores, que não têm nenhum perímetro de ordenamento agrário, o que significa que são ilhas onde não existirá rede viária agrícola e, portanto, todos os caminhos, mesmo aqueles que servem a agricultura, ficarão a cargo das Câmaras Municipais.

Em face disto, perguntamos: Por que não rever o conceito de rede agrícola, aproveitar a possibilidade criada pelo nº. 8 do artigo 2º. da Proposta e incluir na rede viária, ora criada, todos os caminhos que têm por objectivo o serviço às explorações agro-pecuárias?

Se assim fosse, para nós tudo ficaria claro, ou seja, a construção, ampliação e recuperação de caminhos agrícolas e caminhos rurais continuaria, como até aqui, a ser uma competência do Governo Regional, passando a sua gestão e manutenção para as Câmaras Municipais, através colaboração a estabelecer nos termos da legislação, conforme prevê a própria proposta de diploma.

Se assim fosse, parece-nos que a Proposta de Decreto Legislativo Regional adquiriria uma maior coerência e faria jus aos desígnios do seu preâmbulo. A Região, as autarquias e o sector agrícola teriam a ganhar.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou um conjunto de propostas muito simples, apenas redefinindo o conceito de rede agrícola, incluindo na rede agrícola os caminhos rurais definidos como sendo aqueles que têm por objectivos exclusivamente o serviço das explorações agrícolas e pecuárias.

Vimos agora que o Partido Socialista apresentou também um conjunto de propostas de alteração e que saudamos, porque, em larga medida, caminham também nesse sentido, ao deixarem que parte dos caminhos rurais passem a estar integrados numa rede florestal/rural. É a designação que se utilizou.

Agora, não podemos deixar de dizer que, na verdadeira acepção da palavra, a proposta do Partido Socialista deixa-nos a meio do caminho, porque faz depender a classificação da via e conseqüentemente a rede onde será integrada, não do propósito com que foi construído, não da utilização que lhe é dada, mas apenas da sua localização altimétrica, chamemos-lhe assim. A baixo duma quota tem uma classificação, acima dessa quota de altitude tem outra.

Quando olhamos para a orografia das nossas ilhas, sabemos todos que há uma estrada em quase todas elas que circunda a ilha e é a partir daí que se constróem e que há necessidades de caminhos de acesso às explorações agrícolas, mas muitos desses caminhos, em vastíssimas zonas, estão abaixo da quota dos 250m e o que acontece é que vamos ter estradas, que são conhecidas como unidade e designação própria, que até ao quilómetro 1,8 são municipal e do 1,8 até ao 2,4 são rede rural.

Quando se tratar de construção de caminhos e se levar à letra o Decreto, com as vossas propostas de alteração, o Governo Regional só tem competência para construir acima dos 250m, porque abaixo dos 250m, excluindo as ilhas Graciosa e Santa Maria, sendo rede municipal, a competência para a construção, reparação, etc., passa a ser dos municípios.

Ora, sabendo que as estradas são únicas, quem tem a responsabilidade da reparação? A partir dos 250m vem as máquinas dos Serviços Florestais e até aos 250m são as

máquinas da Câmara? A própria demarcação das estradas como é que passa a ser feita?

Portanto, levanta-se aqui um conjunto de problemas e de dúvidas que, a meu ver, precisava de ser mais pensado e esclarecido.

Em face de tudo isto, pensamos que esta Proposta de Decreto Legislativo poderia ficar substancialmente melhorada se voltasse à Comissão de Economia para reapreciação e fossem discutidos todos estes aspectos, porque as propostas do Partido Socialista continuam a levantar, e agora com mais evidência, algumas atribuições para as autarquias, que julgo que seria útil ouvir as instituições representantes das autarquias.

Também não vejo que haja uma urgência por aí além na aprovação deste diploma, que não permita que, por mais um mês, ele pudesse regressar à Comissão de Economia, ser reapreciado e, então sim, tentar encontrar-se uma posição consensual que concertasse as propostas que nós fazemos, as propostas do Partido Socialista, com os princípios que estão, e que são inovadores nesta matéria, consignados na Proposta do Governo Regional, ouvindo-se novamente as autarquias como parte interessada.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

“Este é, de facto, um daqueles diplomas mal sinado, nascido sobre um mau sestro, um mau signo e rodeado de expectativas que à nascença tende a transformar-se numa morte lenta”. Não sou eu que estou a dizer isto, mas, sim, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, em 1994 quando o diploma, irmão deste, subiu a esta Assembleia.

Pretendi iniciar esta minha intervenção com esta forma de brincar, para dizer o seguinte:

Em relação a este diploma, foi feito, no geral, um trabalho aprofundado na Comissão à volta do diploma, algumas questões de ilegalidade e de constitucionalidade foram levantadas e ficou em Comissão um problema por resolver, que já vem desde 94, que é o problema dos chamados caminhos municipais de 2ª, só que em 94, e perante as acusações que são óbvias, que se podem fazer ao PSD que era autor, os Srs.

Deputados do PSD muito bem, e digo isto do coração, responderam na Comissão de que tinham sido autores, mas também tinham sido autores do facto do diploma nunca ter entrado em vigor, porque a regulamentação nunca foi feita, porque era um problema demasiado sério, demasiado grande, porque era uma alteração demasiado irracional, porque era uma modificação demasiado inverosímil.

Os trabalhos que nós fizemos na Comissão e que o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros aqui, em relação a este problema, sintetizou muito bem e que eu também defendi lá teses muito próximas da dele, tiveram o mérito dos Srs. Deputados da maioria, muito embora não o quisessem fazer na Comissão naquele momento, porque entenderam, e estão no seu direito, que não teriam mandato para isso, mas levaram a que o Grupo Parlamentar do PS fizesse uma reponderação deste problema. Isso só vos fica bem.

Mas, há aqui um outro aspecto e um outro pormenor: é que, como os problemas foram postos, quer pelo PSD, quer pelo PCP, quer pelos Srs. Deputados do PS, estávamos à partida perante uma situação de claríssima possibilidade de se encontrar na Comissão uma solução que pudesse ser totalmente consensual, porque também toda gente tem consciência que estas indefinições têm que ser, duma vez por todas, resolvidas, mas resolvidas no sentido que não crie bloqueios, nem situações de não resposta e, portanto, todos estamos interessados nisto.

Mas o que é que se passou a seguir?

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista contactou os outros grupos parlamentares, teve a nossa anuência e teve a dos restantes, antes da sessão plenária de há um mês, no sentido do assunto não subir naquele plenário e todos anuíram e, como todos sabem, já existia relatório naquela altura. Isto é um sinal de que toda a gente estava interessado em que o assunto fosse bem resolvido.

Gostaríamos que tivesse havido entendimento nesse sentido e ter aproveitado este mês para, mesmo duma forma mais ou menos informal, se ter chegado a uma solução consensual. Não foi esse o caminho e devo dizer, desde já, que sinto proximidade e familiaridade com as propostas que são apresentadas pelo PSD, porque são propostas que foram desenvolvidas numa discussão, na qual participei, no seio da Comissão.

Relativamente às propostas apresentadas pelo PS, propostas que têm um acentuado cariz técnico, que têm alguma inovação, que têm critérios que são completamente diferenciados, que certamente foram estudados por pessoas com recurso para estudar isto, sinto enorme dificuldade – e não tenho nada contra elas – de sobre elas fazer aquele juízo que o legislador tem que fazer, que é aquele juízo que permite ver: isto tem como consequência, na prática, aquilo.

Portanto, se em relação às propostas do PSD consigo fazer isto sem nada de abusivo, talvez também porque ajudei a que a discussão se desenvolvesse no sentido delas serem construídas, assim como os Srs. Deputados do PS que também acabaram por dar o seu contributo, em relação às propostas apresentadas pelo PS tenho uma grande dificuldade.

Assim sendo, parecia-me que tínhamos um momento politicamente excelente e único para apagar definitivamente das mentes de todos nós qualquer frase como esta que eu citei de 94.

Parece-nos também que era o momento de chegarmos a um estatuto de vias terrestres com este problema político e tecnicamente bem resolvido e do ponto de vista legislativo com um reflexo dessa boa resolução num documento bem elaborado sem qualquer perigo de ter aquilo que certamente pode vir a surgir aqui, que são situações que não são bem claras.

O sacrifício disto era, como disse o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros, mais um mês de tramitação, com aquele mesmo espírito de empenhamento que todos os Srs. Deputados que compõem a Comissão colocaram neste problema, na Comissão de Economia, plataforma político-parlamentar certa e adequada para encontrar um bom estatuto de vias terrestres. Era um mês de atraso.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, depois destes anos todos em que este não foi regulamentado, será que traz problemas sérios à Administração Regional ou traz vantagens? Penso que traz vantagens.

O que estou aqui a fazer não é nenhum truque parlamentar. O que estou aqui a fazer é, de forma extremamente sentida, a dizer aquilo que sinto.

Este tipo de propostas que têm, certamente, coisas importantes e válidas e com inovações, tanto as do PS como as do PSD, mereciam uma solução de equilíbrio que

definissem a recta que incluísse estes três pontos: boa definição política, boa solução técnica, boa solução parlamentar. Daí que, a sugestão deste documento baixar novamente à Comissão era muito importante que fosse aceite.

Os senhores é que têm a última palavra, mas de forma sentida deixo esta opinião.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que eu queria dizer tem a ver com a recolocação deste problema, ou seja, dizer em primeiro lugar que, ao longo deste mês e dos últimos meses, vi e assisti a alguma confusão sobre aquilo que é o regime jurídico actual relativamente às vias de comunicação ou, numa forma geral, às estradas dos Açores.

Na verdade, o Governo Regional ao apresentar a proposta inicial não transferia qualquer competência para as Câmaras Municipais. Portanto, no meu entender e na interpretação que o Governo fazia e faz, é de que as estradas classificadas como caminhos municipais de 2ª - o Decreto Legislativo Regional de 94, que está em vigor, e não há dúvida nenhuma sobre esta matéria, define as competências em três áreas: a regional, a municipal e a florestal e a única definição que falava em vias de acesso às explorações agrícolas, para transportar os factores de produção e para trazer o produto das explorações agrícolas, essa definição estava nos caminhos municipais de 2ª, - são da competência das Câmaras Municipais.

A proposta que hoje o Governo Regional aqui traz a este Parlamento, com as propostas de alteração em toda a sua extensão, significa que o Governo Regional, ao contrário daquilo que parecia, vai buscar competências às Câmaras Municipais para as integrar nas suas próprias competências, ou seja, a visão que juridicamente nós temos sobre este problema é precisamente ao contrário daquela que parecia à primeira vista.

Portanto, o Governo Regional entende que, por força da prática e daquilo que nós fomos assistindo, as autarquias não tinham competências financeiras, em especial, para dar conta do recado das competências que lhe estavam incumbidas pelo Decreto Legislativo Regional 26/94.

Por isso mesmo, sendo esta uma área tutelada também pelo Governo Regional, no que diz respeito à agricultura e que compete esta área de actuação no que diz respeito às definições quanto ao sector e que as vias de comunicação são importantíssimas para definição de qualquer política que diga respeito ao sector agrícola, o Governo Regional chamou a si grande parte dessas responsabilidades e tanto assim é que criou duas novas classificações para essa área agrícola, uma que resulta da discussão de propostas sobre caminhos agrícolas, mais concretamente aqueles que se situam dentro dos perímetros do ordenamento agrário e por isso mesmo aquelas que são da responsabilidade de execução dum instituto que é tutelado pelo Governo Regional, o IROA e depois outra área, a rural ou florestal, que inclui alguns caminhos que são também de acesso a explorações agrícolas e outros caminhos que se situam dentro das zonas e dos perímetros florestais.

Portanto, na opinião do Governo, não temos nenhuma transferência de competências para autarquias, bem pelo contrário uma subtracção de competências e de exercício concreto da execução concreta dessas competências, passando-as para o Governo Regional.

Porque consideramos todos que o Decreto Legislativo Regional 26/94 está em vigor e é ele que determina essas competências, logo estamos aqui a alterar essas competências no sentido negativo.

Segunda questão:

Nós introduzimos aqui algum critério que careça de alguma explicação muito técnica, que careça de alguma justificação muito especial, que careça duma interpretação que muitas vezes se utiliza nos normativos de critérios indefinidos, de definições gerais e abstractas, de considerações que precisam de ser preenchidas no dia a dia? Não, não foi isso que fizemos. Pelo contrário, o que fizemos foi encontrar um critério objectivo que, sem margem para dúvidas, define competências em relação à altitude.

Em relação à cota eu percebo que tem alguns problemas, mas entre considerar que, por exemplo, seriam da competência do Governo Regional os caminhos predominantemente de acesso às explorações agrícolas, que poderia ser de outro critério qualquer, mas de âmbito genérico, conduziria sempre à necessidade da sua

interpretação, à necessidade da sua tipificação e, por isso mesmo, conduziria a conflitos, a dúvidas e a explicações que o dia a dia ia fazer complicar.

Portanto, esse critério de introduzir os 250 metros para todas ilhas, com excepção das ilhas Graciosa e Santa Maria que, derivado da sua orografia, são ilhas mais baixas, pareceu-nos ser o critério mais justo, aquele que afinal não levantaria nenhum obstáculo à sua interpretação.

Comprendemos que, na prática, pode acontecer que uma estrada tenha uma área da competência do Governo Regional e outra da autarquia, mas, por isso mesmo, a própria Proposta de Decreto Legislativo Regional sabe resolver esses assuntos e diz que, em alguns artigos, a cooperação entre o Governo Regional e as autarquias é possível nessa área como noutras.

Essa dificuldade que parece à primeira vista resultar da intervenção do Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, também está resolvida pela própria Proposta de Decreto Legislativo Regional, ou seja, é possível a cooperação entre o Governo Regional e as autarquias para ultrapassar algum problema que em particular seja necessário ultrapassar.

Por isso mesmo, parece-me que não há necessidade nenhuma de fazer baixar este diploma à Comissão, mas isso não é competência do Governo, nem eu me quero meter nessa área, é da própria Assembleia e dos Srs. Deputados, mas penso que esses critérios por serem demasiado objectivos, demasiado claros, demasiado óbvios, não me parece que possam levantar dúvidas e que nesta altura do processo possam conduzir a uma baixa deste diploma.

Pelo contrário, aquilo que eu sinto, aquilo que o Governo sente, na prática, é que é necessário, com urgência, definir competências. Isso é que tem levado, desde 94 até hoje, a alguma confusão que pode e tem implicado prejuízos concretos aos agricultores por um aliviar de responsabilidades, quer do Governo Regional, quer das autarquias, tem levado a que muitas vezes alguns caminhos não sejam construídos, melhorados e, portanto, tem levado a que não se tenha executado, tanto quanto era possível, nesta matéria.

Da nossa parte temos urgência em resolver este problema e a urgência é aquela que deriva do facto dos agricultores precisarem de saber a quem é que hão-de pedir

responsabilidades, se ao Governo Regional, se às Câmaras Municipais e isto é importante em democracia. É preciso que as pessoas saibam quem é que tem responsabilidades, quem é que tem o dever de agir e quem é que, em concreto, tem que ser chamado a atenção.

Por isso, da nossa parte, temos a máxima urgência em fazer aprovar este diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas das coisas que eu ia referir nesta intervenção na generalidade sobre este diploma, já foram referidas do ponto de vista técnico.

Do ponto de vista do processo de trabalho seguido e de trabalho parlamentar, é habitual que surjam questões que sejam tratadas até ao ponto em que é possível tratar nas comissões e depois sejam derimidas nos grupos parlamentares. Vejo que isso aconteceu no PSD e aconteceu também no PS.

O que o PS fez como solução final para esse problema em relação à delimitação entre caminhos agrícolas e caminhos rurais, rede florestal e rede rural, foi exactamente o mesmo processo, que é um processo normal, e que o PSD seguiu.

O argumento de necessidade de baixa à Comissão, partiria do pressuposto que isso não é um processo normal e que, do ponto de vista parlamentar, criaria problemas e que não é o que efectivamente é seguido.

Este caso não tem diferença nenhuma em relação a todos os outros. É um aperfeiçoamento de um diploma que ocorre em todas estas fases desde que ele surja nesta Assembleia.

É evidente que a posição do PSD é claríssima, com uma consequência também claríssima, que é transferir tudo o que é rede com função agrícola ou com função rural para a responsabilidade do Governo Regional, acrescentando-se, na sequência de algumas confusões que deliberadamente se criaram e uma das razões por que interessa resolver este assunto era para não criar essa fonte permanente de desinformação que tem surgido desde que este diploma apareceu em público, dizendo-se, em primeiro lugar, que havia transferência de competências, o que não é o caso.

Há, sim, e de acordo com a legislação autárquica em vigor, aquilo que se chama intervenções em regime de parceria, artigo 8º, nº. 3 da citada Lei 159/99 que diz: “A intervenção das autarquias locais no exercício de outras competências em regime de parceria deve ser objecto de diploma próprio...”.

O que também está previsto nesse diploma, que em princípio sempre esteve previsto, é a modalidade de cooperação que elas vão assumir, que é aquilo que preocupa as autarquias. Aquilo que faltou no diploma de 94, será feito através de um decreto legislativo que virá a esta Assembleia.

Portanto, quer em relação às competências desta Assembleia, quer em relação à definição objectiva dos conceitos que permitem, e que é um dos méritos deste diploma, criar redes e defini-las nos diplomas, exactamente para precisar, a partir dessa definição, as funções desta Assembleia e as funções do Governo Regional.

Foi todo este trabalho que foi feito em cerca de 9 ou 10 meses. O processo em Comissão, para além daquilo que foi aqui referido, passou também por audição pública das entidades interessadas neste diploma, nomeadamente a Associação de Municípios.

Teve pelo menos duas análises pormenorizadas em Comissão e ficou um aspecto final para resolver, que foi resolvido nos dois grupos parlamentares, de forma diferente, e não é possível chegar a mais nenhuma conciliação, a mais nenhum consenso entre essa posição que, partindo do falso pressuposto, já foi demonstrado e que era claramente colocado, ao contrário do que disse ou insinuou o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros de que as Câmaras não tinham tradicionalmente competências nesta área. Eu sou do tempo em que as Câmaras é que fixavam o arrendamento rural. Isto foi há muitos anos, mas a situação jurídica em que nós estamos é a herdada de 94. Todos os caminhos agrícolas eram entregues às Câmaras e é esse ponto de partida que não pode ser esquecido e quando a proposta de diploma vem para a Assembleia já retira uma fatia, os perímetros agrários e a respectiva rede, exactamente em contradição com aquilo que continuou a ser dito.

Agora, com este critério objectivo fixado nas propostas de alteração que apresentamos, tiram mais outra fatia aos caminhos agrícolas, tradicionalmente da

responsabilidade das Câmaras e que com esta solução passam a ser geridos em parceria com o Governo Regional.

Em relação à necessidade ou não de assinar os critérios, o que este diploma necessita é efectivamente de aplicação prática. Não vemos necessidade deste diploma voltar à Comissão. Não temos nenhum laboratório que nos permita testar este critério que aqui está referido.

Portanto, o que este diploma necessita é de ser aplicado na prática e vai ser aplicado dentro daquele espírito que o diploma consagrará, que é o espírito da cooperação ou das intervenções em regime de parceria entre a Administração Regional e a Administração Local.

Não há aqui nenhum aspecto que nos permita repescar palavras de 94 que se referiam exactamente a uma outra situação.

O diploma actual tem prazos para que toda a legislação seja cumprida.

Dentro de 3 ou 4 meses voltará a esta Assembleia o diploma que estabelece os princípios da cooperação com as autarquias.

Virão todos os outros decretos regulamentares.

Esta Assembleia também faz, e esse trabalho resultou da Comissão, a distinção perfeita entre aquilo que é e eram os objectivos do diploma, entre aquilo que é a competência legislativa da Assembleia, aquilo que é a competência regulamentar do Governo e mesmo aquilo que é simples portaria. Essa distinção está feita com todas as limitações ou até com a possível subjectividade que haja nalgumas dessas decisões.

Por mais um mês de permanência na Comissão de Economia, nada disto seria melhorado. O que continuaria a ser era incansavelmente repetido, no tal processo infundável de contra-informação ou de desinformação.

Eu continuaria a dizer que este diploma é para entregar às Câmaras novas competências sem recursos financeiros e ignorando toda a legislação até aqui produzida e que remonta a 94.

São estes dois pontos de partida que nos fazem ter plena consciência de que este diploma é realista, é consequente e não terá o lamentável destino que teve o de 94, que precisamente não teve em conta todos estes aspectos, nem sequer conseguiu trazer a esta Assembleia, como estava previsto, um diploma com a indicação das redes regional, florestal e municipal.

Portanto, todos estes elementos, considerados no seu conjunto, permitem-nos perfeitamente considerar que o trabalho desta Assembleia está completo. Resta agora dar-lhe sequência depois da aprovação deste diplomas, sequência que será de novo trabalho desta Assembleia, mas sobretudo será a aplicação em cooperação com as câmaras da parte que resta regulamentar e de portaria do Governo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Peço desculpa de insistir, mas há aqui determinados aspectos que eu julgo que é importante falar deles.

Quando fiz a minha intervenção na discussão na generalidade, eu comecei por saudar a proposta do Governo Regional e por considerá-la inovadora.

De facto é inovadora, cria uma rede agrícola, transfere totalmente para a competência do Governo Regional caminhos que, pela legislação de 94, estavam classificados como integrando a rede municipal, mas isso para mim não é suficiente, na medida em que acho que se perde a oportunidade de, duma vez por todas, clarificar estas situações, porque é exactamente essa legislação de 94 que ao fim destes anos todos se provou que não resultou, porque não foi regulamentada e é dela que emana, como diz o preâmbulo da proposta de diploma, a conflitualidade potencial existente.

De vez em quando lá vamos ouvindo no telejornal que os utentes do caminho “tal” se queixam, porque ninguém conserta, porque a câmara diz que não é dela e o Governo Regional diz que é com a câmara e estamos permanentemente nisto e os caminhos continuam a degradar-se, ficando com buracos que cabem camiões, como dizia ali o Sr. Deputado António Gomes há pouco.

Queria aproveitar esta oportunidade para clarificar que quem constrói estes caminhos é o Governo Regional. Eu nunca vi a Câmara Municipal construir caminhos que sirvam as populações agrícolas.

Os caminhos que servem a agricultura são feitos, desde que eu ando nestas coisas, ao abrigo dos Planos de Médio Prazo, nos Programas que estão a cargo da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, hoje em dia perfeitamente clarificados: caminhos agrícolas dentro dos perímetros de ordenamento agrário, IROA, caminhos rurais, fora dos perímetros de ordenamento agrário, Direcção Regional dos Recursos Florestais.

Por que é que esta proposta de diploma, que tem por objectivo, como diz o seu preâmbulo, clarificar e dar coerência a todo o sistema, minorar a potencial conflitualidade, há-de deixar de fora os caminhos rurais?

Por outro lado, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, eu não me sinto de modo nenhum agarrado a uma legislação de 94. Eu quero revogar a legislação de 94 e quero dotar todo este sistema com uma nova filosofia que passa exactamente por se definir o que é que são caminhos agrícolas.

Volto a chamar à vossa atenção para o n.º 8 do artigo 2.º. que diz: “As vias constantes das redes regional, florestal e agrícola, constarão de uma relação a publicar em termos de diploma regulamentar”.

Ora, vai ter que haver um trabalho de levantamento de todas as estradas, classificá-las e definir quais é que vão ser integradas em cada uma das redes.

Se me disserem que um determinado caminho ou uma determinada estrada, que serve explorações agrícolas e pecuárias, mas que simultaneamente liga uma freguesia a uma estrada regional, ou serve de ligação entre dois locais povoados da mesma freguesia, que têm outra utilização que não seja exclusivamente agrícola, que o classifiquem como estrada municipal, que o deixem integrado na rede municipal. Agora, aqueles caminhos que se destinam exclusivamente ao serviço das explorações agrícolas e pecuárias, que sejam integrados na rede agrícola, tal como está criada, ou, se não quiserem, na rede rural florestal, mas que isto fique perfeitamente claro.

Se vamos ater-nos a cotas de altitude, vamos ter situações, permita-me Sr. Secretário, extraordinariamente complicadas de resolver depois na prática, porque inclusivamente deve haver depois proprietários confinantes com estes caminhos que estão na fronteira e que vão ter que se entender com o Governo Regional para a direita, com a câmara municipal para a esquerda e assim sucessivamente.

O Sr. Secretário poderá dizer-me que todas as questões que emanam da conservação poderão ser contratadas e ter a colaboração das câmaras, estou de acordo, mas pelo que aqui está, Sr. Secretário, os caminhos agrícolas só vão ser construídos pelo Governo Regional da cota dos 250 metros para cima em todas as ilhas, com excepção de Santa Maria e da Graciosa que é a partir dos 100 metros. Daí para baixo, tudo o que é construção e grandes reparações, por este diploma, passam a ser competências das câmaras municipais.

Agora, diga-me Sr. Secretário, está a ver as câmaras municipais a serem capazes de construir estradas que sirvam exclusivamente objectivos agrícolas e que se venham a ligar à rede, essa sim, rural e agrícola que a Secretaria vai construir? Eu tenho muitas dúvidas.

Por tudo isto, independentemente da legislação que vem de trás, independentemente destas questões de passar e retirar competências, vejo que é importante clarificar o sistema, dar-lhe coerência e dar-lhe lógica.

Também não vejo que venha algum mal ao mundo continuar a ser o Governo Regional, porque tem verbas no plano, responsável pela construção dos caminhos rurais e agrícolas e a poder contratar com as câmaras municipais a colaboração ou cooperação, nos termos da legislação em vigor.

Acho que se legislássemos deste modo estaríamos a prestar um muito bom serviço à agricultura e à população desta Região.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu não queria repisar nem repetir argumentos, muito menos contrariar, mas apenas precisar uma ou duas questões.

Se é verdade que nestes debates politico-parlamentares devemos e temos que ser rigorosos, o rigor muitas vezes tem que nos obrigar a que não nos deixemos prender a conceitos demasiado abstractos e que podem ser diluidores daquilo que se pretende dizer.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas veio, se bem entendi, falar que havia aqui, à partida, já uma retirada de competências em relação ao decreto de 94 que, não há dúvida, do ponto de vista jurídico, estava em vigor, mas não há dúvida que do ponto de vista prático também foi sempre o Governo Regional, incluindo o Sr. Secretário, que trataram daqueles caminhos neste prazo de tempo. É a este ponto que eu queria chegar. De facto, ele está em vigor, mas nunca foi aplicado, e o Sr. Secretário dizia assim: “como está em vigor o Governo Regional até facilita, porque retira uma fatia, criando a rede de caminhos agrícolas”.

Relativamente a este assunto, gostava de dizer o seguinte:

A rede dos caminhos agrícolas está definida, e bem, em relação aos perímetros do ordenamento agrário que dizem respeito a 28.539 ha numa superfície agrícola utilizada, em 1999, de 121.305 ha.

Evidentemente que sabemos que se está a fazer um trabalho de estradas, um trabalho de construção de infraestruturas, ninguém contesta, antes pelo contrário tem apoio generalizado, mas, Sr. Secretário, não é rigoroso dizer-se que até tiramos das competências que antes não existiam e agora existem, porque o senhor sabe que todos esses caminhos rurais foram caminhos que têm estado e estão, neste plano, sob a responsabilidade do Governo Regional.

Portanto, o que se pretendia não era dar instruções jurídicas, se estava ou não em vigor, mas sim encontrar, de facto, uma solução que não viesse, por um lado, criar uma situação que era impossível às autarquias responderem e, por outro, criar uma

situação que levasse à inoperatividade da própria acção governativa e que depois ficava a depender muito da vontade política do momento, ficava a depender muito do entendimento que se fizessem ou que fossem possíveis fazer, porque nem sempre é possível e, portanto, ficava a depender de muita coisa. Todos nós na Comissão fomos sensíveis a isto, incluindo os Srs. Deputados do Partido Socialista e foi por isso que os senhores tiveram mais umas horas a trabalhar para encontrar soluções e não por outro motivo qualquer.

Em relação às observações do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, eu não disse, nem quis dizer e o senhor não entendeu bem.

Do ponto de vista parlamentar não considero anormal que a dado momento não houvesse condições de progredir em Comissão e que o assunto tivesse sido tratado no vosso Grupo Parlamentar.

Também não posso considerar anormal que considere esgotado do ponto de vista parlamentar, porque objectivamente o que é facto é que os senhores, com certeza, hoje têm sobre as cotas de 250m, de 100m, desta nova rede rural, etc., as vossas propostas na ponta da língua e nos raciocínios daqueles que estão virados para este trabalho, mas não podem querer que outros, desde as 8 horas da noite até este momento, possam ter tido possibilidade sequer de trabalhar sobre estas propostas, porque não tivemos só a ver isto.

Se os senhores querer votar isto sozinhos, não têm problema nenhum, porque têm maioria absoluta, agora é evidente que nós não gostamos destas condições. Se a vossa intenção política é votar sozinhos até podem requerer a votação de imediato. O nosso objectivo político não era este, mas sim que os problemas fossem resolvidos com equilíbrio.

Eu não tenho nada que estar a defender outros grupos parlamentares, mas o que é certo é que o Sr. Deputados Luís Sequeira de Medeiros deu aqui sinais de total abertura. Se não querem aproveitar essa abertura estão no vosso direito político. Se querem fazer política desta maneira, é o vosso critério.

Portanto, eu não vou falar mais disto, mas os senhores não podem pedir que estas propostas sejam ser absorvidas, vistas, etc., principalmente num prazo de tempo tão curto. Pela nossa parte não é possível.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados:

Eu registo os passos significativos que demos em frente desde há dois ou três meses.

De facto a comunicação social, durante os últimos tempos, encheu-se de parangonas de transferências de competências.

Hoje é unânime nesta sala, pelo menos por parte do PCP e do PSD – ainda não ouvi o PP, mas irá pronunciar-se naturalmente – de que afinal não há nenhuma transferências e até se falou de pareceres jurídicos de alegados reputados juristas do Continente que deram pareceres, penso que para uma associação que já não me recorde qual, sobre esta matéria de transferência de competências, que se gastou dinheiro ao erário público para grandes questões.

Hoje, felizmente, estamos todos de acordo, porque afinal o Governo Regional está a tirar competências às câmaras no bom sentido, ou seja, o Governo Regional quer construir mais e melhor os seus caminhos agrícolas, uma vez que as câmaras, tendo essa competência, não o fizeram e, portanto, estamos no bom caminho. Foi isso que percebi das vossas intervenções, o que agradeço e registo.

Deputado José Decq Mota (PCP): Percebeu mal, Sr. Secretário!

O Orador: O Sr. Deputado José Decq Mota terá oportunidade de esclarecer melhor, mas foi isso que eu percebi das vossas intervenções.

Gostava ainda de, na generalidade, dizer o seguinte:

Como sabem a maior parte dos nossos povoados, quer se trate de cidades, concelhos ou até mesmo freguesias, situam-se naturalmente abaixo dos 250 metros. É essa a

tradição da construção urbana das nossas ilhas. Como em todas as regras, naturalmente, há exceções e, portanto, esta foi também uma preocupação.

Relativamente à confusão que o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros faz dos autarcas e que o Governo responsabiliza ou não responsabiliza, etc., penso que com este Decreto Legislativo Regional essa confusão passa a ficar sem qualquer dúvida e há aqui uma área onde, com certeza, todos ficarão a saber quais são as suas competências. Foi esta a principal preocupação ao propormos essas normas para alterar o Estatuto das Vias Terrestres.

Depois, Sr. Deputado Sequeira de Medeiros, também lhe quero dizer que mesmo abaixo dos 250 metros é possível a cooperação com as autarquias, não havendo nada que impossibilite que se faça cooperação com as autarquias mesmo abaixo da cota dos 250 metros.

Mas há mais:

O Sr. Deputado deve estar distraído, porque há muitas autarquias que, efectivamente, constróem caminhos agrícolas e fazem benfeitorias nos caminhos agrícolas. Sempre o fizeram e cito-lhe o exemplo da Câmara do Nordeste, da Câmara de Vila Franca do Campo, da Câmara da Lagoa, da Câmara da Calheta, em S. Jorge. Portanto, cito-lhe variadíssimos exemplos de câmaras que fazem – e o senhor tem um bom conselheiro a seu lado – obras em caminhos agrícolas, porque sempre foi essa a tradição das câmaras municipais.

Nós vamos retirar grande parte dessas competências às câmaras, mas não vamos retirar todas. Vamos manter aquele nível equilibrado de investimento nessa área, porque é necessário em todas as ilhas, sendo certo que tudo quanto seja acima dos 250 metros não há dúvida nenhuma que é da responsabilidade do Governo Regional.

Mas mais:

E existe aqui outra situação que é dos Serviços Florestais abrirem caminhos em determinadas áreas que as câmaras municipais, pela expansão urbana natural dos nossos povoados, passaram a ir ocupando aquelas estradas que foram abertas pelos Serviços Florestais e hoje alguns presidentes de câmaras insistem em dizer: “não,

foram os florestais que abriram aqui mesmo junto ao mar? Portanto, têm que ser eles a conservar”. Mas, nós olhamos e vemos 10 casas de um lado, 20 do outro, uma fábrica, etc. e somos nós que temos que continuar a conservar todos esses caminhos que nitidamente são da responsabilidade das câmaras municipais.

Qualquer conceito genérico aberto, não resolve esse problema. Tudo quanto seja definição genérica, exclusivamente, predominantemente ou qualquer outro adjetivo ou outro conceito, que tem que ser integrado, continuaríamos no âmbito da confusão e foi por isso que se optou pelo da cota, com o risco único, aliás, de dizer: acaba aqui a câmara municipal, começa logo de seguida o Governo Regional. Isto é verdade, mas fica-se sabendo e se as câmaras e o Governo Regional entenderem-se para fazerem em conjunto, muito bem; se isso não acontecer cada um há-de fazer ou não e há-de assumir as consequentes responsabilidades.

Portanto, não acredito que outro conceito desta natureza que seja aberto e amplo, seja melhor do que este que nós propomos.

Contas feitas, nós ficamos de certeza absoluta com a maior área das ilhas dos Açores, ou seja, em termos de hectares, em todas as ilhas o Governo Regional fica com a área de competência de mais de metade dos hectares de qualquer uma das ilhas, isto é, reservamos para nós, mais uma vez, a maior fatia do bolo.

Estamos satisfeitos com isso, porque nós queremos trabalhar, queremos fazer e os agricultores precisam. Vamos continuar a fazer o nosso melhor, porque essa é uma prioridade do Governo que está, em parceria com a Federação Agrícola, consensualizada.

Restará apenas uma pequena parte para as autarquias que, de resto, foi sempre uma pequena parte que era da competência das câmaras.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para um pequeno esclarecimento relativamente à intervenção do Sr. Secretário, dentro dos três minutos regimentais.

O Sr. Secretário insiste em dizer que isto já estava tudo em vigor, agora cria-se os caminhos agrícolas e retira-se competências, etc..

O que é certo e que estava em vigor, do ponto de vista jurídico, não era praticado, e o Sr. Secretário sabe como é que é feita a gestão do grosso destes caminhos, que ficou igual na proposta inicial e que só agora as propostas de alteração vieram modificar, dizia: “A construção, ampliação, recuperação, manutenção e gestão das vias públicas são da competência do Governo Regional, no que toca às redes regionais e florestal, e dos municípios no que respeita à rede municipal”. A rede municipal integra as seguintes categorias de vias:

- estradas municipais
- caminhos municipais e
- caminhos rurais

Portanto, Sr. Secretário, se isto não tivesse sido levantado na Comissão, se os Srs. Deputados do Partido Socialista não tivessem tomado a peito este problema, o que os senhores traziam aqui era uma brutalidade que faria com que houvesse uma inoperância completa no tratamento desses caminhos. Os senhores consagraram isto, à partida, porque o PSD tinha feito isto em 1994, só que o PSD fez isso, mas nunca conseguiu pôr em prática.

Felizmente que houve quem se impressionasse com isto, houve quem trabalhasse e penso que os partidos da oposição deram o seu contributo para que isto fosse modificado.

O Sr. Secretário não venha com o discurso de dizer que até vinham tirar do que estava em vigor, porque não é um discurso rigoroso em relação à realidade, nem em relação ao que estava proposto.

Portanto, este ponto é que deve ficar bem claro, porque nenhum de nós, nem o senhor estamos aqui a brincar. Até parece que o senhor é o esperto e nós somos uma cambada de imbecis...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Aí é que está!

O Orador: ... que estamos aqui a dizer coisas para a comunicação social ouvir.

Relativamente a isto é preciso ter cuidado, porque, de facto, isto impressionou todos os deputados da Comissão de Economia e todos se empenharam para que houvesse alterações. A verdade absoluta é esta.

Portanto, é a partir daqui que esta situação tem de ser clarificada. Pela nossa parte não podemos ter um juízo mais clarificado em relação a este problema, embora gostássemos de ter, mas não podemos nestas condições.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É certo e eu tenho conhecimento de caminhos para servir a agricultura que foram construídos por algumas autarquias. Reconhecerá V. Exa. que não são a maioria, são casos de excepção que as câmaras fazem, como diz aqui o meu colega de bancada Aires Reis que sabe bem disso, não por vocação, mas por necessidade.

Secretário Regional da Habitação (José Contente): É para angariar uns votozinhos.

O Orador: De qualquer maneira, eu voltava a insistir com o n.º 8 do artigo 2.º, porque ele permite ao Governo Regional publicar, por Decreto Regulamentar, a relação de todas as vias que podem ser integradas em cada uma das redes.

Portanto, a questão da cota de altitude, para mim, é complexa, porque vai, de facto, criar situações de confusão, à semelhança do Decreto-Lei 697/74, de 6 de Dezembro e que julgo que está em vigor, porque, pelo que me dizem os juristas, esqueceram-se de revogá-lo, e isto define a rede de estradas e caminhos municipais nos distritos das ilhas adjacentes, imagine-se! Há quem diga que isto está vigor, ...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Não é Lei Geral da República.

O Orador: ... mas que define todas as estradas no seu ponto de início e de términos e estão perfeitamente definidas, se são de 1^a. ou de 2^a.

Voltando à nossa Proposta de Decreto Legislativo, eu julgo que ela permite efectivamente fazer uma classificação semelhante para todas as redes que estão a ser propostas, daí não ver a necessidade dessa definição ter que ser feita por cotas de altitude, que são confusas, difíceis das pessoas entenderem e que, provavelmente, vão continuar a ser uma fonte de, pelo menos, confusão para não dizer já de conflitualidade.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria, antes de mais, em nome do Grupo Parlamentar do CDS/PP, saudar a iniciativa que a ser discutida e que era uma necessidade sentida por todos, essa estruturação daquilo que são competências que, infelizmente, estavam na lei, na prática não se via bem a quem pertenciam.

Feita esta ressalva e até esta saudação, não poderia também deixar de dizer aqui que é preciso pegar tão só naquilo que peca por defeito este diploma e que já foi aqui referido, nomeadamente no que toca aos caminhos agrícolas e à confusão que gera incluir-se na rede municipal, como muito bem explicou o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros, por um sistema de cotas, aquilo que são naturalmente caminhos agrícolas, o que até a própria denominação levaria ao contrário.

Gostaria de dizer duas ou três coisas sobre isto, a primeira das quais tem a ver com a questão de sabermos se estamos a retirar ou a atribuir competências às autarquias.

Faço esse exercício para ver a que conclusão chegamos, dando um mero exemplo como outro qualquer:

Quando houve, por exemplo, o referendo da regionalização, a Constituição previa a regionalização e a pergunta que eu faço é a seguinte: quando houve o referendo que resolveu que não ia existir regionalização, o que é que aconteceu? Acabaram as regiões ou não chegaram a haver regiões? Esta é que é a questão legal.

Uma coisa é um diploma estar aprovado, porque a Constituição também previa, é estar teoricamente na lei, mas na prática não ter eficácia, na prática não estar regulamentado e, na prática, não existir.

Portanto, não nos restam dúvidas de que, independentemente do raciocínio que se queira fazer, teoricamente já estava previsto em 94 que mais competências existia para as câmaras municipais. Aquilo que era o exercício normal dos seus poderes e também da sua Secretaria nos últimos anos, mostraram que isto nunca chegou a estar em vigor e o que acontece, na prática, é que se está transferindo poderes para as autarquias locais.

A segunda questão tem a ver, não teórica nem juridicamente, mas na prática, com a parte política e é essa que vamos ver agora. Deixemos a parte jurídica e vamos à parte política.

Vamos fazer outro raciocínio: vamos imaginar, por exemplo, que era Presidente do Governo Regional dos Açores o senhor de seu nome Durão Barroso e vamos imaginar que era Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada o senhor de seu nome Carlos César. O que seria amanhã a aprovação desse diploma, dessas transferências de Ponta Delgada sem dar o dinheiro? Os centralistas aqui estariam a esmagar as câmaras municipais sem o consenso das mesmas.

Aí está a lembrar também aquilo que foram as suas palavras, ainda há dois dias, sobre a agricultura, que também é competência no âmbito da autonomia do Governo Regional dos Açores.

A autonomia não é apenas os poderes que são nossos e que são retirados àquilo que seria o Estado, é também aqueles poderes que são nossos e que são retirados também às autarquias locais e na área agrícola são claramente poderes e deveres da própria autonomia.

Finalmente – e termino com uma questão, para que as pessoas percebam na prática – quando um determinado caminho não está feito ou não está resolvida a situação, de quem é a culpa, a quem é que se dirigem? Não é fácil conceber que alguém, por exemplo, na Covoada, que fica acima dos 250 metros...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Está no perímetro.

O Orador: Acima dos 250 metros, não é dentro da freguesia. Eu estive lá e vi isso. Pois esta é que vai ser a discussão no dia a dia: se está acima ou se está abaixo, depois a câmara faz até aos 250 metros, mas o Governo embirrou que não devia ser ali e a estrada termina e não continua.

Por outro lado, vamos imaginar que se começa nos 250 metros, mas ainda não há estrada. Até para o Sr. Secretário José Contente não vai ser fácil, porque aquela placa que se põe em cada obra de meio metro a dizer: “Estamos a mudar os Açores”, lá para cima a 250 metros ninguém vai ver isso.

(Aplausos da bancada do PSD)

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Ainda vai haver mais.

O Orador: Portanto, não vai ser fácil e isto não é bom para ninguém.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ao terminar eu gostava de apelar tão só a esse consenso que é necessário com as autarquias locais, para que os senhores não sejam acusados de se queixarem do Governo da República e fazerem o mesmo que até o Governo da República não faz.

Portanto, são as pessoas que começam a pensar e a dizer: os senhores dão-se mal com o Governo da República, arranjam arengas com as câmaras, então com quem é que se dão bem? Com ninguém.

Os senhores têm que resolver isto.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Tem toda a razão quando diz que o nº 8 do artigo 2º. da Proposta de Decreto Legislativo Regional diz que as estradas vão ser cartografadas e vai sair em planta quais são. Esse é que é o “calcanhar de Aquiles”, Sr. Deputado.

Se nós não tivermos um critério objectivo, quando for para desenhar, cartografar e colocar em planta as vias, vamos ficar numa briga interminável, seja com quem for.

Vamos supor que nós aprovávamos aqui esta Proposta de Decreto Legislativo e ficávamos muito satisfeitos porque o critério aqui era relativamente genérico, era exclusivamente agrícola, predominantemente ou porque tinha qualquer outra denominação ou característica de conceito aberto. Não! A preocupação do Governo foi que a tramitação legislativa daqui para a frente seja fácil e seja possível de efectuar.

Com um critério objectivo, relativamente à altitude e à cota, é possível saber com clareza quais são as vias municipais e quais são as vias que são da competência do Governo Regional e isto pesou decisivamente na decisão de ser um critério objectivo.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Essa proposta é do Governo ou é do PS?!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, reconheço as suas preocupações, mas qual seria, e pense só um bocadinho a outra alternativa 00mais viável? Veja lá qual é a melhor forma. Agradeço os seus contributos, mas penso que este continua a ser o critério mais adequado.

Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Gusmão, queria fazer-lhe, a jeito de graça, uma frase introdutória e dizer que V. Exa. está a correr o risco de acertar, quando diz alguma coisa com piada e com graça, que nós nos rimos e que alguns de nós aplaudimos. Quando quer ser sério, infelizmente, não acerta.

Mas, como jurista tenho que lhe dizer que nós aqui não somos juristas, o senhor não é advogado, nem eu o sou, o senhor exerce as funções de deputado e eu exerço a função de Secretário Regional, mas quando um jurista abre a boca, espero que diga alguma coisa que tenha a ver com aquilo que é o seu conceito de base, o seu conhecimento específico e a sua aptidão natural.

Sobre esta matéria, Sr. Deputado, infelizmente, tenho que lhe dizer que não trouxe nada de novo a esta Casa.

Na verdade, o hábito e o laxismo que todos nós tivemos, e quando digo nós refiro-me ao Governo, aos Srs. Deputados e aos agricultores, de não exigir às câmaras municipais a atribuição e o trabalho efectivo das competências que elas tinham, levam a que hoje V. Exa. proponha que nós façamos um duplo erro de análise: primeiro que disséssemos que eles não tinham a competência, o que é falso; segundo que os desculpemos por não exercerem essa competência. É um duplo erro que nós estamos a cometer. Não pode ser.

Ao Governo os senhores têm a legitimidade de exigir tudo e nós estamos aqui para responder a essas exigências. Às câmaras municipais tudo é desculpável, porque coitadinhas não podem fazer. Não é verdade. Não é assim.

Existe o poder regional e o poder autárquico e todos nós temos as responsabilidades inerentes à nossa função.

V. Exa. como autarca que é também, quis desculpar as autarquias, mas não o pode nem deve fazer, porque depois V. Exa., quando chegar ao acto eleitoral seguinte, vai querer pôr no seu panfleto que vai fazer o caminho agrícola tal ou que vai iniciar determinado caminho agrícola e depois vai dizer que não o faz porque é da responsabilidade do Governo Regional. Isto não pode ser, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Para as próximas não vai ser preciso.

O Orador: Uma cultura de responsabilidade é indispensável em qualquer sistema democrático e tudo quanto seja no sentido de invocar o laxismo, o não fazer, o desculpar aqueles que têm o dever de fazer, deve ser severamente criticado. É esta a minha visão daquilo que é a democracia.

É por isso que lhe digo, Sr. Deputado, que quando quis ser sério, não o foi, porque inculcou um duplo erro disfarçando que as câmaras não tinham competência, o que é falso, desculpando as câmaras que não fizeram aquilo que tinham obrigação de fazer.

Portanto, Sr. Deputado, este diploma vem esclarecer essa matéria e vem dignificar mais aquilo que são as competências explícitas e claras, quer das autarquias, quer do Governo Regional.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Temos mais Srs. Deputados inscritos, mas estamos a 1 minuto da nossa hora regimental e pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e à Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência o favor de chegarem aqui junto da Mesa para combinarmos os nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos interromper os nossos trabalhos agora, retomando-os pelas 22,00 horas.

(Eram 20 horas e 5 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 22 horas e 15 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Prescindo.

Presidente: Naturalmente que o Sr. Deputado Paulo Gusmão também prescinde, porque não está presente.

Terminamos assim a parte relativa ao debate na generalidade.

Assim sendo, vamos passar de imediato à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, for favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 11 abstenções do PSD e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora ao debate na especialidade.

Para este debate na especialidade eu queria pedir aos Srs. Deputados que estiveram na Comissão a máxima atenção e possivelmente, com toda a modéstia, algum auxílio à Mesa, porque há alguma complexidade nesta votação.

Nós temos propostas que vêm da Comissão e são subscritas pelo Partido Socialista, propostas, que entraram em segundo lugar, apresentadas pelo Partido Social Democrata e propostas apresentadas pelo Partido Socialista. Como vêm temos aqui uma quantidade de propostas de alteração, algumas das quais sobre os mesmos artigos e, embora a hora seja tardia, vamos tentar fazer isto com o máximo de cuidado.

Passamos ao debate do artigo 1º., para o qual existe uma proposta de alteração da Comissão. Está à discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções sobre este artigo 1º., vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração que vem da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da parte restante do artigo 1º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 2º.. Para este artigo temos uma proposta de alteração que vem da Comissão e subscrita pelo PS, uma proposta de alteração do PS e uma proposta de alteração do PSD. Em primeiro lugar entrou a proposta da Comissão, em segundo lugar a proposta do PSD e em terceiro a proposta do PS. Está aberto o debate sobre este artigo e estas propostas de alteração.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação e votaremos em primeiro lugar a proposta de alteração que vem da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado Francisco de Sousa tem alguma dúvida?

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que talvez fosse mais fácil, como metodologia, começarmos por votar, no que diz respeito ao Partido Socialista, as propostas apresentadas pelo PSD, depois as do PS, de seguida as da Comissão e finalmente o texto inicial.

Presidente: Sr. Deputado, salvo o devido respeito, parece-me melhor votar pela ordem que eu já anunciei, primeiro as da Comissão, depois as do PSD e depois as do

PS. Vou seguir esta ordem do princípio ao fim, porque se forem aprovadas as da Comissão, depois tem implicações nas outras.

Assim sendo, vamos votar a proposta de alteração para o artigo 2º., apresentada pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração do PSD, foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do PCP .

Presidente: Passamos agora à votação da proposta apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 2º na parte não alterada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 3º., para o qual existe uma proposta de alteração da Comissão. Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da parte restante do artigo 3º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 3º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 4º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão e outra do Partido Socialista. Está à discussão este artigo, bem como as propostas de alteração.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração da Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a parte não alterada do artigo 4º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos ao artigo 5º., para o qual existe uma proposta de alteração da Comissão. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração da Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação da parte restante do artigo 5º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretários: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação da parte restante do artigo 5º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º. foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 6º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração da Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da parte restante do artigo 6º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 6º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 7º., para o qual também existe uma proposta de alteração da Comissão.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração da Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 7º..

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 7º., por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 7º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 8º. Para este artigo existe uma proposta de alteração vinda da Comissão.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração da Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 8º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 8º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 9º.. Para este artigo também existe uma proposta de alteração da Comissão.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da parte não alterada do artigo 9º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 9º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 10º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão, uma proposta de alteração do PS e uma proposta de eliminação do PSD.

Está à discussão este artigo 10º..

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Como manda o Regimento, temos que votar em primeiro lugar a proposta de eliminação, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, vinda da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a parte não alterada do artigo 10º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 10º. foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 11º..

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A artigo 11º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 12º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD e 2 abstenções do PCP.

Presidente: O artigo 12º. está prejudicado, porque esta proposta altera-o totalmente. Portanto, não há lugar a votação.

Passamos ao artigo 13º, para o qual existe uma proposta de alteração da Comissão, uma proposta de alteração do PS e uma proposta de eliminação do PSD.

Está à discussão este artigo 13º., bem como as proposta apresentadas.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar e votaremos em primeiro lugar a proposta de eliminação do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de eliminação, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Creio que estas propostas substituem integralmente este artigo e por isso é dispensável outra votação.

Passamos ao artigo 14º., para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Vamos votar a parte restante do artigo 14º. que diz respeito apenas à epígrafe.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 14º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Para os artigos 15º., 16º. e 17º. não existem propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, nós temos um aditamento para o artigo 14º.. Podemos votar todos esses artigos e depois votaremos este aditamento.

Presidente: Eu tinha pensado deixar os aditamentos para votar no fim.

O Orador: Está bem, pode ser.

Presidente: Assim sendo, eu poria à votação, em conjunto, os artigos 15º., 16º. e 17º..

Os Srs. Deputados que concordam com estes artigos, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 15º., 16º. e 17º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 18º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 18º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 18º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos ao artigo 19º., para o qual existe uma proposta de alteração do PSD.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 19º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 19º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Artigo 20º.. Para este existem duas propostas de alteração, uma da Comissão e outra do PSD.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração da Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP

Presidente: Vamos votar agora o artigo 20º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 20º. Foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Artigo 21º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da parte restante do artigo 21º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 21º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora os artigos 22º. e 23º., para os quais não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 22º. e 23º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 24º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 24º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 24º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 25º.. Para este artigo não existe nenhuma proposta de alteração.

Assim sendo, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 25º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 17 votos contra do PSD.

Presidente: Artigo 26º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 26º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 26º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Artigo 27º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Esta proposta substitui na íntegra o artigo 27º..

Artigo 28º.. Para este artigo não existe nenhuma alteração.

Assim sendo, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 28º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 29º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da parte restante do artigo 29º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 29º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 30º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 30º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 30º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 31º..

Não há propostas de alteração para este artigo, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 31º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 32º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação da parte restante do artigo 32º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 32º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 33º.. Não havendo nenhuma proposta de alteração para este artigo, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário O artigo 33º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 34º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 34º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 34º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 35º.. Para este artigo também existe uma proposta de alteração da Comissão.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da parte restante do artigo 35º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 35º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, era para pedir que fossem votados em conjunto os artigos 36º., 37º. e 38º., com as respectivas alterações, porque penso que todos os partidos estão de acordo.

Presidente: Se todos os partidos estão de acordo, vamos votar os artigos 36º., 37º., 38º. e as respectivas propostas de alteração que vêm da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 36º., 37º. e 38º., foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 39º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão e uma proposta de eliminação do PS.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar e votaremos em primeiro lugar a proposta de eliminação, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós acabamos de aprovar um conjunto de regras que já existem em vários Decretos Legislativos Regionais e que anteriormente já existiam em Decretos-Leis e que, infelizmente, não têm sido cumpridos, não foram cumpridos e ninguém os faz cumprir nesta Região.

Entendemos que é muito importante aprovarmos legislação, mas é também importante e fundamental que essa legislação seja respeitada e quem tem o dever de a fazer respeitar que a faça respeitar.

Digo isto, porque se hoje formos às estradas regionais da ilha das Flores vamos, com certeza, verificar que de 100 em 100 metros estarão na via garrafas, plásticos e restos de objectos. Estou convencido que isto existe em muitas outras estradas regionais e não só.

A minha declaração de voto é no sentido de apelar ao Governo Regional para que esta legislação seja cumprida, porque ela é fundamental para que as pessoas possam viver nas devidas condições.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 39º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 39º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, é só para dizer que a Mesa pode pôr à votação os artigos 40º. a 51º. inclusive. Penso que há consenso no sentido de votarmos estes artigos em conjunto.

Presidente: Posso considerar que há anuência de todas as bancadas? Parece que sim.

Assim sendo, vou pôr à votação os artigos 40.º a 51.º. inclusive e incluindo as respectivas propostas de alteração que vêm da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 40º. a 51º e respectivas propostas de alteração, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 52º.. Para este artigo existe duas propostas, uma de alteração, da Comissão e uma de eliminação, apresentada pelo PS.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de eliminação, apresentada pelo PS, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração que vem da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora vamos votar a parte restante do artigo 52º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 52º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 53°. Não havendo propostas de alteração para este artigo, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 53°. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 54°. Para este artigo existem duas propostas de alteração, uma da Comissão e outra do PS.

Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Pedimos ao Sr. Presidente, que ponha à votação, em primeiro lugar, a proposta do PS, porque, ao ser aprovada, a da Comissão ficará prejudicada

Presidente: A Mesa não vê nenhum problema nisso.

Assim sendo, vamos votar a proposta de alteração para o artigo 54°. , apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Com a aprovação desta proposta de alteração, a proposta da Comissão ficou prejudicada.

Vamos votar agora a parte restante do artigo 54°..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 54°. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar agora à votação dos artigos 55°. a 72°. inclusive, incluindo as propostas de alteração e de eliminação.

Uma vez que a Câmara está de acordo, vamos votar em conjunto todos estes artigos e propostas de alteração e eliminação.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 55º. a 72º., incluindo as propostas de alteração e de eliminação, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 55º. a 72º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 73º, para o qual existe duas propostas de alteração, uma da Comissão e outra do PS.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração da Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: O artigo 73º., com a aprovação destas propostas, ficou completo em termos de alteração, não sendo necessário votá-lo.

Passamos ao artigo 74º.. Para este artigo temos uma proposta de alteração da Comissão.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 74º., incluindo a proposta de alteração, apresentada pela Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 74º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora passar à votação das propostas de aditamento. Existe uma do PS e outra do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, é só para dizer que a proposta de aditamento do PSD está prejudicada, em função daquilo que já foi aprovado anteriormente.

Presidente: Tem razão, Sr. Deputado. Está realmente prejudicada e não é necessário votar.

Passamos então à proposta de aditamento de um artigo 14º-A., apresentada do PS e que não está prejudicada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Se não estou em erro, a votação na especialidade está completa. Passamos agora à votação final global.

Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, pode ter sido um lapso meu, mas julgo que não foi votada a proposta de alteração ao artigo 2º., apresentada

pelo Partido Socialista. Gostaria de saber qual foi o resultado dessa votação, se a Mesa puder fazer o favor de me informar?

Presidente: Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar o resultado da votação.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 2º., apresentada pelo PS foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD e 2 abstenções do PCP

Presidente: Esclarecida esta questão, vamos proceder à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que aprova o novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em votação final global, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Regional da Água”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente para apresentar este diploma.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por referir que a política ambiental que, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser desenvolvida pelo Governo Regional tem-se centrado em três frentes essenciais: em primeiro lugar, resolver um passivo ambiental que temos acumulado na Região, em segundo, olhar o presente e, em terceiro, planear o futuro.

Por resolução do passivo, quero referir-me a um conjunto de situações que são conhecidas de todos, algumas têm sido abordadas nesta Câmara, como ainda há pouco a questão de Santa Maria.

Temos desenvolvido, neste âmbito, um conjunto vasto de acções de limpeza, que não apenas em Santa Maria.

Temos também resolvido algum passivo acumulado em situações como, por exemplo, nas ribeiras, na orla costeira, onde temos também um conjunto vasto de problemas acumulados e naquele processo complexo, que é conhecido de todos, mais comumente designado por combate à eutrofização das lagoas.

Por olhar o presente, refiro-me a um conjunto de esforços que foram e têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito do acompanhamento da monitorização e da fiscalização crescentes do sistema ambiental.

Penso que também nesta frente é notório o esforço que tem sido desenvolvido.

Finalmente uma terceira frente, que referi, de planear o futuro, que penso que será, talvez, o maior elemento de novidade nesta nossa política ambiental.

Penso que no início não terá sido por todos entendida, mas, felizmente, ao longo dos meses e dos últimos tempos tem-se notado, de forma crescente também, uma maior consciência daquilo que é a importância de, em simultâneo com a resolução deste conjunto de problemas, olharmos também para o futuro e planearmos de forma estratégica aquilo que é o futuro ambiental da Região.

É neste âmbito de esforço de planeamento que temos desenvolvido que surge o Plano Regional da Água que vem contribuir para a resolução, de forma sistémica e coordenada, de um conjunto de problemáticas ambientais, associadas aos recursos hídricos.

Obviamente que o Plano Regional da Água é vasto, como disse, é sistémico, abrange todo o sistema da água de montante do sistema hídrico das lagoas, da protecção da água na origem, dos lençóis friáticos, da gestão das ribeiras, até a jusante do próprio sistema, naquilo que é um domínio de competências, mais específico do mundo de responsabilidades das autarquias. Refiro-me concretamente ao tratamento da água para abastecimento público, ao reforço dos sistemas de abastecimento público e também àquilo que, no âmbito da Directiva quadro da água, surge como algo fundamental que é o tratamento das águas residuais.

Tudo isto é envolvido numa estratégia de racionalização dos recursos hídricos e também numa estratégia que queremos de gestão optimizada destes mesmos recursos.

Dito isto, quero referir o que já disse nesta Câmara, mas que importa lembrar, que a água tem um papel cada vez mais relevante e determinante para o desenvolvimento das regiões e, obviamente, também dos países.

Aquilo que surgiu como fundamental ao longo da história do homem foi a posse do território, do mar, e dos combustíveis, momento que ainda vivemos com bastante premência. Surge agora um novo aspecto fundamental e determinante, e determinante para países altamente desenvolvidos como, por exemplo, os Estados Unidos, país onde existe maior escassez de recursos hídricos.

Portanto, aquilo que estamos a começar a viver neste momento, de alguma forma é uma nova fase, uma nova era do desenvolvimento do homem, que neste momento está muito centrada também na posse dos recursos hídricos.

Isto apenas para enquadrar aquilo que é a relevância, dum ponto de visto de desenvolvimento, de uma boa gestão e duma boa perspectiva daquilo que é a abundância e a qualidade também dos nossos recursos hídricos.

Ao nível do enquadramento, gostaria de, muito genericamente, enquadrar este Plano Regional da Água, dizendo que ele integra um conjunto de comandos orientadores no médio prazo, isto é, ao longo de um período de 10 anos, para diversos intervenientes no processo de planeamento e de gestão dos recursos hídricos, mormente as autarquias, em primeiro lugar, e, obviamente, a Secretaria Regional do Ambiente e um conjunto de outros departamentos do Governo Regional, desde a Agricultura e Pescas e, particularmente, também a Economia. Estas são entidades que têm um papel relevante ao nível da gestão do planeamento dos recursos hídricos.

Quero também, ao nível do enquadramento, referir que este plano vem cumprir um normativo nacional e comunitário – e desde logo, como já referi, a Directiva quadro da água, mas também a Directiva nitratos – resolvendo um problema que se tem acentuado ao longo dos últimos anos, com queixas que são conhecidas e têm sido públicas e apresentadas à Comissão Europeia por incumprimento precisamente destes

normativos e que dos quais ressalta, desde logo e em primeira instância, a necessidade dos Estados, no cumprimento dessa Directiva, planearem a gestão dos seus recursos hídricos.

O Estado concluiu a alguns meses o Plano Nacional da Água. Nós concluimos também a alguns meses e agora trazemos, para aprovação desta Assembleia, o Plano Regional da Água, Plano este que será integrado no âmbito do Plano Nacional, mas que desenvolvemos no espírito duma alteração da legislação nacional verificada em 1999, que vem precisamente reconhecer aquilo que são as nossas especificidades em matéria de recursos hídricos e, portanto, a necessidade de, no reconhecimento dessas especificidades, nós elaborarmos um plano específico para os recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores.

Quero também referir que este Plano foi concluído num prazo muito curto. Fizemos um esforço empenhado de apanharmos, digamos, este “comboio” do plano que estava a ser elaborado a nível nacional e em cerca de ano e meio conseguimos concluir a realização deste Plano Regional da Água.

Quero ainda referir um aspecto, que me parece fundamental, nomeadamente para esta Assembleia, que tem a ver com o facto de se tratar de um instrumento de planeamento que, e penso que não exagero se o disser, foi objecto da maior discussão pública que algumas vez foi efectuada na Região, desde logo com a realização de três workshops durante a realização do Plano Regional da Água, uma apresentação pública após a sua conclusão, uma apresentação no seio do Conselho Nacional da Água e ainda um conjunto de apresentações que decorreram em todas e cada uma das ilhas da Região.

Portanto, foi desenvolvido um esforço muito grande, em primeiro lugar, pelo Governo Regional, no sentido de trazer à discussão pública, em todos os espaços, para além, obviamente, daquilo que são outros instrumentos que hoje temos à nossa disposição, como é, por exemplo, a página que dispomos na internet onde este Plano pôde ser analisado ao longo da sua elaboração e também no âmbito do processo de discussão pública.

Feita esta apresentação, resta-me, obviamente, fazer uma referência muito sucinta àquilo que é o diploma, já que o plano em si surge como um anexo deste decreto e queria apenas cingir-me a dois aspectos que me parecem fundamentais no articulado do diploma, desde logo o artigo 6º. que dá a este diploma uma perspectiva dinâmica e não estática. Este foi um primeiro esforço que foi desenvolvido no sentido de planearmos a gestão dos recursos hídricos na Região.

Também quero realçar aqui neste momento, e já o tenho referido, que não quero de forma nenhuma apresentar este trabalho como um trabalho concluído.

Penso que este diploma tem um conjunto de orientações fundamental para nossa acção ao longo dos próximos anos, mas estou certo que haverá também, ao longo dos próximos anos, a necessidade de introduzir algumas correcções.

Por outro lado também uma referência para o artigo 7º., que se refere à vinculação jurídica deste diploma e deste Plano, para dizer que este Plano vincula directamente as entidades públicas, sendo que os cidadãos são vinculados através dos próprios planos municipais e outros planos que ficam directamente vinculados àquilo que são estas orientações que vêm emanadas deste Plano Regional da Água.

Com esta apresentação, ficarei à disposição para quaisquer questões que queiram pôr.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção sobre esta matéria, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento das sociedades nas economias modernas provoca grandes pressões – geradas quer pelas populações, quer pelas actividades económicas – sobre a generalidade dos recursos e sobre os recursos hídricos em particular. Conforme já aqui referimos, noutra ocasião, aquilo que em determinados sítios é susceptível de se diluir no espaço, adensa-se nas ilhas.

Uma melhor gestão dos recursos hídricos – o mesmo é dizer uma melhoria da qualidade e disponibilidade da água – passa, em muitos casos, pela mudança de

comportamentos, desde a poupança de água, nos seus mais diversos usos, até à alteração de determinadas práticas. Essa mudança de comportamentos não se alcança por decreto, antes só pode ser posta em prática se, para tanto, houver uma consciencialização e um empenhamento da generalidade dos cidadãos.

Por ser assim, permitam-nos que, neste debate da proposta do Plano Regional da Água, destaquemos – de entre os princípios aí enumerados – os princípios da informação e da participação, concretizados no participação sustentada dos cidadãos, aos quais nos atrevemos a acrescentar o princípio da responsabilização, pois, para além ser importante dar mais e melhor informação aos cidadãos, disponibilizar-lhes formas de se fazerem ouvir e promover a sua sensibilização e a sua educação nestes domínios, assume-se como desafio fundamental, neste quadro, a responsabilização dos cidadãos e a dinamização do seu envolvimento e participação na execução das novas políticas de recursos hídricos.

Contudo, essa emergente necessidade de um maior e melhor relacionamento com a generalidade dos cidadãos apela, insistente e consistentemente, ao recurso a formas eficazes de planeamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de Fevereiro – elaborado e aprovado no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 63/93, de 20 de Agosto – aprovou o regime jurídico de planeamento de recursos hídricos, bem como o processo da elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos. Não obstante a referência expressa de que o Plano Nacional da Água (PNA) abrange todo o território nacional, o legislador ignorou em absoluto a realidade insular, o que é, desde logo, manifestado na enumeração das bacias hidrográficas de referência que seriam abrangidas pelos planos de bacias hidrográficas.

Em cumprimento da exigência legal fixada pelo sobredito diploma, o Plano Nacional da Água foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de Abril. Em face das

aludidas lacunas do regime jurídico do planeamento de recursos hídricos, o Plano Nacional da Água prevê a elaboração dos planos regionais da água das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – assegurando-se, por esta via, a posição regional e a coerência nacional perante as obrigações comunitárias na área do ambiente – os quais se devem reger, relativamente ao Plano Nacional, pelo princípio da articulação, dado serem instrumentos programáticos da mesma natureza, que estabelecem as grandes linhas de orientação para as respectivas regiões.

No que respeita aos Açores, o Plano Nacional da Água estabelece as ilhas como unidades independentes de gestão, definindo assim nove áreas hidrográficas de planeamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na elaboração do Plano Regional da Água – como não poderia deixar de ser – a Região teve em conta as indicações da Directiva-Quadro da Água – Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, publicada em 22 de Dezembro de 2000.

A Directiva-Quadro da Água – cuja aprovação constituiu um dos pontos altos da última Presidência Portuguesa da União Europeia – veio estabelecer aspectos inovadores na política de gestão das águas, designadamente:

- Uma nova definição unificadora dos objectivos de qualidade das águas de superfície, baseada na protecção dos ecossistemas, colmatando as lacunas existentes na legislação actual e integrando as normas comunitárias relativas à qualidade das águas das diferentes áreas de protecção específica;
- A integração das normas de recuperação e protecção da qualidade das águas subterrâneas com a salvaguarda da utilização sustentável dessas águas, através do equilíbrio entre a recarga dos aquíferos e as captações de água;
- A eliminação progressiva da poluição das águas provocada por descargas, emissões e perdas de substâncias perigosas para a saúde humana e para os ecossistemas aquáticos;
- A definição de programas de medidas para atingir os determinados objectivos de qualidade da água, de forma integrada e no quadro de bacias hidrográficas

definidas pelos respectivos limites topográficos, independentemente dos limites territoriais e dos limites administrativos;

– A análise económica das utilizações das águas e a aplicação de um regime financeiro a essas utilizações;

Pretende-se, assim, assegurar a provisão de água nas quantidades e com a qualidade necessária para satisfazer o consumo humano e as necessidades das outras actividades sócio-económicas, de forma sustentável, equilibrada e equitativa.

A utilização de instrumentos económicos e financeiros, entre os quais se destacam os preços da água, tem vindo a assumir importância crescente na gestão sustentável do ambiente em geral, e da água em particular.

Neste contexto, a Directiva-Quadro e o próprio Plano Regional da Água impõem-nos a definição, no curto prazo, de um regime económico-financeiro, destacando-se a importância do estabelecimento de preços da água a um nível adequado, que funcione como um incentivo à utilização racional e sustentável desse recurso. De acordo com os princípios do utilizador-pagador e do poluidor-pagador, cada utilizador deverá pagar pelo custo total, directamente proporcional aos volumes utilizados ou à quantidade de poluição produzida.

A Directiva-Quadro da Água reconhece os preços da água como um elemento essencial para assegurar o cumprimento dos objectivos ambientais a que se propõe e obriga à recuperação, por parte dos Estados-membros até 2010, dos custos dos serviços da água, incluindo os custos ambientais e os custos de escassez de recurso.

A aplicação de instrumentos económicos e financeiros para a gestão da água, entendendo-a como bem económico em face, obviamente, da escassez do recurso, não colide com a importância social da mesma, enquanto bem fundamental, indispensável para a sobrevivência e para o bem-estar do Homem.

A definição do regime económico-financeiro bem como do modelo institucional de gestão, são os principais desafios que se nos deparam de imediato e que se reflectirão necessariamente no ajustamento ou na redefinição dos sistemas de gestão da água implementados ou a implementar ao nível de cada unidade de gestão de recursos hídricos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Outra questão que, com bastante pertinência, tem vindo a colocar-se ao longo do vasto processo de elaboração e discussão pública do Plano Regional da Água prende-se com a relação deste planos com os demais instrumentos de planeamento e de ordenamento do território.

As relações entre o Plano Regional da Água e o Plano Regional de Ordenamento do Território traduzem-se e concretizam-se num compromisso recíproco de integração e compatibilização das respectivas opções, isto sem prejuízo do carácter orientador do Plano Regional da Água em matéria de recursos hídricos, na medida em que o próprio normativo do Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de Fevereiro, assim o determina. O mesmo sucede na relação que se estabelece entre o Plano Regional da Água e os outros planos sectoriais.

No que respeita aos planos municipais e especiais de ordenamento do território, e na estrita matéria do planeamento de recursos hídricos, o Plano Regional da Água prevalece sobre esses instrumentos, os quais integrarão obrigatoriamente as medidas e acções relativas aos recursos hídricos, conforme estatui a proposta em debate e o Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de Fevereiro.

Estamos, pois, em condições de afirmar, peremptoriamente desta tribuna, que o diploma que esta Assembleia se prepara para aprovar não corresponde ao mero cumprimento formal de obrigações que a legislação nacional e comunitária nos impõem, mas constitui, sobretudo, como um verdadeiro instrumento de estratégia para a utilização racional e sustentada dos recursos hídricos na nossa Região, numa lógica de desenvolvimento integrado do ponto de vista ambiental, económico e social.

Disse!

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): *Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional da Água é, em nossa opinião, um instrumento fundamental para que os Açores tenham uma política, ao nível de gestão de recursos hídricos, que nos permita encarar o futuro com alguma tranquilidade.

A protecção e valorização dos recursos hídricos são, sem dúvida, duas metas a atingir e temos a certeza que este Plano, agora em discussão, muito contribuirá para este desiderato.

Reunindo um importante acervo de informação, validada e sistematizada cientificamente, o Plano Regional da Água será de uma grande importância, em termos programáticos e orientadores, para toda a Região Autónoma dos Açores.

No entanto, somos de opinião que teria sido oportuno e de grande utilidade ter integrado, na revisão do PROTA, o estudo elaborado para o Plano Regional da Água, o que, certamente, garantiria uma maior integração, em termos de ordenamento territorial, ao articular os recursos hídricos com as várias componentes e condicionantes do território das nossas ilhas. Mas, não é por aí que este Plano perde a importância que tem, principalmente tendo em conta que nunca mais se ouviu falar do PROTA.

A propósito do PROTA seria, talvez, oportuno saber, já que falamos de instrumentos de gestão, em que estado se encontra esse plano tão importante para os Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Um outro aspecto relevante, e que resulta da análise do Plano Regional da Água, é o seu financiamento.

Por um lado, não existem, neste momento, no PRODESA as verbas necessárias ao financiamento das autarquias, no sentido destas cumprirem com aquilo que são as suas responsabilidades no âmbito deste programa e, por outro, é necessário salientar que agora se exige que as entidades promotoras reúnem a totalidade de financiamento para

lançar as obras, situação que, por exemplo, não se passava anteriormente, onde apenas eram exigidos aos municípios 15% das verbas necessárias para obter a totalidade dos apoios financeiros.

Assim, seria de todo o interesse começar, desde já, a tentar reformular o acesso aos apoios financeiros oriundos da União Europeia, não só ao nível das verbas disponíveis para o efeito, como também ao nível das suas regras de acesso.

Note-se ainda que as inevitáveis deficiências existentes só podem servir para estimular uma regulamentação concretizadora, com realismo, das boas intenções e dos importantes objectivos traçados neste Plano Regional da Água, tão essencial para o ambiente das nossas ilhas, como para um bom planeamento e ordenamento territorial, bem como para a qualidade de uma saúde pública que muito depende da qualidade da água que os açorianos terão, no futuro, à sua disposição.

Em conclusão, diríamos que, apesar das dificuldades que certamente este Plano terá na sua implementação, tendo em conta o número de entidades envolvidas e os montantes de financiamento necessários, não temos dúvidas que se trata de um instrumento estratégico e de grande importância para os Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente para uma segunda intervenção.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu queria apenas fazer uma breve referência, após estas intervenções e particularmente a intervenção agora foi feita pelo Sr. Deputado Sérgio Ferreira, desde logo e em primeiro lugar para reconhecer aquilo que foi a concertação que conseguimos em torno deste Plano e que resulta, obviamente, dum esforço de todas as partes.

Em segundo lugar, para responder as duas questões que foram aqui lançadas, uma relativamente ao PROTA e outra sobre os meios financeiros.

Em relação ao Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores quero dizer que ele foi iniciado, se a memória não me falha, em 1991 e foi um processo que se

iniciou de forma muito lenta, muito entravada e estes instrumentos de planeamento, como nós vemos agora aqui com este Plano Regional da Água, têm que ser efectuados de forma mais célere.

São incompatíveis, e são sobretudo incompatíveis, num momento de acentuado desenvolvimento e acentuadas transformações em termos de utilização do solo, em termos de turismo, etc., com a escala temporal sobre as quais decorrem a elaboração dos mesmos.

Portanto, analisada que foi o ponto de situação deste Plano, e depois de considerarmos ainda a possibilidade de uma revisão e de uma aprovação, considerámos que o mesmo não tinha condições para tal. Considerámos também que, de alguma forma, estava já invertido aquilo que foi a estratégia inicial, subjacente ao arranque do PROTA e que era uma estratégia de enchapelarmos toda a estrutura de planeamento com um plano maior, com o Plano Regional de Ordenamento do Território, momento esse que tinha ficado ultrapassado.

Portanto, por vontade ou por força das circunstâncias, o que é um facto – não sei se pior, se melhor – é que a estrutura de planeamento acabou por ser invertida e nós acabámos por desenvolver outros planos, esses sim, que acabaram por ser criados com maior celeridade como é, por exemplo, o caso do Plano Regional da Água, do Plano de Resíduos Sólidos Urbanos, que eu já tive oportunidade de reconhecer que necessitamos de rever, do Plano de Resíduos Hospitalares, que concluiu há pouco o seu processo de discussão pública e dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira.

Muito embora se trate de instrumentos de elevada complexidade, estão neste momento em execução, numa estratégia completamente distinta em que o peso da intervenção da Administração Pública Regional e particularmente da Secretaria Regional do Ambiente é muito menor, permitindo também que todo o processo se desenvolva de forma muito mais célere.

Relativamente aos meios financeiros quero dizer, Sr. Presidente, agradecendo a sua paciência, sucintamente o seguinte:

Em primeiro lugar, o investimento previsto no médio prazo, ao longo do período de 10 anos, situa-se num montante de 228 milhões de euros.

Em relação a este número, que pode ser assustador, eu quero fazer a seguinte referência:

O investimento “per capita” da implementação do Plano Regional da Água corresponde, de forma muito aproximada, àquilo que é o investimento “per capita” previsto no âmbito do Plano Nacional da Água. É caro implementar um Plano, é caro gerir água e é também por isso que, no âmbito e no espírito da Directiva-Quadro e também deste Plano Regional da Água, importa interiorizar um conjunto de custos, que não os custos de dimensão social, e têm que ser, de alguma forma, também reflectidos no próprio consumidor.

Isto não é apenas verdade para a água, é verdade também para a questão dos resíduos.

Nós temos ao longo destes meses e anos passado esta mensagem de forma muito insistente, reconhecendo que a mensagem tem mesmo passado, como hoje se observa particularmente na Ilha de S. Miguel onde a gestão de resíduos está a sofrer, neste momento, transformações mais acentuadas com a recolha selectiva, com os eco-pontos e com o ponto verde que neste momento está a iniciar a sua acção.

Quero também reconhecer que as próprias autarquias estão a compreender a mensagem, a interiorizá-la e a reflecti-la também na sua acção.

É importante que o mesmo se verifique relativamente à água. De outra forma não conseguiremos comportar todo este investimento.

Obviamente que existem recursos financeiros, mas quero dizer que um terço do investimento previsto para a implementação do Plano Regional da Água está a montante do sistema hídrico, logo está, de alguma forma, dirigido essencialmente para a secretaria Regional do Ambiente, que neste Plano de Médio Prazo tem as verbas necessárias à sua implementação e certamente terá também ao longo dos próximos planos, na certeza de que tem uma estratégia que está já previamente definida.

Se é verdade que nós temos algum dinheiro no PRODESA, e importa sublinhar isto, porque as verbas do PRODESA dirigidas às autarquias têm sido esgotadas, mas nós

temos uma taxa de execução que está pouco acima dos 20% e naquilo que tem a ver com investimentos na vertente ambiental é importante que neste eixo 4, dirigida para as autarquias, haja um reforço do investimento.

Temos algum dinheiro, mas é óbvio também que a verba é insuficiente para fazer face a este volumoso investimento que está aqui, mas as autarquias também têm, como todos nós sabemos, os seus planos de investimento e também todos sabemos que, ao longo dos anos, as autarquias têm feito um investimento, se bem que mal dirigido muitas vezes, porque na ausência de estratégia, o que é um facto é que tem sido feitos investimentos pesados. Há autarquias que estão provavelmente a investir 50% dos seus fundos próprios na vertente das águas, na melhoria dos sistemas de abastecimento, no tratamento das águas e dos efluentes e que, de forma paulatina, vamos vendo um esforço crescendo nesta vertente.

Eu ainda outro dia tive oportunidade de dizer, numa conversa informal que tive, que há aqui um outro aspecto que importa realçar: é que nós passamos a ter um instrumento, o Plano Regional da Água, que é também um instrumento relevante do ponto de vista da nossa capacidade de irmos próximo da Comissão Europeia, quando necessário, buscar mais alguns fundos para fazer face aos investimentos necessários para a implementação do Plano Regional da Água, o que era difícil quando a estratégia não lhe assistia.

Penso que com isto respondi, pelo menos, às duas questões mais relevantes que foram postas.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção sobre este documento, pondo algumas questões de forma muito sucinta.

Sem dúvida que se trata de um documento estratégico, sem dúvida que se trata de um esforço importante, sem dúvida que na preparação, na discussão e apresentação

pública que a Secretaria Regional do Ambiente e a Direcção Regional de Ordenamento do Território fizeram um esforço muito sério, deve ser reconhecido, que teve projecção pública, que motivou muitos cidadãos.

Aquilo que vou dizer a seguir não tem qualquer intenção de ser desagradável para nenhum de nós, mas apenas de constatar ainda um facto.

Se tudo isto é verdade, e o Sr. Secretário tem razões para estar satisfeito com isso, fico com a ideia que, ao longo de todo este processo, há uma questão que ainda não se ultrapassou e que se calhar ainda vai demorar a ultrapassar, que é o ganhar o interesse da discussão política destes problemas.

Quero dizer, Sr. Secretário, que se evoluiu muito na motivação que há hoje da parte de cidadãos, de faixas organizadas da sociedade e motivadas para estes problemas.

Tudo o que foi colocado dos acessos à internet, da participação nos workshops, tem significado e foi importante, mas eu sinto que ainda falta ganhar uma outra vertente que é a vertente do interesse do interventor político mais directo, pela discussão deste tipo de problemas.

Portanto, não se nota nesta discussão, na parte preparatória e aqui mesmo, todo aquele empenhamento, todo aquele mexer, todo aquele virar e revirar que normalmente estes assuntos, mesmo os de planeamento a outro nível, motivam e provocam.

Eu digo isto não pela constatação de um facto. Há muitos passos a dar.

De qualquer maneira o Governo Regional procedeu bem ao resolver avançar para um documento estratégico deste género, independentemente deste documento estratégico poder ser considerado mais ou menos realista, poder ser mais ou menos cumprido, poder ser mais um guia do que um instrumento. Os próximos anos é que o vão dizer e vai depender, em parte, da primeira questão que eu coloquei, vai depender da capacidade dos interventores políticos terem ou não uma outra motivação para este tipo de questões.

De qualquer forma este documento, visto globalmente, apresentado com rigor, como eu tive oportunidade de assistir, constitui em si mesmo um passo, um passo

importante que, desde logo, vai influenciar, pela vinculação jurídica que tem, outros passos e outras situações e isso já é algum caminho que se anda.

Tenho algumas dúvidas pessoais em relação aos pressupostos financeiros e à execução financeira. Logo se verá.

De qualquer maneira, com estas considerações, com estas apreensões que não devem ser consideradas sequer reserva, com estas apreensões sobre o desenvolvimento turístico, é com gosto que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português se associa à votação deste documento.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais intervenções.

Queria informar a Câmara que, para além da proposta apresentada pelo Governo Regional, existe uma proposta de substituição da Comissão.

Como é regimental e da praxe, vamos fazer duas votações e depois seguimos na especialidade o texto de substituição, apresentado pela Comissão.

Vamos votar em primeiro lugar a proposta que vem do Governo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do texto de substituição, apresentado pela Comissão e subscrito pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O texto de substituição foi aprovado por unanimidade, na generalidade.

Presidente: Passamos agora à especialidade, seguindo o texto de substituição, para o qual a Mesa não tem nenhuma proposta de alteração.

Assim sendo, vejo que a Câmara está disponível para fazer uma aprovação, na especialidade, de todos os artigos.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Incluindo o anexo.

Presidente: Incluindo o anexo que está contido num artigo.

Vamos então votar desde o artigo 1.º até ao artigo 9º., incluindo o anexo.

Os Srs. Deputados que concordam com estes artigos, na especialidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos de 1º. a 9º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Baixa à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para redacção final.

Srs. Deputados, o ponto seguinte é o debate de urgência sobre “as eventuais consequências para a região da reestruturação do sector público audiovisual do País”.

É um debate que, de acordo com a conferência, tem tempos globais e terá a duração de duas horas.

Portanto, faltam 10 minutos para a meia noite e eu proponha que se fizesse uma interrupção de 10 minutos e à meia noite em ponto recomeçávamos com este debate.

(Eram 23 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, peço que retomem os vossos lugares para continuarmos com os nossos trabalhos.

(Eram 00 horas e 10 minutos)

Vamos iniciar o debate de urgência, promovido pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, sobre **“as eventuais consequências para a Região da reestruturação do sector público audiovisual do País”**.

Conforme ficou acordado na Conferência de Líderes, e chamo a atenção dos Srs. Deputados e dos Srs. Membros do Governo para isso, os tempos estão assim distribuídos:

- Governo 30 minutos;
- PS 30 minutos;
- PCP (partido interpelante) 30 minutos;
- PSD 18 minutos;
- PP 12 minutos.

As duas primeiras intervenções processam-se nos termos do artigo 113º. do Regimento. A partir daí a Mesa terá o cuidado de manter os 3 minutos normais de esclarecimento, para disciplinar o debate.

Dou a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota, membro do partido interpelante.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP decidiu promover este Debate de Urgência sobre o futuro do serviço público audiovisual por entender ser de fundamental importância que esta questão estratégica esteja bem presente e viva no debate político específico da Região, num momento em que o Governo da República lançou um processo a que deu o nome de Novas Opções para o Audiovisual.

Todos sabemos que esta Assembleia será, obrigatoriamente, chamada a intervir neste processo, quando se tratar de analisar as alterações ao quadro legislativo que enquadra o serviço público audiovisual, mas seria estranho e desadequado que este Parlamento Regional não aprofundasse desde já algumas das questões principais ligadas a este problema.

Seria tanto mais estranho essa atitude passiva quanto ela não tem nada a ver com a própria tradição política deste mesmo Parlamento Regional.

De facto, desde sempre os problemas do audiovisual público tiveram na vida política da Região Autónoma um espaço permanente, constante e importante. Esse espaço do audiovisual público na discussão política regional, para além de constante e importante, foi sempre muito diversificado, na medida em que sempre envolveu todas as forças políticas, todas as forças sociais e, em muitos casos e momentos, as populações em geral.

Em termos de rádio deve dizer-se que por vários decénios o então chamado Emissor Regional dos Açores da Emissora Nacional fez, nas circunstâncias da época, o papel de factor de ligação e conhecimento geral entre os açorianos. Em 1975, com a implementação da RTP/Açores, foi entretanto criado um outro e decisivo instrumento absolutamente fundamental na criação da base de suporte da própria ideia de Região Autónoma.

O debate político sobre o audiovisual público, tendo sido permanente, foi porém muito diversificado.

Quem de nós não se lembra das reivindicações fortíssimas para que a cobertura televisiva e radiofónica fosse completa, abrangendo todas as ilhas e todos os lugares em todas as Ilhas?

Quem de nós não se lembra das permanentes, antigas, insistentes e actuais reivindicações para que a RTP/Açores assumia sempre nos seus conteúdos uma dimensão regional?

Quem de nós não se lembra dos apaixonados debates políticos e sociais dos finais dos anos 80, quando muitos sectores da vida pública regional e muitíssimos açorianos anónimos reivindicavam o direito de ter acesso, em directo e em transmissão integral, a uma expressão do serviço público nacional de televisão, a par da permanência da RTP/Açores?

Quem de nós não se lembra, em especial, daquele dia em que nesta Assembleia Regional, mas ainda no pré-fabricado que a acolheu muitos anos, o então Presidente do Governo ter declarado que haveria logo que possível dois canais de televisão mas ambos regionais?

Quem de nós não se lembra dos também apaixonados debates sobre se a transmissão directa nacional deveria ser, nas condições técnicas da época, do Canal 1 ou do Canal

2 da RTP? Da defesa que alguns (bem poucos) fizeram da “janela” no Canal 1? Dos debates sobre a cobertura integral da Região do Canal 1 por via hertesiana?

Quem de nós não se lembra do tempo em que os noticiários da RDP/Açores eram uma referência pela sua isenção absolutamente notória? E não se lembra dos inúmeros debates sobre os conteúdos da RTP?

Depois de tudo isto o tempo como que acelerou, o panorama do audiovisual alterou-se, as rádios privadas proliferaram, a TV via satélite e via cabo instalou-se, as opções alargaram-se, as perspectivas alteraram-se profundamente.

Em poucos anos tudo se alterou, tendo permanecido no entanto, sempre, a preocupação regional em preservar, defender e aperfeiçoar o mais possível o serviço público regional de rádio e televisão.

Com este quadro histórico, não faria qualquer sentido que, neste momento em que o poder da República avança com reformas profundas no audiovisual público, nós ficássemos apenas expectantes ou apenas numa posição de executores mais ou menos empenhados das orientações do Governo da República.

Por tudo isto o debate impunha-se, mas também se impõe, e isto tem que ser dito, porque os açorianos não têm razões, à partida, para se sentirem seguros da eventual bondade das propostas que o actual Governo da República faz em relação à Região.

Com toda a serenidade temos todos que dizer o que defendemos, contribuindo assim para a construção de um quadro de ideias definidoras do que melhor pode servir os Açores no que toca a televisão e rádio públicas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Lei n.º 31/96 de 14 Agosto – “Televisão e Rádio nas Regiões Autónomas” estabelece no seu artigo 1º que “o serviço público de rádio e televisão constitucionalmente consagrado inclui o acesso das Regiões Autónomas às emissoras incumbidas daquele serviço”.

Estabelece também que constituem obrigações da empresa concessionária do serviço público de televisão, nomeadamente, o de manter canais de cobertura regional (um nos Açores e outro na Madeira) e assegurar a difusão nas duas regiões de um dos canais de cobertura geral.

Por seu termo a Lei 31-A/98 de 14 de Julho (“Lei da Televisão”) estabelece no n.º 2 do seu artigo 10º. com clareza, que “o serviço público de televisão assegurado pelo Estado compreende, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, centros regionais com direcção e conselho de opinião próprios, capacidade de produção regional, mormente na área informativa e autonomia de programação, vinculados à aplicação dos direitos de antena, de resposta e réplica política nos respectivos territórios”. fim de citação.

Antes porém deste ponto o n.º 1 desse mesmo artigo 10º. estabelece que “os canais de televisão de âmbito nacional abrangerão, obrigatoriamente, as Regiões Autónomas”.

Como claramente se vê estamos perante um bom enquadramento legal, que desde logo nos reconhece vários e importantíssimos direitos:

- O direito de acesso ao serviço público nacional (Lei de 96);
- O direito de dispormos obrigatoriamente de todos os canais de âmbito nacional (públicos e privados) – (Lei de 98);
- O direito de termos, sob a responsabilidade da empresa concessionária do serviço público de televisão, um canal de cobertura regional (Lei de 96, confirmada pela Lei de 98).

Este quadro legal, só obtido inicialmente em 96 depois de terminado o longo e centralista período de “Cavaquismo” significa, com toda a clareza, que o Estado reconheceu que, nas Regiões Autónomas, o serviço público de televisão tem obrigatoriamente duas vertentes simultâneas: a vertente nacional e a vertente regional.

Esta é, na opinião do Grupo Parlamentar do PCP, a primeira questão a ter que ser sublinhada, e, acima de tudo, defendida.

Não vale a pena discutir se o canal público nacional de televisão presta ou não serviço público na Região: é óbvio que presta ou que deve prestar um tipo de serviço público comum a todos os portugueses, isto é, de dimensão nacional.

Seria completamente desadequado discutir se a Região Autónoma precisa ou não de um canal regional de serviço público, que preste de facto um bom serviço público de dimensão regional: é óbvio que tal canal é necessário e é também óbvio que certas ginásticas diluidoras desse conceito de serviço público regional e dessa necessidade de existência de um canal que tenha como finalidade exclusiva prestá-lo, que hoje se

começam a vislumbrar, apenas resultam de cegos alinhamentos que tendem a esquecer o interesse regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Chegados a este ponto interessa fazer uma primeira aproximação, não exaustiva, a algumas das ideias contidas no documento “Novas Opções para o Audiovisual” apresentado em Dezembro de 2002 pelo Senhor Ministro da Presidência e que tem ligação com a problemática do serviço público de televisão nas Regiões Autónomas.

A primeira importante observação que se tem que fazer é a da intenção declarada de incluir no novo operador de serviço público apenas o canal nacional generalista de serviço público e os canais internacionais, ou seja, o Canal 1, a RTP/Internacional e a RTP/África. Começa aqui a desmontagem do quadro legal actualmente em vigor e que deriva das obrigações constitucionais do Estado.

Mas essa desmontagem acentua-se quando, depois de se indicar como caminho a chamada autonomização dos Centros Regionais dos Açores e da Madeira, se avança com a criação de empresas regionais de televisão cujo capital será participado pelos Governos Regionais, pela empresa “holding” do sector audiovisual do Estado e por entidades públicas e privadas.

Repare-se na diferença introduzida: o novo operador de serviço público é uma empresa pública que assegura canais públicos; as empresas regionais serão empresas mistas que terão por objecto o exercício da actividade televisiva, através de canais generalistas de âmbito regional.

Enquanto que o novo operador de serviço público é inteiramente ligado ao conceito de serviço público, as novas empresas regionais, para além de poderem não ser públicas, estão endossadas à produção de canais generalistas de âmbito regional, não se referindo nesta definição do objecto dessas empresas nada que se aproxime com clareza da ideia global de serviço público.

A diferença profunda apontada acentua-se, em vez de se esbater, quando na mesma parte do texto se diz um pouco adiante que a actividade televisiva dos operadores regionais e passo a citar: “se desenvolverá sujeito a obrigações de serviço público de televisão, através de mecanismos jurídicos adequados...”. Fim de citação.

Resumindo: no que toca a este problema central, pode dizer-se que hoje a obrigação constitucional do Estado prestar serviço público de televisão nas Regiões Autónomas é assegurada com a emissão geral de um canal nacional e com a existência de um canal regional, ambos de serviço público.

Amanhã, e pelo menos de acordo com a intenção inicial do Ministro Morais Sarmiento, ficaria a resumir-se ao canal nacional, sendo que as Regiões disporiam de um canal próprio (num sentido geográfico e económico-empresarial) sujeito a obrigações de serviço público, o que tem grande diferença em relação a ser, como é actualmente, um canal de serviço público.

Não quero deixar de dizer, neste momento, que esta visão constitui à partida uma perspectiva muito negativa para a Região.

De um serviço público com duas vertentes (a nacional e a regional) passaríamos para um serviço público único (o nacional), admitindo-se um canal generalista regional, com poucos encargos financeiros para o Estado e apenas com obrigações (a definir) de serviço público.

Na perspectiva do Governo da República este modelo resolve de uma vez só dois problemas:

Um problema político, que só pode resultar de uma visão centralista, visão essa sempre presente neste Governo do PSD e do PP, e que se traduz na não aceitação do princípio hoje consagrado que o serviço público de televisão tem que ter nas Regiões Autónomas, com toda a clareza, as duas vertentes (nacional e regional).

Um problema financeiro, que sem deixar de resultar dessa mesmíssima visão centralista, radica também nessa espécie de desprezo quase separatista que é o de considerar que as Regiões Autónomas são gastadoras e que são um peso excessivo.

Comparar o quadro legal actual, construído sem nenhuma dúvida a partir dos princípios constitucionais vigentes, com o modelo esboçado pelo Senhor Ministro da Presidência, será o mesmo que comparar um dia de sol com um dia muito chuvoso (como o de hoje).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nota-se com clareza nos diversos afloramentos de debate sobre esta matéria, que já se verificaram, que haverá a tendência de alguns – os que se sentem sarmentistas

incondicionais e para todo o serviço – para afunilar o debate à volta da ideia de autonomização dos centros regionais.

Alguns dirão mesmo, de forma simples, que somos autonomistas, então teremos que ser por essa autonomização que está proposta.

Mas quando estiverem a dizer isso todos sabemos que estarão a procurar esconder que nos quer ser retirado o direito, hoje explícito, de termos um canal regional de serviço público; que estarão a defender aqueles que pensam que esta questão de ter um canal público regional é um capricho; que estarão mesmo a desejar ardentemente que o futuro canal regional não seja um canal público por direito reconhecido pelo Estado, mas apenas um canal com algumas (melhor se poucas) obrigações de serviço público.

Gostaria de, neste momento, dizer com toda a clareza, em nome do PCP/Açores, que essa questão da autonomização do Centros de Produção não é, seguramente, a questão central.

Se o Governo da República e a Assembleia da República, através do quadro legal que irá produzir, quiserem defender ao mesmo tempo a unidade do Estado e a Autonomia, ambas consagradas na Constituição da República Portuguesa, como é aliás sua estrita obrigação, terão que confirmar o direito reconhecido à Regiões Autónomas de disporem de um serviço público de televisão com uma dimensão completa, isto é, prestado pelo canal nacional e por um canal regional.

O conceito organizativo a aplicar a essa dimensão dupla de serviço público, pode ser diferente do actual e pode incluir a ideia de autonomização do canal regional.

É certo que, neste quadro, subsiste o problema do financiamento, mas essa questão pode ser discutida desde que se queira partir para essa discussão, com a clara intenção de se encontrarem soluções que não configurem uma simples desresponsabilização inaceitável do Estado.

De entre as várias soluções possíveis – e nós não estamos fechados a qualquer debate – haverá uma que pode sempre passar pela consagração na Lei de Finanças Regionais das responsabilidades do Estado para com o serviço público regional de televisão.

É importante entretanto sublinhar que recusamos claramente que a palavra **autonomização** sirva para encobrir ou disfarçar a liquidação do direito que temos de dispor de um canal regional de serviço público.

É importante também sublinhar que não recusamos o conceito de autonomização, enquanto forma autónoma em relação ao operador nacional, de organizar o operador regional de serviço público.

É importante ainda fixar a ideia de que essa autonomização organizativa não pode incluir qualquer intenção de desresponsabilização do Estado, em contribuir, pela forma que for adequada, para a existência desse serviço público.

É importante, finalmente deixar claro que a autonomização proposta pode ser contrária às necessidades que resultam da existência de Autonomia política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A questão central e de partida para este debate é, no nosso entender, a que está posta.

Muitas outras haverá e certamente ainda hoje nos referiremos a algumas delas.

Permita-se-me apenas e agora algumas referências:

Não nos podemos eximir, em nenhum momento e em nenhuma ilha, de reflectirmos sobre o que queremos que sejam a televisão pública regional e a rádio pública regional.

Tudo o que existe hoje é mau? Certamente que não.

Tudo o que existe hoje é aceitável? Infelizmente não.

A televisão e a rádio públicas regionais gozam hoje de um nível de apoio das populações que configure uma generalizada aceitação do que se ouve e vê? Pensamos, com todo o rigor, que há hoje um sentimento prevalecente onde coabitam a compreensão da grande importância que têm estas estações para os Açores, com muitas não aceitações pelo facto de se verificarem omissões, pontos fracos e mesmo incorrecções por vezes gritantes.

Sem diminuir em absolutamente nada o papel objectivamente fundamental que a RTP/A e a RDP/A desempenharam em todos estes anos na existência e construção da Autonomia seria, completamente inadequado e impróprio assumirmos qualquer posição acrítica em relação a muitos aspectos do trabalho desenvolvido.

Posso mesmo dizer que ainda hoje se verificam nas estações públicas regionais casos lamentáveis e mesmo de censura, como terei oportunidade pública de, pelos meios adequados e na ocasião própria, denunciar e demonstrar no que toca à RDP/Açores.

Mas também quero dizer, com todas as letras, que, hoje como ontem, não são essas distorções, nem várias omissões, nem mesmo os muitos tratamentos desequilibrados de vários temas que se verificam, que nos fazem perder a noção da grande importância que a RTP/A e a RDP/A têm.

Passo assim a outra questão importante de referenciar que é o facto das estações públicas regionais de rádio e televisão disporem hoje de profissionais e colaboradores preparados, dedicados e que dão um muito forte contributo para o muito de bom que é feito, para além dos desequilíbrios e omissões apontadas.

E é necessário e essencial que se diga que a reestruturação que se faça não pode em nenhuma circunstância nem afectar os legítimos direitos dos trabalhadores da RTP/Açores e da RDP/Açores, nem pode visar no curto, no médio ou no longo prazo fazer diminuir a excelente capacidade humana que essas estações hoje têm.

Importa ainda referenciar que qualquer autonomização que se faça implica que sejam criados, na Região, os meios de acompanhamento, tutela, e fiscalização de natureza institucional e plural que garantam a existência de serviços públicos regionais autênticos, isto é, plurais, independentes e com um funcionamento conforme os conceitos constitucionais e os preceitos legais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PCP/Açores pode orgulhar-se de ter tido sempre uma posição de coerente defesa da RTP/Açores e da RDP/Açores enquanto estações públicas regionais fundamentais.

Continuaremos atentos a todas as evoluções, abertos a todos os debates, mas persistentes na defesa do direito de termos o serviço público audiovisual nas vertentes nacional e regional.

Diminuir conceitos é sempre o primeiro passo para liquidar direitos.

Usar palavras identificadas com conceitos aceites é muitas vezes o instrumento usado para dificultar os debates e esconder as intenções verdadeiras.

Defender os direitos que temos, em todas as áreas, é a nossa principal obrigação.

Pelo que ao PCP/Açores diz respeito pode ficar-se com a certeza que saberemos continuar a defender a RTP/Açores e a RDP/Açores e ao mesmo tempo a lutar e a contribuir para que elas sejam sempre melhores prestadoras de um verdadeiro serviço público regional.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Num curioso ensaio sobre a televisão, o sociólogo francês Pierre Bordieu evidenciou, de forma clara, o poder que esse órgão de Comunicação Social assume nas sociedades modernas.

Poder decorrente não só da capacidade e facilidade com que esse meio produz e reproduz as nossas práticas do quotidiano, poder não só da forma como ele nos condiciona e nos permite formar opinião, mas sobretudo o poder decorrente do modo como a informação é veiculada e transmitida, permitindo evidenciar os aspectos relevantes de determinado acontecimento, sublinhando ou menosprezando determinado facto, garantindo, ou não, independência e rigor face aos poderes públicos e privados.

O poder da televisão e, conseqüentemente, a sua importância nos dias de hoje, mais do que uma mera figura de retórica, é um facto incontornável.

Incontornável, porque a televisão continua a ser o mais importante meio de comunicação existente.

Incontornável, porque o livre acesso à informação se tornou um inalienável direito dos cidadãos.

Incontornável, porque é necessário salvaguardar a pluralidade de informação, garantindo a sua independência face a interesses económicos ou ideológicos particulares.

Incontornável, porque contribui de forma decisiva para a divulgação cultural, para o fortalecimento de laços de identidade, para um melhor conhecimento da realidade que nos rodeia e, sobretudo, porque constitui um elo de ligação e de unificação da sociedade açoriana.

Estes factos, independentemente da discussão mais aprofundada que se possa fazer dos mesmos, revelam um aspecto essencial que convém recordar e sublinhar: da

imperiosa necessidade dos Açores continuarem a possuir um serviço público de televisão, capaz de dar resposta às necessidades enunciadas. E este serviço, de acordo com o consagrado no artigo 38º. da Constituição da República Portuguesa, especialmente nos seus pontos 5 e 6, deve ser assegurado pelo Estado, através da "existência e funcionamento de um serviço público de rádio e televisão".

Deputado Vasco cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Este preceito constitucional, reiterado de forma explícita para as Regiões Autónomas pela Lei nº. 31/96, de 14 de Agosto, é assegurado, na Região, pela RTP-Açores, malgrado a forma jurídica que, de acordo com as "Novas opções para o Audiovisual" a mesma possa vir a ter no futuro.

Importa pois, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, deixar bem clara a nossa posição de que compete, em primeiro lugar, ao Estado, por imperativo constitucional, garantir o funcionamento do serviço público de televisão nos Açores, não podendo o mesmo ser **"aniquilado ou abolido"**, para utilizar a expressão do Professor Gomes Canotilho, que refere igualmente que **"a existência de um serviço público de rádio e televisão e uma garantia institucional da própria liberdade e pluralidade da comunicação social"**.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Ou seja, o debate que decorre actualmente sobre o futuro do audiovisual, atendendo as propostas emanadas do actual Governo da República, pese embora a bondade que possa emergir das mesmas, está balizado por imperativos constitucionais que o Estado não pode ignorar e, muito menos, demitir-se das suas responsabilidades, em nome de um pseudo rigor orçamental ou de parcerias mais ou menos criativas.

O debate em torno do audiovisual e, mais explicitamente, em torno do serviço público de televisão nos Açores assume, assim, particular importância.

Desde logo, porque sendo consensual entre as diferentes forças políticas e parceiros sociais, da imperiosa necessidade da RTP-Açores continuar a existir, importa que se clarifique qual o futuro deste Centro, dando resposta às preocupações manifestadas pelos seus trabalhadores, quer no que à sua situação laboral diz respeito, quer no seu futuro relacionamento com a "empresa-mãe".

A este respeito, não pode deixar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de destacar a forma exemplar como o Governo Regional se tem vindo a comportar durante este processo negocial, ao definir como seus propósitos claros a manutenção da RTP-Açores, a clarificação do relacionamento e das responsabilidades a assumir pelo Estado, a protecção dos direitos dos trabalhadores e, destaque-se, o comprometimento na corresponsabilização do Governo Regional no financiamento futuro deste Centro emissor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Importa, neste contexto, analisar o processo de autonomização da RTP-Açores que o Governo da República pretende levar a cabo, e que se encontra plasmado no documento intitulado "Novas Opções para o Audiovisual", com especial incidência para o Ponto 4 do Capítulo II, onde se define que a autonomização dos Centros Regionais dos Açores e da Madeira se fará através da criação de empresas regionais de televisão, com emissões de canais de carácter generalista de âmbito regional, sendo o seu financiamento participado pelos "Governos Regionais, pela empresa holding do sector audiovisual do Estado e por entidades públicas e privadas", sendo que a referida holding suportará "inicialmente" 50% dos custos inerentes.

Esta proposta que refere igualmente a transmissão de "dois blocos informativos diários" emitidos pelo canal generalista nacional, que visa "alargar a programação a temas de interesse regional e que, mirificamente, promoverá a **"divulgação dos valores característicos da diversidade cultural regional e da difusão da informação de âmbito regional, no quadro da unidade política, cultural e linguística do País"**, revela-se oca de propósitos, parca de intenções e omissa de compromissos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Ou seja, pode, pela sua ambiguidade, significar muito mas pode, igualmente, não significar absolutamente nada.

Porque não se define, com clareza, qual o papel do Estado, sublinho, do Estado, e não de uma holding a criar, no financiamento do serviço público de televisão nos Açores.

Porque não clarifica a forma e os momentos em que a comparticipação de 50% da referida holding se irá reduzir, ficando-se pela piedosa intenção de o fazer "**no decurso da concretização do modelo societário, com tradução no quadro accionista**". Fim de citação.

Porque pretende transferir obrigações que são do Estado para a responsabilidade dos governos regionais, fazendo orelhas moucas às recomendações do tão propagado "Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Serviço Público de Televisão", quando o mesmo refere, na sua página 10, constituir obrigações do Serviço Público de Televisão "**ter emissões próprias nas Regiões Autónomas, especialmente vocacionadas para o serviço dessas Regiões e em condições que assegurem a sua independência face aos órgãos de poder regionais**". Fim de citação.

Não se trata, na perspectiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de rejeitar liminarmente a proposta apresentada pelo Governo da República.

Tão pouco entendemos que a participação da tão propagada "Sociedade Civil" possa ser, per si, maléfica ou indesejável. Muito menos consideramos que, face a actual conjuntura, o Governo Regional não seja parte activa no processo.

Trata-se tão somente de deixar bem claro que o serviço público de televisão, pela sua própria natureza, exige a disponibilização de meios e de recursos que permitam cumprir com as suas obrigações, dentro dos princípios gerais da universalidade e da gratuidade, e que o Governo da República não se pode demitir dessa função.

Aliás, não deixa de ser curioso lembrar algumas palavras proferidas algures em Lisboa, no passado dia 17 de Dezembro do ano findo. Cito: "**o serviço público é uma necessidade que a comunidade reconhece e que ao Estado cabe assegurar**". O autor de tão eloquentes palavras foi o Senhor Ministro Morais Sarmiento que, na mesma ocasião, voltou igualmente a referir que, no caso das Regiões Autónomas, seriam criadas as famigeradas empresas regionais.

Ou seja, para o Senhor Ministro, o princípio da universalidade, a defesa do pluralismo, a divulgação da criação artística, e a defesa da "identidade nacional" são desideratos a garantir pelo canal generalista nacional de serviço público.

Para os Açores e Madeira, se quiserem o mesmo, façam favor de pagar. Peculiar e estranho sentido de solidariedade nacional que o Senhor Ministro revela...!

Tão peculiar e estranha como a aquisição, feita pela RTP, da totalidade do capital social da NTV, para o transformar no canal de "todas as regiões", numa altura de tão acaloradas restrições orçamentais, e que mereceu, por parte do Presidente da Câmara Municipal de Gaia, o seguinte comentário: **"Isto é transformar a NTV num canal chato, sem pessoas para olhar para ele e economicamente inviável"**. Fim de citação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais, este Governo Regional revela determinação e empenhamento na defesa dos interesses dos Açores.

Determinação, porque assumiu, desde a primeira hora, a manutenção da RTP-Açores, como canal generalista regional.

Determinação, porque assumiu, desde o primeiro momento, a necessidade de se acautelarem os interesses e os direitos dos trabalhadores da RTP-Açores.

Empenhamento, porque, independentemente de futuras participações no capital da nova empresa, tem vindo a apoiar, de forma sistemática, a RTP-Açores, nomeadamente através da oferta de diversos equipamentos e do financiamento a produção de Séries e Programas.

Empenhamento, porque assumiu uma postura de diálogo, de concertação e de entendimento, quer na Região, quer nos contactos com o Governo da República, na busca das melhores soluções, ciente que está que a RTP-Açores presta um serviço de coesão regional, de informação e de proximidade que nunca é demais realçar.

O recém-criado Grupo de Trabalho tripartido entre o Governo da República e os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, que vem dar razão as preocupações atempadamente manifestadas pelo Presidente do Governo Regional e pelo Partido Socialista dos Açores, poderá ser um primeiro passo para garantir a continuidade da prestação de serviço público de televisão na Região, uma vez que o seu objectivo e o de clarificar os conceitos em análise, bem como a forma de os operacionalizar.

Resta-nos agora perceber quais são, afinal, as reais intenções do Governo da República.

Se a de colaborar, de forma efectiva, no processo de autonomização da RTP-Açores, continuando a garantir parte substancial do seu financiamento, como é sua obrigação ou, pelo contrário, ter a perspectiva de que os cortes orçamentais são o interesse supremo ao qual devem ser sacrificados todos os outros.

Fruto da intervenção do Presidente do Governo Regional os sinais, neste momento, permitem-nos ter alguma confiança de que os interesses dos Açores serão devidamente salvaguardados

Assim o futuro reafirme estas expectativas...

Disse.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Continua aberto o debate.

Tem a palavra o Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As novas opções para o audiovisual, decorrentes do Programa do Governo da República e por este aprovadas há pouco tempo, convocam, de facto, as autonomias para uma intervenção decisiva também neste domínio, como, aliás, tivemos ocasião de referir aqui há exactamente um mês neste Parlamento, aquando duma discussão em torno de uma iniciativa duma proposta do PSD para a criação duma Comissão Eventual que se debruçasse exactamente sobre estas matérias. Já nessa altura, sem qualquer seguidismo relativamente à proposta do Governo da República, mas também sem a passividade que o Partido Socialista na altura aqui evidenciou sobre esta matéria.

Deputado Renato Leal (PS): Não apoiado!

O Orador: Para nós a questão é muito simples: a autonomização para nós é bem-vinda como princípio geral, porque, Sr. Deputado José Decq Mota, o princípio é

antigo. Já um dos paladinos da autonomia, no caso Gil Montalverne Sequeira, dizia que: “o que aqui se decidisse, certamente seria melhor decidido do que pelo Governo de Lisboa que dista a 900 milhas”. Citei de cor.

Não entendo que os açorianos, dispendo dum serviço público de saúde ou de educação, tenham ficado minorizados ou prejudicados no benefício desse mesmo serviço público.

Este é, de facto, um tempo de mudança, uma oportunidade para mudar para melhor.

As novas opções para o audiovisual apontam, já o dissemos, princípios genéricos, é preciso dar-lhe conteúdo e essa é, de facto, uma tarefa que cabe a todos nós, que cabe também ao Parlamento Regional.

Do nosso ponto de vista levantam-se essencialmente três questões:

Em primeiro lugar, as condições a assegurar neste processo de negociação que está a ser desenvolvido pelo Governo Regional.

Em segundo lugar, a definição de um modelo de serviço público de televisão nos Açores.

Em terceiro lugar, a tarefa que nestes domínios deve ficar reservada ao Parlamento.

Em relação às condições já o dissemos e repetimos: o estado não pode ficar de fora deste solução, depois não podem ser questionados quaisquer direitos dos trabalhadores da RTP e a contratualização, como operador nacional, de modo a assegurar, designadamente a permuta de programas de informação e de produção, a assistência técnica, a formação contínua e a compatibilidade dos sistemas de edição e emissão, nomeadamente na transição para a plataforma digital.

Relativamente à questão do modelo de serviço público de televisão dos Açores, do nosso ponto de vista, levantam-se aqui vários itens que precisam de ser reflectidos, preenchidos e definidos, a saber:

- Que conteúdo deve ter o serviço público de televisão dos Açores?
- Que obrigações lhe devemos exigir?
- Quais as modalidades contratuais de execução?
- Quais as fontes de financiamento?
- Qual é o custo socialmente suportável pela Região no financiamento desta actividade?

Creio que neste item não será descabido, designadamente questionar qualquer coisa como a criação de uma taxa de televisão ou, por outro lado, fazer uma reversão da actual taxa de radiodifusão para o financiamento global da actividade de televisão e de rádio.

Finalmente, que tarefas ficam reservadas para o Parlamento? Do nosso ponto de vista, são tarefas de complementaridade, do trabalho e responsabilidade que neste momento tem o Governo Regional neste processo negocial, chamemos-lhe assim, com o Governo da República.

Que tarefas para o Parlamento? A tarefa de definir e aprovar o conteúdo do serviço público de televisão, respectivas obrigações e modalidades contratuais.

Depois preparar-se também o Parlamento para exercer a sua vocação de controlo parlamentar sobre a realização desse mesmo serviço público de televisão.

Ainda bem que os Açores passam a dispor de mais este poder de decidir sobre a sua televisão.

A autonomia fica a ganhar.

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos nós, mais uma vez, respondemos aqui, como nos últimos tempos e como nos próximos, quantas vezes forem necessárias, a este debate que nos é lançado, sem urgência, pelo Governo da República.

Os açorianos continuam a esperar agora, daqueles que representam o povo das nossas ilhas, essa resposta ao desafio que nos é feito pelo Governo da República sobre o que pretendemos da nossa televisão e que queremos nós, açorianos, da RTP-Açores.

Infelizmente é um debate que o Governo Regional dos Açores nunca teve a coragem de iniciar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não apoiado!

O Orador: Infelizmente é um tema que nos fez sempre ignorar aquilo que desde a abertura a outros canais tem sido a realidade.

Infelizmente é um debate que não tivemos a capacidade de gerar a partir da Região.

Todos sabemos que, infelizmente, não temos conseguido dar à nossa televisão o espaço de muita da sua qualidade que merece por direito próprio.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP quer aqui reafirmar a sua convicção de que, quer a RTP-Açores, quer a RDP-Açores são essenciais e imprescindíveis à autonomia.

Durante todos estes anos foi a RTP-Açores o principal veículo de conhecimento mútuo entre todos os açorianos.

Num tempo como o nosso em que a informação e a vivência das famílias são feitas ao ritmo dos média, já faz parte integrante da própria autonomia, quer a nossa rádio, quer a nossa televisão.

Tal como a RDP, a RTP-Açores quebrou séculos de desconhecimento entre cada açoriano e aqueles que mesmo ao lado, embora separados pelo mar, vivem essa mesma açorianidade.

Foi e continua a ser a RTP-Açores a janela que em cada casa corta distância e junta num só conjunto as vivências das nove ilhas dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Aquilo que importa também aqui dizer é que, de facto, o Estado que, através do seu Governo da República, teve a coragem de iniciar este debate, tem também, e temos todos de o afirmar, a obrigação de manter a sua corresponsabilidade e a sua participação de forma bastante vincada, a sua participação financeira naquele que é o processo e o financiamento da própria televisão.

Aquilo que importa aqui ser assumido por todos é que, com toda a clareza, aquilo que é o serviço público de televisão seja feito de uma forma inequívoca, seja ele nacional, seja regional e a nossa nação é isso mesmo, é o Estado as duas Regiões.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Portanto, é com este registo de total apoio a essa preocupação que gostaríamos de aqui manifestar que também tem de haver alguma serenidade naquilo que são preocupações, perdoem-me a expressão, descabidas e acusações que são ao contrário da realidade.

Não faz sentido nenhum aqui falar em governos centralistas,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tenha calma!

O Orador: ... quando aquilo que se trata é de mais uma conquista para a nossa autonomia.

Deputado Renato Leal (PS): Mas caríssima.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Pagando!

O Orador: Aliás, a possibilidade dos açorianos terem nas suas mãos o poder de gerir a própria televisão, não só resulta daqueles que foram os programas eleitorais legitimamente votados, como são uma boa medida e fazem sentido.

Deputado José San-Bento (PS): É da hora.

O Orador: Não é da hora, é dos votos. Aliás, 54% dos açorianos não são centralistas.

Deputado Artur Lima (PP): *Muito bem!*

O Orador: Com certeza será difícil percebermos que 1,4% dos açorianos entendam que são os únicos que são autonomistas. Há milhares e milhares de açorianos que acreditam que é com este espírito e com esta coragem que a nossa televisão e nossa rádio podem melhorar.

Foi por perceber isso mesmo que Sr. Presidente do Governo Regional alinhou por essa bitola...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Qual ?

O Orador: ... e, como muito bem tem dito, concorda com o processo de regionalização da televisão. Conforme o disse em sede da Comissão de Assuntos Parlamentares, não só resulta dos programas, como faz sentido.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é mentira.

O Orador: O senhor tem de aprender a decorar aquilo que o chefe diz.

(Risos da Câmara)

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Renato Leal (PS): Aqui não é assim.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor tem de compreender que aqui não é assim.

O Orador: Por isso é que estão a ir por aí abaixo.

Deputado Renato Leal (PS): Por isso é que temos 30 e o senhor 2.

O Orador: Não se zangue Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não tenho direito a fazer considerandos, mas posso pegar em números e ao lado dos 54% pôr também, não os 1.4% que já falei, mas os 40 e poucos por onde já vamos, mas é sobre esta matéria que nos vamos debruçar.

Aquilo que é importante salientar é a postura pela qual o Sr. Presidente do Governo resolveu optar, mas é preciso que isso seja também coerente com o que resta da nova maioria ou da nova autonomia, porque ainda anteontem dizia e bem o Sr. Presidente do Governo: “... o que importa agora é consolidar o projecto, acautelando o serviço público de televisão e preservando a sua independência”.

Portanto, quem diz isto é próprio de quem acredita no que está a ser feito e não só deve ser feito, como deve ser consolidado, com as preocupações financeiras que nós também temos.

O que convém também aqui dizer que o que não vale é falar a duas vozes. Com certeza apreciamos esse bom espírito, mas não pode o Sr. Presidente continuar a fazer o papel do cordeiro e o Cordeiro a fazer o papel do desordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Uma das obras de misericórdia é fazer bem ao nosso próximo!

Deputado Renato Leal (PS): O senhor não tem faltado à catequese.

O Orador: Convém que definam qual é, de facto, a vossa opção: se concordam ou não com aquilo que nos é proposto.

É com este espírito e é com esta alegria de quem sabe que tem na República um Governo que está a reformar aquilo que todos fomos deixando andar.

É com a mesma alegria com que no início desta semana aprovámos um voto de louvor por uma medida concreta que já entrou em vigor, é com esse espírito que devemos estar todos empenhados na construção da RTP e da RDP, não como “Velhos do Restelo” com medo do futuro, mas sim com essa coragem, com essa garra, com essa determinação, sem medos e sem receios. Não é preciso estar no estado de resignação e pedir lá aos rapazes para fazerem barulho por trás. Vamos todos juntos...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Avante, camarada avante!

O Orador: ... apoiar e acreditar, porque a nossa televisão e a nossa rádio bem merecem e aí, sim, fazer o debate daquilo que queremos.

Sr. Deputado, eu não vou ficar ofendido com a denominação de me chamar “camarada”. Quando eu o chamo de homem de esquerda, fica arrepiado, agora chamar-me a mim de camarada, acho que isso...

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Gusmão, quero adverti-lo que utilizou todo o seu tempo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não faz mal, porque ele a partir da meia noite não funciona.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (**PCP**): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:**

Eu estava a apresentar a minha intervenção e fiquei com a sensação que estava a ser ouvido com muita atenção, o que nem sempre acontece. Se estava a ser ouvido com atenção, com certeza que se percebe que eu disse algumas coisas que se vieram a verificar imediatamente a seguir de forma absolutamente clara.

A tendência do Sr. Deputado Joaquim Machado de tornar a questão central no problema da autonomização com aquele raciocínio, e também repetido pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão, de que se se trata de autonomização, nós somos autonomistas, então é bom, sem ponderar mais nada em relação a tudo o que está ligado ao problema.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não ouviu nada do que eu disse.

O Orador: Eu pergunto ao Sr. Deputado Joaquim Machado se está ou não completamente de acordo de que o serviço público de televisão na Região Autónoma dos Açores deve ter duas vertentes, o direito de usufruirmos do nacional e o direito de termos o regional com estações de serviço público?

Também pergunto ao Sr. Deputado Joaquim Machado, em consonância com isto, se acha que o canal regional deve ser um canal regional generalista com obrigações de serviço público ou se deve ser um canal de serviço público?

Portanto, é nestas questões que nós nos temos de definir. Não podemos brincar com as palavras e temos que dizer o que é que realmente queremos e temos que saber dizer o que é que propomos.

O Sr. Deputado Joaquim Machado conhece muito bem esta realidade, porque já exerceu funções políticas muito ligadas a esta questão e sabe exactamente o peso das palavras, o peso das omissões, o peso do que lá está e do que lá não está e, portanto, tem obrigações de ser absolutamente claro.

O Sr. Deputado tendo habitualmente alguma tendência para usar no seu discurso político uma certa demagogia organizada, ...

(Risos da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que horror!

O Orador: ... também lhe reconhecemos alguma fidelidade a alguns princípios, tem de explicar o que é que quer para o futuro do operador regional de televisão pública, se é um canal público, ou um canal generalista, gerido como uma empresa, com algumas obrigações de serviço público? Isto são coisas completamente distintas.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão misturou a televisão com dados eleitorais, misturou a televisão com a vontade que tem de fazer uma coligação regional com o PSD. Nós já estamos próximo. Foi aplaudido pelo Sr. Deputado Bento Barcelos, um dos defensores da coligação.

O Sr. Deputado desviou-se claramente do assunto e procurou desvalorizar tudo o que preventiva e convictamente, numa acção política de muitos anos, muitos deputados aqui presentes, não só desta bancada, mas de todas as bancadas, têm desenvolvido a este respeito.

O Sr. Deputado fará o que entender, pode falar do 1,4% trinta vezes, mas não consegue que eu me cale uma única vez. Falarei sempre o que for necessário e tiver direito institucional de o fazer, para defender as convicções que tenho.

O senhor não atire muitos “foguetes” para o ar com os 54%, porque com esta política altamente centralista que muitas vezes é quase separatista e que o senhor está a

defender de peito feito, os tais 54% vão desaparecer, com toda a certeza, muito rapidamente.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Olhe que não! Olhe que não!

O Orador: O problema que temos aqui é, de facto, um problema sério.

Este debate que não era desejado pela bancada do PP, como ficou absolutamente demonstrado e não era desejado, em termos abertos, pela bancada do PSD, que antes pretendia uma comissão eventual para que não houvesse um debate dentro da tradição política de debate desta matéria, que é própria desta Assembleia.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é desonestidade.

O Orador: Não é nenhuma falta de honestidade, Sr. Deputado Joaquim Machado.

Tanto não era vossa intenção que o vosso Presidente do Grupo Parlamentar está ali calado. O senhor sabe que estão a fomentar este debate.

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Portanto, das duas uma, ou é preciso debater, e os senhores assumem as suas responsabilidades pela forma como interpretam o documento, como interpretam as intenções, como interpretam as novas evoluções que foram desenvolvidas recentemente, e vamo-nos entender, ou então terei que concluir que estão a minorizar o debate e estão a transformar, em agente do PSD para esta matéria, apenas o Sr. Deputado Joaquim Machado que, com todo o respeito, consideração e amizade, já deixou de ser subsecretário há tempos.

Queria ainda dizer que a intervenção do Sr. Deputado Francisco Barros e mesmo a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, deixaram pontos para reflexão e pontos para debate. É importante que eles sejam aprofundados.

Seria importante que, dentro do tempo disponível, soubéssemos o que efectivamente vai nas vossas cabeças, tão responsáveis e tão defensoras do Governo da República.

Ainda não sabemos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era só para também dar uma pequena achega.

Penso que a maioria de nós poderá estar de acordo com a intervenção que o Deputado Decq Mota fez, em termos de diagnóstico, da importância da rádio e da televisão e da importância de serviço público.

Parece-me que também ficou evidente da intervenção do Deputado Joaquim Machado e do Deputado Paulo Gusmão que não se pretende clarificar nada.

Fizeram, de facto, uma confusão entre a autonomia e a questão que estava em causa, porque a mim deixou-me muito confusa a ideia de que, se somos autonomistas, não vale a pena discutir nada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É precisamente ao contrário.

A Oradora: O senhor acabou por colocar questões tão genéricas que nunca percebi, de facto, qual era a posição que pretendia defender.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu é que não sei qual a posição do PS.

A Oradora: Comecei a tomar nota de algumas das coisas que disse e cheguei à conclusão que o senhor sobre isto não disse nada. Acabou sempre por pôr questões. Qual era a ideia?

Digo isto para já não falar na questão de que fomos autonomistas, no Montalverne Sequeira e no Século XIX, que penso que não adiantaram aqui absolutamente nada.

Por outro lado, também me confunde de que tudo o que vem de Lisboa está mal e que tudo aqui estará certo. Não sei o que pensarão os elementos do PSD a nível nacional dessas suas intervenções.

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Gusmão, e parece-me que já não poderá responder, penso que foi na mesma linha. Foram também questões tão genéricas sobre a autonomia e sobre centralismo, contestando essa ideia que, de facto, não clarificou absolutamente nada.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Um dia vamos fazer um resumo dessa sua intervenção.

A Oradora: São as dúvidas que os senhores, com as suas intervenções, nos suscitaram.

De qualquer das maneiras penso que há questões que valeria a pena esclarecer e que gostava de ouvir a vossa opinião sobre questões tão gerais que não vão apenas para o audiovisual.

O financiamento do que seja considerado actividade obrigatória do serviço público de televisão, para todos os regionais, será assegurado por mecanismos financeiros adequados.

É tudo tão adequado que não se consegue e é neste sentido que é importante – e não entendi a intervenção do Sr. Deputado Paulo Gusmão – que o Presidente do Governo Regional esteja aberto para entender e resolver estas questões a bem da televisão, a bem dos Açores e a bem da RTP-Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas quem é que contrariou isso?!

A Oradora: Talvez agora já o consiga ouvir.

Obrigada.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Gilberta Rocha:

Se uma evocação de Gil Montalverne Sequeira não adiantou nada, a intervenção de V. Exa. adiantou ainda menos.

Eu, de facto, já lancei questões e quero dar respostas e tanto quero dá-las que até sugeri, através do meu Grupo Parlamentar, a criação de uma comissão, exactamente para reflectir e dar conteúdo às respostas que necessariamente têm que ser dadas pelo Parlamento dos Açores e pelo Governo Regional dos Açores a estas matérias, que não estão fechadas e que não nos foram impostas pelo Governo da República.

Sr. Deputado José Decq Mota, porque há uma parte que é do fervor do debate parlamentar, eu vou descontar uma parte da sua intervenção.

Naquilo que foi essencial, substantivo e objectivo nas suas perguntas, devo dizer o seguinte: um canal nacional de serviço público nos Açores, sim; um canal regional generalista de serviço público nos Açores, sempre.

O Sr. Deputado está a confundir duas coisas, generalista é oposição a temático de serviço público. Tanto pode ser um como pode ser outro.

O PSD está disponível, designadamente para ajudar a definir essas questões que estão em aberto nas novas opções do audiovisual para Portugal. Esta é a função deste Parlamento.

Sr. Deputado, não ficou bem dizer que o PSD propôs uma comissão para inviabilizar o debate, antes, pelo contrário, é para prolongar o debate que nós aqui estamos fazendo e dar-lhe o conteúdo específico que ele necessita ter. É exactamente ao contrário.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota. Como é a sua terceira intervenção, vamos entrar nos períodos de três minutos.

Deputado José Decq Mota (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Uma vez que o Sr. estava a dar por terminado o debate e eu não ouvi nenhuma intervenção do Governo, eu ia anotar esse facto, mas uma vez que o Sr. Presidente do Governo vai intervir, é com muito gosto que o ouço.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Eu tomo a palavra com muito gosto, na medida em que o debate suscitado pelo Partido Comunista Português tem oportunidade e terá sempre oportunidade enquanto esta matéria não estiver fechada como, aliás, possivelmente nunca estará, porque exerci o mandato de deputado nesta Assembleia durante 16 anos e não tenho memória de em nenhum destes 16 anos que não se tenha discutido o serviço público de televisão nos Açores e foram inúmeras as Resoluções aprovadas por esta Assembleia a propósito da prestação de um serviço público e de outros aspectos envolventes da vida e da existência da televisão nos Açores.

Tive até oportunidade em vários desses debates participar muito activamente e, aliás, registo na minha história de deputado a única circunstância em que não votei com o meu Grupo Parlamentar, que não sirva de exemplo, foi uma Resolução também

envolvendo a televisão, em que tive a oportunidade de votar ao lado do então Governo Regional dos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E muito bem.

O Orador: Eu julgo que sim.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Paulo Gusmão)

O Orador: Eu sei que o senhor tem muita graça, mas penso que este assunto é sério e tratemo-lo como tratou até agora o PSD, o PCP e o PS.

Eu penso que nós, nestas circunstâncias, estamos a discutir este problema da televisão dos Açores, não porque esteja em causa a reestruturação do sector público audiovisual do Estado, mas porque essa reestruturação direccionou-se também no sentido de alterar a forma de prestação de serviço público nos Açores.

Ou seja, era possível reestruturar o sector público de comunicação social do Estado sem incluir nessa reestruturação uma mudança substancial, do ponto de vista jurídico e do ponto de vista de organização empresarial, da forma de prestação desse serviço na Região Autónoma.

Portanto, estamos aqui a discutir esta questão e nesta matéria devo ser claro e devo dar a razão a quem penso que tem razão.

O Governo da República não está a tratar de um processo de autonomização da RTP-Açores ou da RTP-Madeira. O Governo da República está a encetar um processo de regionalização da prestação do serviço público de televisão nos Açores e na Madeira, através da formação de sociedades que terão sede nas respectivas Regiões Autónomas.

Há aqui, como se viu, aliás, também bem tratado, creio eu, na intervenção do Sr. Deputado que suscitou este debate, uma diferença que é substancial, que é importante e que é sensível.

O que é que aconteceria se nós rejeitássemos esta proposta do Governo da República? Certamente que a solução não seria a da extinção do serviço público de televisão nos

Açores, porque essa é uma obrigação que o Estado tem e que decorre do enquadramento constitucional citado e ao qual o Estado não se poderia, em nenhuma circunstância, sob pena de omissão, furtar-se.

Mas, a verdade é que uma situação de abstenção da Região em relação a esta problemática poderia fazer reverter este processo para outras épocas que atravessaram, aliás, sucessivos Governos da República e sucessivas tendências, consoante os titulares que tutelaram estas áreas, de minimização da prestação deste serviço público ou da manifestação empresarial que ele tem na Região Autónoma dos Açores e da Madeira.

Nós, ao longo destas duas décadas, discutimos aqui muitas vezes vários perigos que assolaram a prestação deste serviço público, desde a fragilização dos seus recursos humanos, a fragilização dos seus recursos tecnológicos, a falta de recursos financeiros ou materiais, as sugestões de janelas e muitas outras que foram sempre trespassando o debate à volta desta matéria do serviço público de televisão.

E, em boa verdade, temos que atender ao seguinte:

De um ponto de vista meramente constitucional, e não dum ponto de vista político, e de observância do interesse regional ter uma janela, por exemplo, no Canal 1, não é inconstitucional. É uma opção e é legal.

Ter um serviço regionalizado em que o estado assumira responsabilidades de financiamento, também é constitucional e abundam pareceres sobre essa matéria, tratados muito antes sequer de se equacionarem soluções desta maneira, quer no caso de quando se falou da Portugal Global, quer no âmbito do suscitado por este actual Governo da República.

Portanto, o que nós temos que fazer, como tenho dito, é discutirmos estas matérias com a maior abertura, procurando preservar aquilo que, do nosso ponto de vista, deve ser importante e é essencial para a Região Autónoma dos Açores.

Eu não me repetirei, porque acho desnecessário fazê-lo, sobre matérias que são do senso comum e que todos temos dito já imensas vezes, e voltaremos certamente a dizer muitas mais, de que a RTP faz parte do núcleo institucional da nossa autonomia,

da sua importância como meio de comunicação entre os açorianos e de valorização da identidade regional e tudo o mais, porque faz parte do nosso dia a dia.

Deter-me-ei apenas, nestas circunstâncias, em registar aquilo que do meu ponto de vista tem resultado das audições a que o Governo procedeu e que foram muitas, quer aquelas que foram públicas, quer aquelas que foram reservadas, quer incluindo os partidos políticos, os parceiros sociais e económicos, representantes de sectores de opinião, de personalidades idóneas que têm reflectido sobre estas matérias, etc., etc., quer também aquilo que me pareceu trespassar o essencial de algumas preocupações expressas neste debate e registar também um conjunto de princípios, o primeiro o da necessidade da manutenção da RTP-Açores, porventura com futura designação de “Canal Açores”, como canal generalista regional de serviço público, como unidade de programação, vocacionada para a valorização e a comunicação regionais.

Em segundo lugar, admitimos que este modelo possa ter diversas configurações societárias, porque é possível ter esse desiderato e ter essa função através de múltiplas formas, dependendo dos estatutos dessa sociedade, das responsabilidades, da sua estrutura accionista e dum conjunto de questões que envolvem a sua formação.

Não nos opomos, de princípio, à constituição de uma sociedade comercial, com sede nos Açores, com uma estrutura accionista, pelo menos, inicial e exclusivamente pública e que seja gestora desse canal de prestação de serviço público na Região Autónoma dos Açores, porque, repare-se, a estrutura accionista é relevante, do ponto de vista das deliberações da sociedade, mas a estrutura accionista pode não ser relevante, do ponto de vista do financiamento do serviço, do financiamento da própria sociedade.

Portanto, também não é obrigatório, porque podem-se, por exemplo, diferenciar as categorias dos accionistas nessa matéria, que os accionistas maioritários tenham poderes isolados de interferir nas decisões dessa sociedade, podendo-se exigir, para determinado tipo de decisões, que apenas os titulares de certas categorias de acções possam decidir sobre elas por acordo e não é fundamental saber quem é o maior ou o menor accionista, desde que o estatuto dessa sociedade salvguarde que as entidades regionais, porque se trata de um canal regional, tenham poder de decisão ou que delas

dependem decisões que interessem manifestamente à Região, à empresa e à prestação do serviço da empresa em causa.

Também interessa ter como princípio de que a existência de um canal regional de serviço público deve ter uma relação com o Estado, no mínimo semelhante àquela que a RTP-SBT, gestora de um canal nacional de serviço público terá com o Estado.

Se há um contrato de concessão de serviço público, por consequência de financiamento desse canal, assumido pelo Estado, pois, naturalmente, deve existir um contrato semelhante, assumido pelo Estado, em relação aos canais regionais, ou seja, um contrato para a dos Açores e um contrato para a da Madeira, necessariamente diferentes, porque se tratam de regiões efectivamente diferentes, onde os próprios custos duma empresa de televisão, naturalmente, também serão diferenciados.

É verdade que eu penso que o Estado, e não apenas a holding ou algumas das suas empresas, deve participar na empresa também como accionista, além de como contratante do serviço público, porque tem que haver na estrutura accionista uma certa similitude institucional.

Poderíamos enveredar, por exemplo, na organização deste sociedade, por um mecanismo diferente, e ainda há dias conversei com o Sr. Presidente do Governo da Madeira, que pode ser uma opção fazer um instituto de comunicação social, uma entidade autónoma que pudesse, de certa forma, representar indirectamente o Governo na estrutura societária, para fazer equivaler, em termos de qualificação accionista, o accionista regional ao accionista nacional. É uma solução para esta matéria, creio eu, desnecessariamente mais complexa e que exigiria a constituição de serviços que são, a meu ver, dispensáveis na Região Autónoma dos Açores.

A Região Autónoma dos Açores pode participar numa estrutura deste tipo, mas deve participar num mínimo necessário a assegurar a sua presença, porque não somos uma Região, como é sabido, com vastos recursos financeiros, temos um conjunto de prioridades que, por todos os quadrantes políticos, são reconhecidamente mais importantes do que sermos accionistas de uma empresa de televisão.

No entanto, devemos fazer o que deve ser feito para que a televisão continue nos Açores a assumir a forma de canal autónomo.

Eu devo dizer, com total franqueza, que para haver um bom serviço público de televisão nos Açores não era preciso mudar uma única vírgula à legislação que envolve a prestação do serviço público regional, só bastava cumprir a legislação que enquadra o serviço público regional,...

Deputado José Decq Mota (PCP): Apoiado.

O Orador: ... porque a RTP, do ponto de vista informativo, do ponto de vista de programação, de conteúdos, de produção, tem a sua autonomia. Curiosamente não tem autonomia é para autorizar, por exemplo, uma deslocação de um operador que trabalha no Faial e que tem que tomar a lancha para ir até ao Pico...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há alguns anos que é assim.

O Orador: ... e ter-se-á que aguardar que o administrador opine e sancione essa matéria. Eu também gabo o tempo que é dedicado a isso por parte de administradores. Deve ser algo de extraordinário. Como é que um administrador tem tempo para uma coisa dessas?!

Por exemplo os nossos amigos que a esta hora estarão aqui a trabalhar e a cobrir este debate, eu calculo que durante o dia deve ter havido uma intensa negociação, entre o Director da RTP nos Açores e a Administração da RTP em Lisboa para ser possível pagar-lhes as horas extraordinárias que estão aqui a ter.

De facto, estes são aspectos que não fazem sentido, mas não fazem sentido não é por causa da lei, não fazem sentido é pela ausência total de bom senso de sentido de administração de uma empresa, porque em qualquer parte do mundo quando se quer fazer restrições, impõem-se determinados plafonds e só a partir dos quais eventualmente se submete a autorizações casuísticas.

Portanto, estamos em presença de uma gestão ultimamente mais acentuada, embora já tivesse fases anteriores semelhantes, que é, no mínimo, peculiar e muito pouco autonomista. Esta é que é a verdade.

Portanto, nós temos que ter consciência que o novo Governo da República olhou para a RTP e para a RDP e pensou – confesso que também pensaria: isto dá um prejuízo enorme e é preciso fazer qualquer coisa.

Está em perspectiva um conjunto de reformas que visam essencialmente aliviar no Orçamento de Estado todos os encargos relativos à televisão portuguesa, mas depois lembrou-se de mais um pormenor: ainda vamos poupar mais um pouco se procedermos à regionalização dos Açores e da Madeira. **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Está a ver Sr. Deputado Vasco Cordeiro? Diga agora que não é verdade o que eu disse!

O Orador: Assim nasceu a grande ideia da autonomização dos canais regionais dos Açores e da Madeira.

Mas, como eu digo, trabalhamos sobre um projecto de regionalização. Eu chamo regionalização da RTP, mas não é autonomização da RTP, porque essa qualificação é perigosamente indutora da ideia de que estamos perante uma opção política de fundo que se destina a valorizar as autonomias regionais e a valorizar os Açores e a Madeira.

Sejamos muito claros: o que eu penso da ideia que o Governo da República tem é que, em primeiro lugar, esteve em causa a regionalização dum despesa e, em segundo lugar, eventualmente alguns estímulos de outros meios institucionais que vejam efectivamente o controlo da RTP.

São estes aspectos que envolvem um pouco, no plano político, se quisermos levar para aí essas matérias, mas eu retenho como importante aquilo que devemos fazer no quadro de uma reforma que estará em curso e para a qual devemos ter posições de referência, debatidas aqui no Parlamento. Eu próprio já disse que todos os meses consultaria o Parlamento sobre esta matéria, mas o Sr. Deputado do Partido Comunista, em Fevereiro, fez-me o favor de apresentar segunda diligência.

Hoje não tenho muito mais a dizer aos Srs. Deputados do que disse a última vez, porque no encontro que tive com o Sr. Ministro da Presidência, sobre a televisão, apenas se passaram duas coisas:

Em primeiro lugar, foi eu dizer ao Sr. Ministro da Presidência que me parecia matéria absolutamente consensual, na Região Autónoma, que o Estado e o Governo da República deveriam assumir responsabilidades dominantes num contrato de concessão de serviço público com o canal regional e, por isso, no financiamento do serviço público de televisão na Região Autónoma dos Açores, matéria que me pareceu que o Sr. Ministro da Presidência não desconsiderou.

Em segundo lugar, o que também resultou dos poucos momentos em que discutimos especificamente televisão neste encontro, foi a formação de um grupo de trabalho que terá que reflectir sobre múltipla legislação, com a presença de representantes, quer da Região Autónoma dos Açores, quer da Região Autónoma da Madeira, ou seja, dos respectivos Governos Regionais.

Nós aguardamos o início dos trabalhos desse grupo de trabalho e da nossa parte comunicaremos sempre à Assembleia, quer o que nos for proposto, quer aquilo que formos propor ou que tencionarmos propor.

Também gostava de dizer que, e só me posso repetir nestas circunstâncias, o Governo Regional entende que a situação dos trabalhadores da RTP, numa alteração da empresa, devem ter a sua situação suficientemente protegida e considerada e que o Governo Regional vai participar em todos os ambientes de trabalho que envolverem este estudo que está em curso, em relação ao serviço público de televisão.

Recordo que vai ser necessário rever a lei da televisão, rever a lei atinente à televisão e à rádio nas Regiões Autónomas, a Lei 31/96, alterar os estatutos da RTP, que foram aprovados em 1992, rever o último contrato de concessão de serviço público da RTP, que também foi aprovado em 1996, alterar a legislação de constituição da sociedade para a prestação de serviço público regional, o contrato de concessão de serviço público a celebrar entre o Estado, a RTP-SPT, a Madeira e os Açores e também definir uma figura nova no ordenamento jurídico, que é a de serviço público regional, que é uma figura inexistente do ponto de vista da caracterização jurídica do serviço público.

Sobre esta matéria devo dizer que, porque assim se vai passar, isto vai ser definido na nova lei da televisão, em que se definirá o serviço público nacional e naturalmente que se poderá, ou nessa lei ou remeter para a lei de serviço público a caracterização minuciosa do serviço público nas Regiões Autónomas. Evidentemente que essa caracterização será o que é serviço público em geral e que estará no nacional e aquilo que adicionalmente ou especificamente é traduzido para a prestação desse serviço nas Regiões Autónomas.

Digamos que se o serviço público nacional disser em determinada norma que deve cobrir todo o território nacional, naturalmente que o serviço público regional dirá que deve servir, no plano da informação, com qualidade as diversas ilhas dos Açores.

Portanto, este será um trabalho que será feito, para o qual o Governo Regional está capacitado, possui ideias concretas sobre esta matéria e não deixará de as colocar na devida altura, pelo modo mais expedito, à Assembleia Legislativa Regional.

Gostava de dizer também que é necessário assegurar certas questões que são marginais, mas que são importantes na caracterização deste serviço e que têm a ver, naturalmente, com a difusão de programas, com a questão dos arquivos, que agora se coloca, que do meu ponto de vista, devo confessar, não têm a gravidade anunciada. É constituído um arquivo central que, aliás, nem será na RTP, será num instituto à parte, deterá os arquivos do audiovisual do País.

O que é fundamental é que esteja assegurado, e tenho a informação de que está, a existência das cópias desses arquivos na RTP-Açores, ou se tal se afigurar duvidoso, o próprio Governo Regional também poderá e deverá abrir um arquivo de audiovisual na Região e tem, de resto, direitos sobre esta matéria, que estão estudados e que os fará valer, se for necessário. A verdade é que entre uma cópia e um original há, como é evidente, grandes diferenças para muitas coisas, mas do ponto de vista do arquivo, devo confessar, que a cópia às vezes é muito melhor do que o original, porque os arquivos que lá existem ainda estão em fita de cinema e noutro modelos.

Para terminar, gostava de voltar a salientar que na primeira semana de Abril estima-se que o grupo de trabalho possa ter algumas orientações em relação a um conjunto de

legislação nacional enquadradora. Será só um grupo de trabalho que poderá trabalhar separadamente alguns temas, como são os da regionalização.

Não faço comentários aqui sobre o que está dito nas novas opções para o audiovisual, porque já os fiz.

Sobre os discurso do Sr. Ministro da Presidência também já fiz os meus comentários.

O que me parece absolutamente indiscutível, não obstante alguma agitação neste debate, que, para ser franco, não compreendi muito bem, é que há um consenso mútuo sobre esta matéria. Confesso que tentei perceber onde é que não havia o consenso, porque todos se irritaram com todos, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tem que dizer isso é à bancada do Partido Socialista.

O Orador: ... mas pareceu-me que não havia, no fundamental, uma grande diferença sobre o que nós pensamos aqui nos Açores. Evidentemente que se fizermos interpretações sobre o que outros fora dos Açores pensam destes assuntos, vamos, com certeza, divergir, mas o que me parece relevante, e é para isso que estamos aqui, é perceber até que ponto é que temos consenso sobre estas matérias.

Não quero dizer, longe disso, que este debate não tenha sido útil e não tenha sido interessante, mas a verdade é que ele veio apenas confirmar aquilo que tem sido dito por todos, de modo isolado, é certo, mas agora congregado.

Devo dizer já, para evitar algumas questões, que entre aquilo que disse o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e aquilo que eu disse, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vem aí uma grande justiça.

O Orador: ... obviamente não há diferença nenhuma, nem eu admito que isso seja aqui invocado, porque é uma matéria que está discutida no âmbito do partido que suporta o Governo e para a qual existe um consenso absoluto.

Presidente: Sr. Presidente, o seu tempo está mesmo no limite.

O Orador: Portanto, Srs. Deputados, é aquilo que me ocorre dizer. Não me pronunciei, evidentemente, sobre algumas suspeições que foram avançadas. Sobre a

matéria é verdade que tenho alguma prudência, mas penso que disse o essencial para ser compreendido por todos os Srs. Deputados e pelos diversos Grupos Parlamentares. Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para deixar aqui algumas notas que, de resto, já foram manifestadas pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

A primeira delas é para esclarecer o Sr. Deputado José Decq Mota que não é preciso o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, ou o Presidente do Partido, que é Deputado, intervir para valorizar o debate.

Qualquer deputado desta bancada emite opiniões, que sendo uma opinião pessoal é também, sobretudo em debates desta natureza, a opinião do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Eu segundo lugar, também quero lembrar, e julgo que o Sr. Presidente do Governo já o reconheceu, que o Governo da República tem legitimidade para suscitar o debate sobre esta questão, uma vez que a possibilidade da autonomização da RTP-Açores constava do programa eleitoral do Partido Social Democrata no plano nacional e, naturalmente, subscrito no plano regional. O Governo da República, formado pelo PSD e pelo PP, governa Portugal, porque venceu as eleições.

Eu quero aqui, com toda a sinceridade, saudar a intervenção do Sr. Presidente do Governo, que me pareceu uma intervenção de alguém que está preocupado também em procurar consensos sobre esta matéria. Gostei do tom que utilizou, das preocupações que tem, um pouco na linha daquilo que, devemos reconhecê-lo e já

tem manifestado ao longo de vários anos, contrastou um pouco com o espírito com que o Partido Comunista colocou esta questão.

É oportuna, sem dúvida que sim, mas o PCP, pela voz do seu autorizado Presidente do Grupo Parlamentar, parece que encarou este debate como que uma cautela, não venha aí uma má notícia do sempre malfadado Governo da República. Não é essa a nossa posição.

A nossa posição é que aquilo que está em debate pode ser uma futura boa solução para a televisão dos Açores. Todas as possibilidades estão em aberto e quando se diz que alguns aspectos não estão esclarecidos, eu em vez de pensar que isto é um problema, acho que isso pode ser, justamente, uma virtude, porque devemos ser nós neste Parlamento, e não deixo de lamentar que não tenhamos feito essa reflexão também em comissão, o que não prescindia duma reflexão também em plenário, o Governo Regional dos Açores e a sociedade açoriana a dizermos aquilo que é preciso fazer, naquilo que o Governo da República ainda não definiu.

Acho preferível este modelo, sendo certo que, ao suscitar esta hipótese, está legitimada através das eleições, o Governo da República não tem uma má intenção em relação à RTP-Açores, mas sim uma boa intenção em relação a um futuro canal.

Se o Governo, se o Estado deve subtrair-se da participação financeira numa futura solução dum canal regional, o PSD já disse dezenas de vezes que não pode ser. O PSD já disse que o Estado deve continuar a ter uma obrigação nessa matéria. Sobre isto toda a gente está de acordo.

As modalidades de uma futura empresa, sob o ponto de visto dos seus accionistas, da sua participação financeira, de decisões futuras, devem ser pensadas e reflectidas num quadro sereno.

O Sr. Presidente do Governo levantou aqui várias hipóteses e, se calhar, muitas outras poderiam ser levantadas e o futuro servirá certamente para isso. Também me parece uma reflexão positiva.

Portanto, Sr. Deputado José Decq Mota, eu acho que vai continuar a haver serviço público nos Açores, que os trabalhadores terão os seus direitos garantidos na futura

empresa, que deve haver uma relação com a empresa-mãe, a RTP, para efeitos de formação profissional, de cooperação técnica e tecnológica. Eu faço lembrar que há na RTP gente a apresentar telejornais que não teve um segundo de formação profissional com este quadro actual e, portanto, muito há a melhorar.

Como também já foi aqui dito, é preciso pedir licença a administradores em Lisboa para fazer despesas que custam 2, 3, 4 ou 5 euros, obviamente que essa situação tem de ser ultrapassada.

Se, por um lado, num quadro de actuação imediata sobre aquilo que nós acharmos que está mal, e está mal, por exemplo, na falta de autonomia para decisões administrativas e financeiras que a RTP-Açores neste momento tem, devemos fazer isso com a maior atenção. Por outro lado, está na hora de reflectir com optimismo, porque julgo que isso é um estímulo, num futuro canal regional, sobre as soluções que nós açorianos, através do Parlamento, através do Governo Regional e da sociedade civil, entendemos corporizar no futuro por um canal regional.

Portanto, eu não tenho os receios que o Partido Comunista aqui levantou.

Acho que o tom que o Governo aqui trouxe a este debate, parece-me, sem dúvida e com toda a franqueza, muito positivo.

Acho que nós temos que encontrar a melhor solução e, talvez, no fim então “baptizá-la”, porque acho que isso é, porventura, o menos importante neste momento.

Se nós encontrarmos uma boa solução para um futuro canal de televisão nos Açores e se entendermos que isso é uma regionalização, uma autonomização ou outra coisa qualquer, pois, no fim, também teremos certamente o consenso para sabermos como “baptizá-la”.

Agora, também compreendo as preocupações financeiras do Governo nesta matéria. Quando o Governo da República olhou para a RTP e RDP e disse: “isto custa muito dinheiro, vamos reduzir custos”, eu compreendo que o Presidente do Governo Regional dos Açores olhe para o futuro canal regional e diga: eu quero que isso não me custe muito dinheiro, porque tenho outras prioridades.

Portanto, tanto acho legítimo que o Governo da República tenha essa preocupação, como acho legítimo que o Governo Regional também a tenha, agora não deve o Governo Regional ficar de fora, tenha essa empresa inicialmente apenas capitais públicos ou não. Aí a posição do PSD é mais aberta.

Inicialmente pode-se também ter a participação de entidades privadas, mas ninguém obriga uma entidade privada a pertencer a uma solução deste género, como é evidente, nem isso também nos parece dramático, porque se não tiver inicialmente, durante algum tempo ou durante muito tempo entidades privadas a participar na estrutura desta futura empresa, também não achamos que venha daí nenhum dramatismo.

Portanto, eu acho que se nós assegurarmos capacidade de diálogo e tivermos todos interessados em reflectir sobre esta matéria, este novo estímulo, este novo desafio que o Governo da República lançou para o futuro de um canal de televisão nos Açores, pode vir a ser uma boa notícia e melhorar até o serviço público nos Açores.

É com este optimismo, agradado pelo tom que genericamente foi dado a este debate e tendo a certeza que o Parlamento continuará a reflectir sobre a matéria, que o Grupo Parlamentar do PSD e o Partido Social Democrata participarão sempre, pela voz de qualquer um dos seus Deputados, nesta reflexão que é importantíssima para o futuro.

Se a televisão não é uma das principais prioridades, sob o ponto de vista da participação financeira do Governo Regional, para o PSD ela também não é uma das últimas preocupações que nós devemos ter, porque a RTP-Açores com um canal regional de televisão nos Açores, não havendo concorrência, nem sendo previsível nos próximos tempos coexistir outro canal qualquer privado, aqui, sim, tem que haver um serviço público. Ele é imprescindível e pode revelar como uma prioridade, certamente não alterando muitas outras prioridades económicas e sociais que, o Governo de hoje e outro qualquer governo amanhã, certamente terão.

O tom que o PSD dá a este debate e outros que certamente se seguirão, é de optimismo e estou certo que vamos encontrar uma boa solução para o futuro canal de televisão, inclusive com a participação do Partido Comunista Português, a quem desejo que, ao longo dos próximos tempos, venha a reduzir o seu pessimismo sobre

essa matéria e também participar, como já fez hoje, positivamente para encontrarmos todos as melhores soluções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É evidente que quando se reflecte sobre um problema, tem-se pontos de partida e o ponto de partida que nós temos para a reflexão deste problema é toda a sua carga histórica, é toda a evolução que ele teve e é a meados dos anos 90, depois do PSD a nível nacional ter saído do poder, que se dá a consagração legal numa determinada perspectiva, depois de uma evolução, que tendo sido muito lenta inicialmente, depois foi rápida.

O Sr. Presidente do Governo dizia há pouco que nos 16 anos que aqui esteve não se lembra de nenhum ano em que não se tenha discutido estas matérias. O senhor tem toda a razão, exactamente porque estas matérias estiveram sempre presentes num debate político regional e em profundidade.

É evidente que quando se está a analisar uma situação nova tem-se um ponto de partida e o ponto de partida é um período, na primeira metade dos anos 90, duma certa indefinição legal e um período, a partir de 96, duma definição legal precisa, vantajosa para a Região, que reconheceu na letra da lei, em 96 e em 98, um conjunto de direitos, nem todos satisfeitos até a este momento, absolutamente correspondentes com o sentido e princípios constitucionais.

Quando o ponto de partida é este, então anuncia-se novas opções. É legítimo que se mexa, mas quem está a analisar também tem legitimidade de analisar.

Portanto, se temos um bom quadro e se, naquilo que se conhece, os conceitos estão diluídos e principalmente as vertentes regional e nacional são tratadas, em termos de conceitos, com diferença substancial, obviamente que tem que haver cuidado, atenção e debate.

Aqui está o mérito deste debate, na medida em que, talvez esforçadamente ou não, o PSD acabou por colocar e esclarecer algumas questões importantes.

Também ficou absolutamente claro qual é o ponto de vista do partido que eu represento.

Ficou absolutamente claro qual o ponto de vista do Grupo Parlamentar do PS.

Ficou também claro qual é o procedimento que o Governo Regional adoptou no tratamento deste problema.

Este debate teve esta utilidade absolutamente grande.

Evidentemente que pensamos todos o mesmo.

O Sr. Presidente do Governo dizia que há um grande consenso. Haverá nas questões definidoras centrais, mas penso que temos ainda muito caminho a percorrer até percebermos exactamente alguns aspectos profundos e importantes relativamente às questões finais e à concretização, mas estamos aqui para isso e é neste sentido que, e disse-o ali várias vezes, não recusamos nenhum debate sobre esta matéria, não recusamos nenhum momento para aprofundamento desta matéria.

O Sr. Deputado Victor Cruz não tem que desejar que da próxima vez que falarmos disto eu esteja eventualmente menos desconfiado ou esteja mais macio. Da próxima vez que falarmos disto estarei convictamente a defender sempre com esta abertura, em relação às metodologias e às formas operativas, e com certeza que registou que essa ideia ficou clara na minha intervenção inicial, mas sempre agarrado a este princípio fundamental: o serviço público de audiovisual na Região Autónoma dos Açores para ser completo, tem que ter, como consagração legal adequada, duas vertentes, a nacional e a regional.

Esta preocupação estará sempre presente, porque há subtilezas de texto e de conceito, porque uma coisa é uma estação de serviço público, e foi afirmado repetidamente pelo Sr. Presidente do Governo, outra coisa é uma estação com obrigações de serviço público a definir posteriormente.

Portanto, são estes aspectos que nós temos que trabalhar, para não estarmos a dizer, usando palavras que nos são caras, que se está a avançar num sentido quando se pode estar noutra.

Esta preocupação estará sempre presente, este diagnóstico tinha que ser feito, estas alertas tinham que ser lançados e nós contribuimos para isso.

Os senhores levantaram muitas questões importantes e positivas, incluindo a bancada do Partido Socialista.

Ficamos a conhecer o que evoluiu em relação ao trabalho específico que o Governo tem neste processo.

Este debate teve razão de ser. O Grupo Parlamentar do Partido Comunista tem orgulho em tê-lo convocado.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, creio que podemos dar por encerrado este debate.

Eu chamava aqui à Mesa os Presidentes dos Grupos Parlamentares e a Sra. Secretária Regional Adjunta para fazermos um ponto da situação.

(Pausa)

A Conferência de Líderes deliberou retirar três pontos da ordem de trabalhos, os pontos 8, 9 e 10, e passá-los para a sessão plenária do mês de Março.

Assim sendo, passamos à **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 39/2002, de 25 de Fevereiro (designação dos órgãos de direcção técnica dos hospitais, composição dos**

respectivos conselhos técnicos e flexibilização da contratação de bens e serviços pelos hospitais”.

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*):

S. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O diploma que o Governo traz a esta Assembleia, aliás, na sequência do que tive oportunidade de dizer terça-feira, relativamente àquilo que já existe de essencial, quer no Continente, quer na Região Autónoma da Madeira, não é propriamente uma novidade, é, antes, pôr ou, de algum modo prático, uniformizar, nomeadamente ao nível dos directores clínicos e dos enfermeiros directores dos hospitais, a forma de designação já existente.

Mas, se é assim em termos práticos e em termos de realidade, também sabemos que a lei que ora se visa aplicar não é, nem podia ser, uma Lei Geral da República, desde logo por força da Lei de Bases da Saúde e por força do nosso Estatuto do Serviço Regional de Saúde. Isto é importante também para a percepção integral do diploma e da sua sistemática.

O que o Governo Regional propõe a esta Câmara é a aplicação voluntária de algumas normas referentes a algumas matérias, e apenas dessas, do diploma nacional, ou seja, é apenas a aplicação da forma de designação dos órgãos da direcção técnica dos hospitais, da composição dos respectivos conselhos técnicos e a flexibilização da contratação de bens e serviços. Nos dois últimos exemplos, sobretudo no último exemplo, ainda com algumas adaptações, reputamos de importantes.

As razões porque optamos por propor a esta Câmara a adopção duma forma diferente da que consta no Decreto-Lei nacional, da forma de designação dos directores clínicos e dos enfermeiros directores dos hospitais, tem a ver basicamente com as próprias razões que constam do próprio preâmbulo do Decreto-Lei 39/2002, ou seja, pensamos

que esta forma de designação reforça a ligação entre a tutela e os respectivos conselhos de gestão.

Isto vem significar de forma clara que esses órgãos executivos, os institutos públicos, que são as unidades de saúde hospitalares, são acima de tudo órgãos de gestão sujeitos a uma determinada tutela, mas que têm, necessariamente, na sua composição um médico, médico director clínico e um enfermeiro, enfermeiro director, aliás, com um determinado tipo de requisitos habilitacionais de carreira e até, nalguns casos, de experiência profissional ou de antiguidade na categoria.

É isso que pensamos que é importante, mas repare-se também que necessariamente há aqui outra vantagem, ou seja, essa nomeação estará sempre dependente da proposta do presidente desse órgão de gestão.

Portanto, assim consegue-se assegurar o que o sistema actual não assegura, que haja um bom entendimento, um bom relacionamento de trabalho pessoal, até de ideias e de filosofia de gestão, entre todos os membros desse órgão executivo que deve, por definição, ser um órgão coeso, um órgão com posições uniformes.

Relativamente aos conselhos técnicos, como órgãos consultivos, pensamos que, aí sim, é justo, é equilibrado e é razoável que os representantes desses dois corpos profissionais, dos médicos e dos enfermeiros, possam e devem ser cooptados ou eleitos entre os respectivos profissionais.

Relativamente à última questão que visamos aplicar na Região, a respeito da flexibilização da contratação de bens e serviços, gostaria de dizer que é mais clarificadora, mais feliz a proposta de alteração que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou nesta matéria.

A ideia do Governo sempre foi essa, mas o facto do artigo 1º. falar em aplicação e referir esta norma, atenta a forma e o princípio, regra que é consagrado no Decreto-Lei nº 39/2002 e, por outro lado, a redacção da nossa proposta no respectivo artigo 4º., poderia gerar algumas dúvidas.

O que se pretende é que, como regime regra, os hospitais continuem a usar, como institutos públicos que são, as formas e os procedimentos de contratação de bens e serviços da função pública, da gestão pública.

Permite-se, no entanto, a título excepcional, devidamente fundamentado e autorizado pela tutela, que possam recorrer à forma de contratação privada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Às 2,15 da manhã não é fácil entrar em grandes pormenores em relação a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Irei formular um conjunto de observações, de preocupações, que devem ser expressas e de questões, mais na perspectiva de política de saúde e não nas questões relacionadas com a natureza jurídica do diploma e suas implicações.

Acho que existe aqui uma grave contradição e algumas incoerências.

Por um lado, este diploma nacional, que o Governo agora propõe a sua adaptação à Região, já existe há um ano.

Por outro lado, é sabido que houve uma audiência que foi concedida pelo Sr. Presidente do Governo, a 5 de Abril do ano passado, com a Ordem dos Médicos e esta solicitou um processo dialogante, em pormenor, como é aqui expresso, manifestando claramente o seu desacordo, em relação à implementação deste Decreto-Lei nos Açores.

É expresso, neste parecer, que o Sr. Presidente do Governo teria afirmado, claro e categoricamente, que o Decreto-Lei não seria aplicado na Região. Pelo adiantado da hora, não iria a pormenores subsequentes deste parecer.

É também sabido que o Sr. Secretário Regional referiu que havia pareceres favoráveis dos Conselhos de Administração dos Hospitais, mas também tenho conhecimento que

existem declarações de voto de membros dos Conselhos de Administração dos Hospitais que não concordam e eu tenho aqui uma na minha mão.

Há ainda um outro factor: é que é essencial nos Açores, na nossa realidade insular, com serviços de saúde distribuídos por todas as ilhas, com dificuldades de falta de médicos, mesmo ao nível hospitalar, que tenhamos a confiança da classe médica, dos clínicos. Porquê agora abrir uma hostilidade com os médicos, quando eles consideram que o processo de nomeação do director clínico e também ao nível da enfermagem, do enfermeiro director, deve ser por eleição?

Perguntava ao Sr. Secretário Regional: porquê este volte face? Será que é para seguir o mesmo caminho que se verificou nos Governos da República, da responsabilidade do Partido Socialista, em que ao entrar o primeiro governo alterou a lei, em que dois Ministros mantiveram o processo de eleição e o último Ministro entendeu passar para um processo de nomeação?

Aqui, na Região, dois Secretários Regionais também mantiveram o processo de eleição e agora o actual Secretário Regional propõe esta mudança.

Por que é que o Sr. Presidente do Governo muda de opinião volvidos apenas 10 meses de ter tomado esta posição para com a Ordem dos Médicos?

Por que é que o Sr. Secretário Regional muda de opinião, quando há pouco tempo a posição era outra?

Além disso, o argumento que foi ontem utilizado pelo Sr. Secretário Regional de que haveria comissões de serviço que tinham terminado, não é sólido.

A sua antecessora, a Sra. ex-Secretária Regional dos Assuntos Sociais, por um despacho...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Uma portaria!

O Orador: ... viabilizou a possibilidade da continuação destas comissões de serviço, até à implementação de legislação.

Portanto, deixava aqui estas inquietações.

É essencial para a Região que o Serviço Regional de Saúde seja mais operativo, seja capaz de dar resposta, mas para isso é necessário o contributo dos médicos e é necessário o contributo dos enfermeiros.

Será que abrindo esta hostilidade, abrindo esta tensão, criando aqui uma certa divisão, indo ao contrário das posições – ainda hoje tive oportunidade de falar com vários médicos que me deram a sua opinião contrária – vai-se reproduzir um melhor serviço do Serviço Regional de Saúde?

Gostaria ainda que o Sr. Secretário Regional nos informasse, em concreto, e não queria alargar muito mais este nosso debate, de uma forma correcta e honesta, se está convencido que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional vai trazer efectivas melhorias no serviço Regional de Saúde?

(Risos da bancada do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto é um assunto sério. Estão a rir-se porquê?

O Orador: Está convencido que vão haver melhores cuidados de saúde?

Gostaria que esclarecesse cabalmente, com o devido pormenor, esta Câmara para que fosse, de facto, avaliado da pertinência política ou não deste diploma.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, julgo ser necessário enquadrar na Região Autónoma dos Açores a legislação vigente a nível nacional e a proposta apresentada pelo Governo.

Na legislação vigente nesta Região e até este momento, a nomeação do director clínico é feita na sequência de processo eleitoral de entre dois médicos do hospital

mais votados, devendo ser devidamente fundamentada e acompanhada de currículo profissional.

A nomeação do enfermeiro chefe é exactamente nos mesmos moldes, ou seja, depois de um processo eleitoral e perante os dois mais votados.

A nível nacional, e apesar de propostas da classe médica e de representantes dos enfermeiros, o director clínico é nomeado pelo Ministro da Saúde, por proposta do director do hospital, de entre os médicos de reconhecido mérito e experiência profissional. O mesmo se passa com o enfermeiro director.

Agora, a proposta da Região Autónoma dos Açores, vem exactamente esquecer o processo democrático ao nível hospitalar, em relação à nomeação do director clínico e de enfermeiro chefe, ao transferir para o ordenamento jurídico regional aquilo que nos últimos tempos, mais concretamente há um ano, se tem passado a nível nacional e isto sem necessidade, em nosso entender, que o tivesse feito, na medida em que teria sido perfeitamente possível à Região Autónoma dos Açores desenvolver a Lei de Bases no que diz respeito à gestão hospitalar, porque a base 8ª da Lei de bases da Saúde diz que: “A presente lei é aplicável à Região Autónoma dos Açores e da Madeira que devem publicar regulamentação própria em matéria de organização, funcionamento e regionalização do serviço de saúde”.

Ou seja, foi muito mais fácil para Região Autónoma dos Açores, pura e simplesmente adaptar organicamente uma legislação nacional, que foi publicada em 26 de Fevereiro de 2002, e com carácter de urgência, o que nós temos dificuldade em compreender, porque nós, Parlamento, julgamos que teria sido da máxima utilidade ouvir os representantes dos enfermeiros, os representantes dos médicos, em relação a esta matéria e neste momento.

O Sr. Deputado Bento Barcelos referiu conhecimentos que tem, como todos nós temos, de posições que as classes tomaram em relação à matéria, mas era fundamental que fizesse parte deste processo as audições ou pareceres em função da proposta concreta do Governo Regional.

Em nosso entender, o Governo Regional, com esta legislação desta maneira, está procurando abrir conflitos nos hospitais da Região Autónoma dos Açores. É pena que isso aconteça, porque, por um lado, isso não vai beneficiar em nada o Serviço Regional de Saúde nesta Região e, por outro, apenas irá permitir que o Sr. Secretário Regional possa nomear, por modos absolutamente subjectivos, as pessoas que entender para director clínico e para enfermeiro director. Aliás, num aparte o Sr. Presidente do Governo referiu que era para fazer como eles estão a fazer.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Eu não disse nada disso. Ouvia mal.

O Orador: Ouvei muito bem.

Não me admira nada que em poucos dias ou em poucos meses, logo que a nível nacional, como, aliás, já foi anunciado, o Governo da República procure que os directores de serviço e chefes de divisão sejam nomeados e não pelo processo que agora se faz, o Governo Regional com toda a pressa, daí a dois ou três dias, e não vai esperar um ano, venha também aqui propor a regulação do decreto legislativo regional em relação a essa matéria para que também os directores regionais e os chefes de divisão possam ser nomeados sem qualquer outro critério de concurso, como agora se passa.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Partido Comunista Português não pode estar de acordo com este processo e com esta arbitrariedade.

O Partido Comunista Português entende que todos os processos de democratização a nível dos serviços públicos devem continuar e devem ser aprofundados e não devemos recuar.

É por isso que estamos contra esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, é por isso que vamos votar contra e é por entendermos que esta proposta é prejudicial, neste momento, a uma paz que se deseja a nível do Serviço Regional de Saúde.

Esta proposta, em nosso entender, é uma péssima proposta para um bom serviço regional de saúde.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bento Barcelos, a vida é feita de vicissitudes, de pequenos episódios e às vezes de alguns azares. Às vezes parte-se uma perna, às vezes pinta-se o cabelo, às vezes parte-se o nariz,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Parte-se a cabeça!

O Orador: ... às vezes arranja-se o nariz, às vezes bate-se com a cabeça. Eu, infelizmente, recentemente bati com a cabeça,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas não ficou com mais juízo, ao que parece.

O Orador: ... mas devo dizer-lhe, Sr. Deputado, felizmente, não estou confuso nem confundido e aquilo que é importante é que não se parta as pernas do entendimento.

Eu confuso fiquei depois da sua intervenção, Sr. Deputado, porque a parte inicial em percebi-a perfeitamente, tratava-se duma clássica, nem sequer muito elaborada, manobra de diversão, ou seja, o PSD sempre teve este tipo de gestão hospitalar e, portanto, o PSD não podia vir criticar aquilo que é a substância, aquilo que é o objecto desta Proposta de Lei, logo arranjou-se umas manobras de diversão: a ordem dos médicos disse, o Sr. Presidente disse, umas audiências, uns despachos, etc..

Portanto, essa estratégia de manobra de diversão percebia-se. Agora a segunda parte da sua intervenção, Sr. Deputado Bento Barcelos, se me permite, havemos de convir que V. Exa. “borrou a pintura”, emocionou-se, exagerou, palavra puxa palavra, os médicos com que falei ..., a hostilidade...

Sr. Deputado Bento Barcelos, então o senhor acha que a nomeação de médicos e enfermeiros, como membros de um órgão executivo dos hospitais, vai hostilizar e ofender os médicos, quando o seu partido a nível nacional transformou 34 hospitais em sociedades anónimas...

Deputado Bento Barcelos (PSD): O que é que isso tem a ver?

O Orador: ... e pura e simplesmente arredou os médicos? Quando o seu partido, em termos nacionais, quer tirar os médicos das direcções dos centros de saúde e motivou uma greve de três dias?

Sr. Deputado, com esse pensamento só lhe resta fazer uma coisa: usar da influência que V. Exa. e o Sr. Deputado Victor Cruz têm no Governo da República (isso viu-se aquando da reconstrução, isso viu-se aquando da Lei de Estabilidade Orçamental) e tenho a certeza que muito rapidamente o Governo da República vai alterar essa política e vai recuar.

É a conclusão que eu posso tirar das suas palavras.

Deputado Renato Leal (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Victor Cruz (PSD): O senhor já mudou, mas ninguém percebeu porquê!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu começaria quase que a fazer um apelo ao Governo da República para que passe rapidamente à nomeação dos chefes de divisão e dos directores de serviços, porque pessoalmente já estou farto destes concursos de alfaiate, que são feitos à medida do freguês e fica quem se entende.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Valadão, é uma excelente medida se se avançar para a nomeação frontal, sem complexos, de nomear quem se acha mais capaz de executar as políticas que o responsável da tutela entender.

Quanto à nomeação dos enfermeiros directores e dos directores clínicos, parece-me que atinge 6 pessoas nesta Região, se não estou assim muito mal de contas a esta hora, e não me parece que venha grande mal ao mundo nem grande desgraça para o sistema regional de saúde nomear 6 pessoas para os conselhos de administração desses

hospitais, no sentido de responsabilizar quem é nomeado, porque quem nomeia quer que se execute a sua política e deve ser responsabilizado por ela.

Nessa medida nós somos totalmente a favor da nomeação dos directores clínicos e dos enfermeiros directores, porque quem nomeia quer ter a certeza que a sua política é executada correctamente da maneira que pretende, para nós também podermos responsabilizar e pedir responsabilidades a quem nomeia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretário Regionais, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

V. Exa. tem o condão, no debate político, de entrar com um conjunto de observações que não lhe ficam nada bem.

Eu não borrei pintura nenhuma, fiz uma intervenção honesta.

Eu trouxe para aqui um conjunto de preocupações que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional nos suscita, suscita à classe médica, suscita aos enfermeiros e levantei questões ao Sr. Secretário Regional. É esta, nem mais nem menos, a nossa posição.

Os Srs. é que são Governo e não somos nós. Nós não estamos presos ao passado. O nosso passado, quando fomos poder, já passou há 6 anos e não temos, portanto, nenhuma obrigação em relação ao passado.

O que nós queremos é que o Serviço Regional de Saúde funcione com bons cuidados de saúde, duma forma bem gerida, servindo os cidadãos.

Nós perguntamos, de facto, que filosofia é que tem o Governo Regional em relação a esta matéria, porque há perfeitas contradições, senão vejamos:

No Estatuto do Serviço Regional de Saúde refere que as Unidades de Saúde de Ilha, quando haja apenas uma única entidade prestadora,...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Isso é para os hospitais, Sr. Deputado!

O Orador: Eu sei que é para os hospitais e sei, inclusivamente, que o próprio diploma, no seu preâmbulo, refere hospitais e centros de saúde e no seu artigo 1º é que fala da direcção técnica dos hospitais.

Pensamos que há aqui uma certa falta de lógica, porque mesmo ao nível dos centros de saúde, nas Unidade de Saúde de Ilha em que haja apenas uma unidade prestadora de cuidados, é eleito. Nas Unidades de Saúde de Ilha onde há mais do que uma unidade de saúde prestadora de cuidados, já é nomeado. Que filosofia é esta?

É preciso que isto fique claro, é preciso que haja contornos claro, porque é necessário que este sector esteja pacificado, que haja uma adesão dos profissionais de saúde, para que haja benefícios na prestação dos cuidados aos utentes.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou usar da palavra, não para alongar mais o debate, mas para ser mais objectivo.

Aceito que é sempre possível mudar de opinião. É preciso que o Sr. Secretário esclareça, com objectividade, o que é que resultou mal no processo de eleição dos directores clínicos?

O que é que resultou mal para que o Governo o altere agora?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Urgência!

O Orador: Quais são os objectivos e a bondade que esta opção pela nomeação apresenta, em contraste com a de eleição?

O que resultou no sistema de eleição?

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É dever do Governo fundamentar a sua proposta.

Diga, com clareza, o que é que correu mal. A gestão dos hospitais correu mal por causa desse sistema? E que medida é que correu mal para justificar a sua alteração?

Por outro lado, explique-nos, em que medida esta nova solução vai contribuir para melhorar a gestão dos hospitais?

Aguardamos as respostas.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bolieiro, percebemos essa intervenção que em linguagem futebolística se chama *in extremis* de V. Exa., no sentido de tentar colorir um pouco esta coisa.

Relativamente às dúvidas que põe, eu gostava de esclarecer o seguinte:

Eu tive oportunidade, Sr. Deputado Bolieiro, no início da minha apresentação, de dizer quais as razões que, no meu entender, justificam esta mudança.

Eu percebo que a sua preocupação, não tão exagerada, mas um pouco mais burilada que a do Sr. Deputado Bento Barcelos, é a classe. Como o PSD não tem ideias sobre esta matéria, compra na feiras todas as pressões das corporações e tenta agradar a todos. Portanto, a vossa preocupação agora são as classes para tentar agradar e arrebanhar mais uns votos, mas isto não pega, Sr. Deputado, porque nós vemos o que é que os senhores fazem aqui na oposição e vemos o que é que os senhores fazem quando estão no Governo. Essa vossa preocupação não pega.

Com respeito ao que está mal no Serviço Regional de Saúde, desculpe Sr. Deputado, o senhor está enganado. A especialidade de falar mal do Serviço Regional de Saúde e da política de saúde não é do Governo, é da oposição. Os senhores é que são especialistas, useiros e veseiros na matéria. Façam favor!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto é brincar com coisas sérias.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Agora, e ainda com mais simplicidade, o que é que está mal neste processo de eleição do director clínico?

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Já respondi.

O Orador: Quero que o senhor, e sou todo ouvidos, explique e fundamente a vossa mudança de opinião nesta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em nosso entender, o que está em causa aqui é querer-se ou não aprofundar a gestão cada vez mais democrática de uma instituição, à qual devemos chamar serviço público.

Temos que reconhecer que foram dados passos sérios no sentido desta democratização em anos anteriores no que diz respeito ao ensino, no que diz respeito à saúde e no que diz respeito a outros sectores.

Neste momento o que verificamos é que começam a haver sinais de recuo e esta proposta é um dos grandes sinais de recuo em relação à Região autónoma dos Açores.

É sem dúvida nenhuma um recuo na gestão democrática hospitalar o facto de, arbitrariamente, o Sr. Secretário Regional ter o poder discricionário de nomear um director clínico e um enfermeiro chefe de forma como queira, apenas com base num currículo vitae. Esta é a realidade.

Sr. Deputado Artur Lima, e eu compreendi perfeitamente, V. Exa. o que desejava era que nas escolas também se nomeasse, nos centros de saúde se passe a nomear, porque o Sr. Secretário no preâmbulo da proposta insinua que isto também pode vir a ser para os centros de saúde, embora não o determine ainda.

Sr. Deputado, se efectivamente há concursos na função pública para directores de serviço e chefes de divisão à medida, o senhor tem o dever de denunciar e nós não ouvimos, até ao momento, o senhor fazer essa denúncia.

Sr. Deputado, denuncie e apresente os factos concretos que tem de que os concursos do Governo Regional são feitos à medida. Eu penso que o ideal é que isso seja denunciado aqui no Parlamento para nós, deputados, podermos fiscalizar a acção governativa, porque isso compete-nos a nós.

Portanto, é fundamental que se procure não permitir as nomeações arbitrariamente, mas a democratização do serviço público. Isso é que é fundamental e neste momento não há sinal, nem a nível nacional nem a nível regional, que essa democratização se aprofunde.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A sua intervenção, Sr. Deputado Paulo Valadão, merece da minha parte uma resposta e uma discordância, mas merece uma justificação, porque desde logo é preciso reconhecer que há, legitimamente, por parte do Partido Comunista Português, uma posição antiga e uma posição coerente.

Eu queria dizer-lhe que, aliás, como também se sabe, é claro e público e não é preciso insinuar, é para ser mesmo dito assim, o Partido Socialista evoluiu nesta posição e o que entendemos é que, se é certo que o modelo que V. Exa. defende é seguramente um modelo de gestão democrática, eu também creio que não podemos dizer que o modelo ora proposto a esta Casa não é um modelo de gestão democrática. Tem outro tipo de estrutura, mas é também um modelo de gestão democrática que traz, na nossa opinião, algumas vantagens ao nível da coesão da equipa ao nível duma maior ligação entre a tutela e os próprios órgãos.

Além disso, permita-me que, de algum modo, o corrija Sr. Deputado: parece-me excessivo dizer-se que a partir de agora, no caso dos enfermeiros directores e dos directores clínicos dos hospitais, teremos uma nomeação discricionária e arbitrária. Há duas ordens de razões que levam a que não seja exactamente assim, desde logo os requisitos, quer habilitacionais, quer de carreira, quer de antiguidade na categoria, quer, como diz a lei e não é apenas um “aleluia” jurídico, em termos de percurso relevante, de curriculum profissional, etc.. Portanto, há condições objectivas e objectivadas.

Além disso também há aqui uma limitação, exactamente porque os recursos também não são muitos, que é a seguinte: tem de haver uma proposta do presidente do órgão executivo, exactamente para que haja a tal coesão nessa equipa.

Tudo visto, Sr. Deputado, parece-me que a arbitrariedade não será tão grande como isto. Parece-me que este modelo também é, seguramente, um modelo de gestão democrática.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É tão somente para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Eu não digo que a intenção de quem fez esta lei dos cargos de chefes de divisão e director de serviços serem por concurso não tenha sido com a melhor das intenções, só que na prática toda a gente reconhece que isto não funcionou. Este Governo pensa mudar isto como o anterior, julgo, já pensaria nesse sentido e, portanto, reconhece-se que não se revelou eficaz.

Eu posso-lhe dar um exemplo: eu posso abrir um concurso para director de serviço, nos serviços de veterinária nas Flores e nos critérios de avaliação ponho lá que quero um veterinário com conhecimentos jurídicos e o Sr. Deputado que é veterinário e tem amplos conhecimentos jurídicos, passa à frente de um outro seu colega. Portanto, “alfaiate” quer dizer isto: os critérios de selecção são aqueles que o júri entender que são, porque ao fazer a primeira acta põe lá os critérios que quer, para direccionar a selecção num determinado sentido e o Sr. Deputado era seleccionado pelos seus

amplios conhecimentos jurídicos, apesar de ser veterinário e um colega seu que não estava nas Flores, mas exerceu veterinária a vida toda e, se calhar, não era seleccionado porque no critério de avaliação não estava definido que se valorizava mais quem tinha conhecimentos jurídicos.

Quem não percebe isto, santa paciência!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu percebi onde quis chegar, neste momento, o Sr. Deputado Artur Lima, em relação aos critérios.

De qualquer modo, entre a nomeação e o concurso, eu opto sempre pelo concurso, porque há vantagens no concurso, onde na nomeação elas não existem e aquilo que o Governo Regional pretende agora é exactamente a nomeação.

Sr. Secretário Regional, V. Exa. fala nos critérios para a nomeação.

Ora, em primeiro lugar, os critérios estabelecidos são apresentados por um nomeado e, em segundo lugar, muitos dos critérios que a lei contempla são com muita mais subjectividade do que aquela que teria a eleição que efectivamente existe na legislação anterior.

Sr. Secretário Regional, quando se diz: “reconhecido mérito”, isto é subjectivo.

Mas mais.

Quem reconhece e apresenta esse mérito é exactamente a pessoa que o senhor anteriormente já nomeou.

Quando se diz: “experiência profissional relevante”, este “relevante” é exactamente o critério que é analisado pela pessoa que o senhor nomeou.

“Perfil adequado”. O que é que é o perfil adequado, Sr. Secretário? O perfil adequado às funções é exactamente subjectivo.

Portanto, Sr. Secretário, não queria comparar aquilo que é uma eleição entre pares, com aquilo que é uma nomeação e que, em relação a critérios, a grande maioria dos quais é totalmente diferente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Já percebemos qual é a posição do PCP nesta matéria. Também creio que já percebemos qual é a intenção, as razões e a proposta que o Governo traz a esta Casa.

Relativamente à última parte da sua intervenção, Sr. Deputado, é evidente que neste tipo de modelo há uma palavra e uma capacidade de intervenção da tutela, na escolha dos directores clínicos e dos enfermeiros directores, bastante mais larga do que ao nível do processo eleitoral. Isto é evidente, Sr. Deputado. Reconhecemos e assumimos isso e pensamos que isso também traz algumas vantagens.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para que fique registado, o Sr. Secretário ou não quis ou não sabe, fundamentar a sua proposta.

Fica só este registo.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Em Março o senhor vai ver.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar este diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, na generalidade, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos contra do PCP e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar agora ao debate e votação na especialidade.

Para os artigos 1º., 2º. e 3º. não existe qualquer proposta de alteração. Se não houver objecção estão em debate estes três artigos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): É só para dizer que, enquanto Presidente da Comissão e tenho que fazer a redacção final deste diploma, vamos ter que adaptar a terminologia que está no artigo 2º., na redacção que vem do diploma, à proposta de alteração que o PS apresentou para o artigo 4º.. É apenas mesmo uma questão de redacção.

Presidente: Vamos votar estes três artigos.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1º., 2º. e 3º., por favor mantenham-se com se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 1º., 2º. e 3º. foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos contra do PCP e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos ao artigo 4º.. Para este artigo existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Ao Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, apresentada pelo PS, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Uma vez que a proposta de alteração substitui na íntegra o artigo 4º. não há necessidade de fazer mais nenhuma votação.

Passamos agora ao artigo 5º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 5º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos contra do PCP e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Srs. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição do Grupo Parlamentar do PSD, em relação à abstenção, vem na sequência de se ter verificado que não houve um processo de diálogo com a Ordem dos Médicos, com os profissionais de saúde envolvidos nesta área, por forma a ter sido tomada uma atitude ponderada por parte do Governo Regional.

Por outro lado, não foi respondido cabalmente por forma a convencer o Grupo Parlamentar do PSD da validade desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução –**

“Alteração ao Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Regional dos Açores”.

Está à discussão este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à discussão e votação da **Proposta de Resolução – “Alteração do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos do artigo 44º do Decreto Legislativo Regional nº 5/2000/A, de 2 de Março, Orgânica dos Serviços da ALRA”.**

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos ainda mais uma Proposta de Resolução que diz assim:

“A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Fevereiro”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, terminámos os nossos trabalhos. Muito boa noite e votos de bom regresso, apesar do mau tempo.

(Eram 03,00 horas)

—

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

Manuel Herberto Santos da Rosa

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

José Francisco Salvador Fernandes

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

Victor do Couto Cruz

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

Partido Social Democrata (PSD)

Manuel da Silva Azevedo

Os Redactores: *Maria da Conceição Fraga Branco e José Rodrigues da Costa*